



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA

FRANCISCO WILSON SOARES CRUZ

O GEOTURISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO-PI

BELÉM-PA

2024

FRANCISCO WILSON SOARES CRUZ

**O GEOTURISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO-PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), para obtenção do Título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará-UFPA. Área de concentração: Organização e Gestão do Território. Linha de Pesquisa: Dinâmicas Socioambientais e Recursos Naturais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima

BELÉM-PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C955g Cruz, Francisco Wilson Soares.
O geoturismo como estratégia de desenvolvimento territorial de
São Miguel do Tapuio-PI / Francisco Wilson Soares Cruz. — 2024.
168 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Belém, 2024.

1. Geoturismo. 2. Desenvolvimento territorial. 3. São
Miguel do Tapuio. I. Título.

CDD 363.69098122



ATA DO EXAME DE DEFESA PÚBLICA DE MESTRADO
DISCENTE: **FRANCISCO WILSON SOARES CRUZ**

Às 15 horas do dia 09 de julho de 2024, de forma remota (Google Meet), foi instaurada a banca de Defesa Pública de Mestrado em Geografia, para julgamento da tese desenvolvida pelo discente **FRANCISCO WILSON SOARES CRUZ**, matrícula: 202115570013, do curso de Mestrado em Geografia – Belém/IFCH, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. O professor Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima do (PPGEO-UFPA), orientador e presidente da banca examinadora, abriu a sessão apresentando os convidados: o Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues (Examinador interno – PPGEO/UFPA); o Prof. Dr. Valter Gama de Avelar (Examinador externo à Instituição – UNIFAP). Após arguição e avaliação do trabalho intitulado: “O GEOTURISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO-PI”, os examinadores/as decidiram pela **APROVADO**, seguindo as orientações da banca. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que vai assinada pelo discente e pelos examinadores/as presentes ao ato.

Documento assinado digitalmente
gov.br RICARDO ÂNGELO PEREIRA DE LIMA
Data: 17/07/2024 08:21:11-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. RICARDO ÂNGELO PEREIRA DE LIMA
(Presidenta/Orientadora – PPGEO/UFPA)

Documento assinado digitalmente
gov.br JOVENILDO CARDOSO RODRIGUES
Data: 12/07/2024 16:08:50-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. JOVENILDO CARDOSO RODRIGUES
(Examinador interno – PPGEO/UFPA)

Documento assinado digitalmente
gov.br VALTER GAMA DE AVELAR
Data: 10/07/2024 17:51:45-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. VALTER GAMA DE AVELAR
(Examinador externo à Instituição – UNIFAP)

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCISCO WILSON SOARES CRUZ
Data: 17/07/2024 11:33:06-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

FRANCISCO WILSON SOARES CRUZ
(Mestrando – PPGEO/UFPA)

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a Deus, por me proporcionar forças diante dos momentos mais difíceis; aos meus pais, Francisco Cassiano da Cruz (*In Memoriam*) e Julia Soares (*In Memoriam*); à minha companheira, Sheyla Aline Fernandes da Silva, por cuidar de nosso filho, João Arthur Soares Fernandes da Silva, enquanto estive em Belém; à Profa. Dra. Claudia Maria Saboia de Aquino, por ter me incentivado a tirar o sonho da gaveta; ao meu amigo de turma, Jodson Cardoso, com quem dividi trabalhos no decorrer do curso; ao meu orientador Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima; e aos meus ex, atuais e futuros alunos. E, por último, meus irmãos e sobrinhos, pelo alento nos momentos mais surreais da caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o mestre dos mestres, pela força de continuar seguindo, mesmo quando, nas inúmeras vezes de solidão, fraquejei. Graças à Sua bondade, pude me manter firme no propósito designado por Ele naquele momento obscuro da pandemia.

A meus inesquecíveis pais, Julia Soares (*in memoriam*), minha maior incentivadora e meu pai Francisco Cassiano da Cruz (*in memoriam*), pelos ensinamentos pautados na honestidade, trabalho e humildade. A vocês, meus eternos agradecimentos.

Aos meus irmãos, Francisco das Chagas Soares Cruz, Maria de Lourdes Soares Cruz, Luiz Soares Cruz, Maria das Graças Soares Cruz e Maria do Desterro Soares Cruz, por acreditarem que essa conquista seria possível.

Aos meus sobrinhos, Francisco Gilmário Soares Farias (*in memoriam*), Francisca Juliamara Soares Farias, Breno Vinícios Soares Alves, Francisco Bruno Soares Alves, Marcelo Soares da Silva e Maria Clara Soares.

À minha esposa, Sheyla Aline Fernandes da Silva, meu filho, João Arthur Soares Fernandes da Silva, e, futuramente, Julia Vitoria, se Deus assim permitir.

Ao meu orientador Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima, pela paciência e pelos ensinamentos na vida acadêmica que apenas está começando.

À querida Dra. Claudia Aquino, mulher verdadeiramente EDUCADORA, aquela típica professora que faz sonhar.

A meu amigo Jodson Cardoso, pessoa incrível que o Criador me permitiu conhecer e desfrutar de bons momentos de descontração e aprendizado.

À coordenação do curso de Pós-Graduação em Geografia e à Universidade Federal do Pará.

A todos, minha sincera gratidão.

PIAUÍ, TERRA QUERIDA!

Piauí, Terra querida
Um pedacim do paraíso
Em cada palmo de chão
Deus fez com esmero
Caprichado com pincel
Um lotezim do céu
Essa terra eu amo e vivo

Obra de arte divina
Rabiscada com amor
De tantas cores mais lindas
Sua gente ele pintou
Natureza surreal
Do sertão a capital
Nesse quadro Deus botou

Nesse cenário perfeito
Criou-se a teoria
Na Serra da Capivara
Há milênios o homem existia
Em pinturas nas cavernas
Retratava sem modéstia
As relações do dia a dia

A história dessa tela (terra)
Tem bravura e valentia
Dos antepassados que adentravam
A caatinga com a maestria
Enfrentando seca e fome
Encarando o bicho homem
Os portugueses que perseguiam

Vi a bravura de um povo
Desenhada com precisão
Era uma batalha travada
Contra a coroa e sua ambição
Numa disputa cruel
De foice, enxada e chapéu
O piauiense enfrentou canhão

Cada tinta utilizada
Retratava um sentimento
O criador fez nessa terra
A fé como um alento
Fortaleza contra as dores
Nessa terra de doutores
A religiosidade é o alimento

O azul usou em excesso
Retratando suas águas
Fez o Delta do Parnaíba
Onde no atlântico deságua
Rios Gurguéia, Longá e Poti
O cânion do Piauí
Tem cachoeira que não se acaba

Na beleza do encontro dos rios
Um balé de pescador
Rede acima, rede abaixo
Do peixe faz-se o sabor
Nas lendas de populares
O cabeça de Cuia na margem
À procura de um novo amor

No troca-troca de cores
A cultura fez-se surgir
Cavalo Piancó, cantigas de roda
O Bumba-meu-boi é daqui
No entalhe de Mestre Dezinho
Na cerâmica com carinho
A arte se faz surgir

Tanta diversidade de arte
Deus assim quis colocar
Bordadeiras, repentistas
Dançarinos, a bailar
Atores, humoristas, cantores
Poetas, e escritores
E artesão a entalhar

Assim és o Piauí
Uma terra de encantos
Da cajuína, do mel
De sabores fascinantes
Quem visita esta terra
A saudade sempre opera

Francisco Wilson Soares Cruz

SINGELA HOMENAGEM

A cada entardecer
Vai crescendo essa paixão
Cada canto desta terra
Mora no meu coração
Tua gente que fascina
Uma serena menina
São Miguel minha razão

Um amor tão majestoso
Cumplicidade natural
Um sentimento de mãe e filho (a)
Que vem do cordão umbilical
Apesar de tão pequena
És o mais perfeito poema
No universo não tem nada igual

A cidade dos jardins
Pode assim se destacar
Cada quilômetro quadrado
Belas praças para se admirar
Diversidade de cores e flores
Uma terra de doutores
São Miguel nosso lugar

Tens um passado glorioso
Tribos de índio valente
Sua gente hospitaleira
É a riqueza presente
De um povo sempre guerreiro
Que trabalha o ano inteiro
São Miguel terra decente

Feliz do visitante
Que conhece São Miguel
Um pequeno pedaço na terra
Que o criador mandou do céu
Quem bebe desta água
Da mente jamais apaga
Os encantos de São Miguel.

Francisco Wilson Soares Cruz

CORDELIZANDO SÃO MIGUEL

Os gêneses comenta tudo
Que o mundo Deus criou
Essa obra de arte divina
A natureza ele moldou
De diversas formas e cores
Com perfeição a vida aflorou

Milhões de anos passados
E a Terra se transformando
Uma dinâmica avançada
Onde tudo vai mudando
Feições vão se formando
E outras se desgastando

Criando o mais belo cenário
De singular formação
Um contraste rebuscado
De rocha e vegetação
A paisagem perfeita
Onde alcança a visão

O cabra se impressiona
Com a majestosa visão
Formações sedimentares
Da caatinga no sertão
Um ativo importante
Que enriquece a região.

A geodiversidade marcante
De beleza singular
Que sofreu ação do tempo
Erosão a atuar
Dando um toque especial
Um patrimônio a conservar

Com trabalho em equipe
Todo mundo dando às mãos
O poder público faz sua parte
E o povo com união
Seguindo muito empenhada
Pela geoconservação

Um território eclético
Com história fenomenal
De tribos que aqui habitaram
Da chapada ao matagal
Nas furnas deixou escrito
Sua história atemporal

Nascentes brotam da Terra
Vão molhando esse torrão
Dos braços que rasgam o solo
Germinando a plantação
Do extrativismo que tira o pó
Dinamizando a produção

Essa cadeia produtiva
Numa grande integração
Com o geoturismo impulsionado
Pelos atrativos da região
O desenvolvimento assim chega
Com a força da população.

Francisco Wilson Soares Cruz

RESUMO

A presente pesquisa analisa o desenvolvimento territorial do município de São Miguel do Tapuio, a partir da avaliação da cadeia produtiva local em consonância com a geodiversidade presente em diversas porções do território. Tais ativos são compostos por geoformas singulares que compreendem parte do patrimônio da cidade, que conta ainda com sítios contendo gravuras e pinturas rupestres que ajudam a enriquecer a história do município e podem servir para dinamizar ainda mais a economia local, se utilizados de maneira sustentável, sobretudo através da implantação de roteiros geoturísticos que podem ser um importante gerador de renda para as famílias tapuienses. O objetivo é analisar como o geoturismo pode contribuir para o desenvolvimento e protagonismo territorial de São Miguel do Tapuio, Piauí. Para tanto, a metodologia utilizada partiu do levantamento bibliográfico sobre temas explorados no decorrer do trabalho, quais sejam: a geodiversidade, geoturismo, desenvolvimento, território, e outros que integram a dinâmica de desenvolvimento sustentável, que tem no usufruto do patrimônio geomorfológico o seu principal ativo. Além disso, foi realizado trabalho de campo e laboratorial para a produção de material cartográfico, inventariação e quantificação dos geossítios com base na *App Geossit*. Os resultados sugerem que o desenvolvimento do geoturismo no município, imbricado com a cadeia produtiva já consolidada, pode, sim, significar uma importante alternativa para iniciar o processo de desenvolvimento territorial de São Miguel do Tapuio, tendo em vista que o meio ambiente e seus recursos naturais, como o patrimônio geomorfológico, podem servir como viés econômico quando implantados de maneira sustentável e com participação ativa dos agentes sociais, entidades de fomento, sociedade civil, poderes públicos e iniciativa privada. Considera-se que a estratégia de desenvolvimento deve priorizar aspectos como o aprofundamento de estudos e a estruturação dos geossítios, com placas indicativas, treinamento de guias, divulgação dos georoteiros com produção de material para redes sociais e outros métodos de divulgação das referidas áreas de estudo.

Palavras-chaves: Geoturismo. Desenvolvimento territorial. São Miguel do Tapuio.

ABSTRACT

This research analyzes the territorial development of the city of São Miguel do Tapuio, based on the assessment of the local production chain in line with the geodiversity present in different portions of the territory. These assets are composed by unique geoforms that comprise part of the city's heritage, which also has sites containing engravings and cave paintings that help to enrich the city's History and assist to further boost the local economy, if used in a sustainable manner, especially through the implementation of geotouristic itineraries that can be an important income generator for families in Tapui. The objective is to analyze how geotourism can contribute to the development and territorial protagonism of São Miguel do Tapuio-Piauí. To this end, the methodology used came from a bibliographical survey which dealt with themes explored in the course of the work, namely: geodiversity, geotourism, development, territory, and others that integrate the dynamics of sustainable development, which has the enjoyment of geomorphological heritage as its main asset. In addition to field work, laboratory work for the production of cartographic material, inventory and quantification of geosites based on the Geossit App. The results suggest that the development of geotourism in the city, intertwined with the already consolidated production chain, may indeed represent an important alternative to begin the process of territorial development of São Miguel do Tapuio. Given that the environment and its natural resources, such as geomorphological heritage, can serve as an economic tendency when implemented in a sustainable manner, and with the active participation of social agents, development entities, civil society, public authorities and the private sector. It is considered that the development strategy must prioritize aspects such as: in-depth studies and structuring of geosites with indicative signs, training of guides, advertisement of georoutes with the production of material for social networks and other methods of dissemination of the aforementioned study areas.

Keywords: Geotourism. Territorial development. São Miguel do Tapuio.

RESUMEN

Esta pesquisa analiza el desarrollo territorial de la ciudad de São Miguel do Tapuio, a partir de la evaluación de la cadena productiva local en conformidad con la geodiversidad presente en diferentes porciones del territorio. Estos activos están compuestos por geoformas únicas que forman parte del patrimonio de la ciudad, que también cuenta con sitios que contienen grabados y pinturas rupestres que ayudan a enriquecer la Historia de la ciudad y ayudan a impulsar aún más la economía local, si se utilizan de manera sostenible, especialmente a través de la implementación de itinerarios geoturísticos que pueden ser un importante generador de ingresos para las familias en Tapuio. El objetivo es analizar cómo el geoturismo puede contribuir al desarrollo y protagonismo territorial de São Miguel do Tapuio-Piauí. Para esto, la metodología utilizada surgió de un levantamiento bibliográfico que abordó temas explorados en el transcurso del trabajo, a saber: geodiversidad, geoturismo, desarrollo, territorio, y otros que integran la dinámica del desarrollo sustentable, que tiene el usufructo de características geomorfológicas, el patrimonio como su principal activo. Además del trabajo de campo, se realizaron trabajos de laboratorio para la producción de material cartográfico, inventario y cuantificación de geosítios basados en la App Geossit. Los resultados sugieren que el desarrollo del geoturismo en la ciudad, entrelazado con la cadena productiva ya consolidada, puede representar una alternativa importante para iniciar el proceso de desarrollo territorial de São Miguel do Tapuio. Dado que el medio ambiente y sus recursos naturales, como el patrimonio geomorfológico, pueden servir como tendencia económica cuando se implementan de manera sostenible, y con la participación activa de agentes sociales, entidades de desarrollo, sociedad civil, poderes públicos y sector privado. Se considera que la estrategia de desarrollo debe priorizar aspectos como: estudios de profundidad y estructuración de geosítios con letreros indicativos, capacitación de guías, publicidad de georutas con producción de material para redes sociales y otros métodos de difusión de las áreas de estudio antes mencionadas.

Palabras clave: Geoturismo. Desarrollo territorial. São Miguel do Tapuio

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas de formação do território. Modificado de Gottmann (1975)	28
Figura 2 - Contribuição das relações sociais, da manifestação do poder e do uso do espaço para consolidação do território. Modificado de Santos (2007).....	32
Figura 3 - Fatores a serem considerados numa análise de aspectos presentes no território. Elaborado pelo autor (2023), a partir de Dallabrida (2016).....	46
Figura 4 - Rede de relações a serem estabelecidas para promover o desenvolvimento territorial. Elaborado pelo autor (2022), a partir de Paulo (2004)	51
Figura 5 - Mapa dos territórios do desenvolvimento do Piauí. Retirado de CEPRO (2022), Piauí em Dados (2024).....	54
Figura 6 - Dinâmica do geoturismo segundo Dowling (2010). Elaborado pelo autor (2022) .	69
Figura 7 - Ações para promover a geoconservação segundo Brilha (2005) Elaborado pelo autor (2023)	72
Figura 8 - Implantação do geoturismo em parceria com outras atividades. Fonte: Dowling (2010).....	74
Figura 9 - Divisão da geodiversidade em dois grupos; sítio com valor científico e sítio com outros valores. Fonte: Brilha (2016)	78
Figura 10 - Mapa da localização do município de São Miguel do Tapuio. Fonte autor (2023), extraído de IBGE (2022).....	80
Figura 11 - Mapa geológico de São Miguel do Tapuio. Fonte: Modificado de CPRM (2021), IBGE (2022)	82
Figura 12 - Mapa geológico e geomorfológico de São Miguel do Tapuio. Fonte: Modificado de CPRM (2021), IBGE (2022)	84
Figura 13 - Apreensão de entorpecentes pela PRF. Portal o Tempo (2022). Foto: Divulgação/PRF.....	89
Figura 14 - Agência de transporte clandestino em São Miguel do Tapuio. Foto: Autor (2023)	89
Figura 15 - Poços jorrantes em áreas improdutivas (A e B);. Fonte: Autor (2023)	95
Figura 16 - Entrada do Ceepru Cônego Cardoso (A); Horta do Ceepru (B); divisória do bloco da diretoria e salas de aulas (C); aviários tomados pela vegetação e em estado de abandono (D). Fonte: Autor (2023)	101
Figura 17 - Mapa do Território dos Carnaubais. CEPRO (2013).....	104
Figura 18 - Sala do Empreendedor. Fonte: Autor (2023)	105
Figura 19 - Principais atividades agrofamiliares desenvolvidas em São Miguel do Tapuio.	

Fonte: Pesquisa de campo autor, 2023.....	109
Figura 20 - Colheita do mel na localidade Coqueiro. Fonte: Autor (2023)	110
Figura 21 - Etapas de extração do pó da carnaúba. Árvore Carnaúba (A); Palhas dispostas para secagem (B); Trabalhadores inserido palhas secas na máquina para retirada do pó (C); Pó já ensacado para pesagem e venda (D). Fonte: Autor (2023)	112
Figura 22 - Exposição de ovinos no Agrofest (A); Exposição de bovino (B); Criadores negociando caprinos e ovinos (C); Stande de melhoramento genético (D). Fonte: autor (2023)	113
Figura 23 - Cadeia produtiva do Caju. Fonte: Cajueiro (A); Fruto (B); Cajuína local (C); Doce da polpa de caju (D). Autor (2023).....	115
Figura 24 - Etapas de produção da farinha de mandioca. Fonte: Autor (2023)	116
Figura 25 - Vista aérea de tanques da piscicultura do grupo Mangueira. Fonte: Autor (2023)	118
Figura 26 - Fraquezas da estrutura produtiva. Fonte: Elaborado pelo autor (2023).....	120
Figura 27 - Mapa geoturístico para o município de São Miguel do Tapuio. Fonte: autor (2023)	122
Figura 28 - Atrativos geoturísticos do Geomorfofóssito Lajeiro do Funil. Fonte: Autor (2023)	124
Figura 29 - Atrativos geoturísticos da Palmeira de Cima. Fonte: Autor (2023)	127
Figura 30 - Atrativos da Cachoeira do Escuro. Fonte: Autor (2023)	129
Figura 31 - Erosão superficial provocada sobretudo pela água (A); Estratificações horizontais na base da formação Pimenteiras (B) Estratificações plano-paralelas horizontais, (C) e (D) Biointemperismo Físico-químico	130
Figura 32 - Açude São Vicente (A) Atrativos Cachoeira do Escuro (B) e (C). Fonte: autor (2023)	131
Figura 33 - Geossítio Poção do Sucuruju. Fonte: Autor (2023).....	133
Figura 34 - Morro da Cruz (A); Pedra do Camelo (B) e (C).....	135
Figura 35 - Vista panorâmica da Lagoa do Meio observada do mirante da Cruz	136
Figura 36 - Imagem de satélite do Astroblema. Fonte: Relevo.br (2023).....	137
Figura 37 - Vista aérea do Olho D'água dos Picos (A) E (B). Fonte: Autor (2023)	139
Figura 38 - Estudantes em aula de campo observando a estrutura da paisagem - Acervo próprio	144
Figura 39 - Entrada da Cachoeira do Escuro (A) e (B) Antes e depois da Ação Educativa ..	145
Figura 40 - Recolhimento do lixo pelos graduandos de curso de Pedagogia no entorno da	

Cachoeira do Escuro. Fonte: Autor (2023)	145
Figura 41 - Colocação de placas educativas no geossítio Cachoeira do Escuro, em ação educativa com graduandos de Pedagogia da Facapi. Fonte: Autor (2023).....	146
Figura 42 - Graduandos de Pedagogia na Entrada da Cachoeira do Escuro, após realização da Ação Educativa. Fonte: Autor (2023).....	146
Figura 43 - Aspectos que devem ser levados em consideração numa análise territorial. Fonte: Elaborado autor (2023), a partir de Dallabrida (2017)	148
Figura 44 - Proposta integrada de desenvolvimento territorial para São Miguel do Tapuio. Fonte: Autor (2023)	151
Figura 45 - Perfis de divulgação de atrativos existentes no município. Cachoeira do Escuro (A); Protagoniza SMT (B).....	157
Figura 46 - Folder ilustrativo de alguns atrativos (A) e (B) Fonte: Autor 2023	158

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 01 - Conceitos essenciais ao desenvolvimento do trabalho	24
Quadro 02 - Aspectos para uma agenda de desenvolvimento econômico proposta por Paulo (2004)	52
Quadro 03 - Conceituação de geoturismo por diferentes autores.....	59
Quadro 04 - Ações para o desenvolvimento sustentável-Unesco (2004)	63
Quadro 05 - Objetivos da Global Geotourism Conference	63
Quadro 06 - Propostas de geoparques no Brasil.....	65
Quadro 07 - Razões para a proteção e conservação do patrimônio geológico	71
Quadro 08 - Unidades geológicas de São Miguel do Tapuio-Piauí.....	83
Quadro 09 - Definição das unidades de relevo e áreas de ocorrência	84
Quadro 10 - Gestão pública empreendedora	104
Quadro 11 - Entidades de fomento ao desenvolvimento de São Miguel do Tapuio	106
Quadro 12 - Ações a serem adotadas em São Miguel do Tapuio para fortalecer a economia local	152
Tabela 01 - Total de domicílios de São Miguel do Tapuio	90
Tabela 02 - Mercado de trabalho	92
Tabela 03 - Culturas desenvolvidas na agricultura de São Miguel do Tapuio	93
Tabela 04 - Percentuais da pecuária de São Miguel do Tapuio	94
Gráfico 01 - Evolução da População residente em São Miguel do Tapuio.....	86
Gráfico 02 - Percentual de receitas oriundas de fontes externas	91
Gráfico 03 - Evolução do Produto Interno Bruto	93
Gráfico 04 - Evolução do PIB Per Capita	96
Gráfico 05 - PIB por setor	96

LISTA DE ABREVIATURAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEEPRUCC	Centro Estadual de Educação Profissional Rural Cônego Cardoso
CEPRO	Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
ECSCOEX	Estrutura Circular Semicirculares de Origem Exógena
ECSMT	Estrutura Circula de São Miguel do Tapuio
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENG	Rede Europeia dos Geoparques
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GESA	Grupo Estadual de Sanidade Animal
IAG	International Association of Geomorphologists
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISS	Imposto Sobre Serviços
ITA	Travel Industry Association
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
MEI	Micro Empreendedor Individual
NGS	National Geographic Society
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
PDE	Plano de Desenvolvimento do Estado
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RSCN	Royal Society for The Conservation of Nature
SADA	Secretaria de Assistência Técnica e Defesa Agropecuária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN	Secretaria Estadual de Planejamento
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
OMT	Organização Mundial do Turismo
TCU	Tribunal de Contas da União
TD	Território de Desenvolvimento
TIES	Sociedade Internacional de Ecoturismo
TRAF	Turismo Rural na Agricultura Familiar
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VTO	Visita Técnica Orientada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	23
1.1 CONCEITO DE TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	25
1.1.1 Antes do território, o espaço	25
1.1.2 Território	27
1.1.3 Territorialidade	34
1.1.4 Identidade Territorial	36
1.1.5 Desenvolvimento.....	38
1.1.6 Desenvolvimento Territorial	42
1.1.7 Propostas Nacionais para promover o desenvolvimento local.....	48
1.1.8 O desenvolvimento territorial no Piauí	52
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO GEOTURISMO EM ESCALA MUNDIAL, NACIONAL E REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	56
2.1.1 Turismo gerador de desenvolvimento	56
2.1.2 Turismo Sustentável.....	58
2.1.3 Geoturismo	58
2.2 ECOTURISMO X GEOTURISMO	67
2.2.1 Geodiversidade	67
2.2.2 Geoturismo, um segmento do turismo	68
2.2.3 Geoconservação	71
2.2.4 Geoturismo e desenvolvimento do território	72
2.2.5 Geopatrimônio.....	77
3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS E ATRATIVOS GEOTURÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO	79
3.1 GEOLOGIA.....	81
3.2 GEOMORFOLOGIA	83
3.3 DEMOGRAFIA DO MUNICÍPIO	86
3.4 ECONOMIA.....	91
3.5 ENTIDADES DE FOMENTO EXISTENTES NO MUNICÍPIO.....	97
3.5.1 A chegada da Emater local	97
3.5.2 CEEPRU Cônego Cardoso: uma realidade ou um eterno sonho?.....	99

3.6 ATIVIDADES AGROFAMILIARES DESENVOLVIDAS EM SÃO MIGUEL DO TAPUIO	106
3.6.1 Quadro agro-socioeconômico.....	107
3.6.2 Atividades Econômicas Consolidadas no Município.....	109
3.6.2.1 Apicultura	109
3.6.2.2 Extrativismo vegetal.....	111
3.6.2.3 Criação de caprinos e ovinos	112
3.6.2.4 Cajucultura.....	114
3.6.2.5 Produção de Mandioca	115
3.6.3 A produtividade e o desenvolvimento territorial local.....	118
3.7 ROTAS GEOTURÍSTICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO	121
3.7.1 Proposta de Georoteiro: Caminhos para a Geoconservação	123
3.7.1.1 Geomorfofóssito Lajeiro do Funil.....	123
3.7.1.2 Complexo Palmeira de Cima	126
3.7.1.3 Geossítio Cachoeira do Escuro	128
3.7.1.4 Geossítio Poção do Sucuruju	132
3.7.1.5 Complexo Palmeira de Baixo	135
3.7.1.6 Geomorfofóssito Olho D'água dos Picos	138
3.7.2 Território Educativo	140
3.8 PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO	147
3.8.1 Desenvolvimento local: concepções econômicas, sociais e sustentáveis para o protagonismo territorial	148
3.8.2 Desenvolvimento econômico local.....	151
3.8.3 Desenvolvimento social.....	153
3.8.4 Sustentabilidade	154
3.8.5 O capital territorial	155
3.8.6 Estratégias de divulgação do roteiro geoturísticos de São Miguel do Tapuio.....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS.....	161

1 INTRODUÇÃO

“Quando se aceitam as situações vigentes, nega-se o futuro enquanto possibilidade de transformação” (Pereira 2011).

As mutações econômicas e sociais ocorridas no último século colocaram o Brasil no contexto das grandes economias. Essas mutações, longe de terem criado eixos de integração dos espaços sub-regionais ou de terem sido uniformemente distribuídas sobre o território nacional, aprofundaram descontinuidades na quantidade da infraestrutura construída e também acentuaram as desigualdades na distribuição de renda, existentes desde o período colonial, aprofundando disparidades regionais e o fosso que separa ricos e pobres (Sebrae, 2004).

No atual momento em que o meio técnico-científico-informacional possibilita a redefinição dos sistemas políticos e das estratégias de ação (Pereira, 2011), tomemos o território, como apreendeu Milton Santos (1996), como um “território usado”, “espaço banal”, “espaço de todos, todo o espaço”. Neste sentido cabe, como geógrafo, trabalhar com todos os objetos e todas as ações (Santos, 1996), possibilitando a partir da integração de todos os agentes, quais sejam: políticos, econômicos e sociais, abrindo uma discussão no que tange ao protagonismo e desenvolvimento do território municipal. Para isso, unindo forças com diferentes segmentos e tomando como bússola, nesse importante processo, a junção da cadeia produtiva já existente no município, com aquelas em vias de se consolidarem, como o geoturismo, por exemplo.

Não há como pensar em um outro futuro sem se ater à política que define e orienta os possíveis usos do território (Pereira 2011), isso porque a construção de um território mais justo passa pelo seu conteúdo geográfico, de modo que não há projeto para o território que se possa fazer sem a geografia, sem a análise constitucional do território (Silveira 2006, 2008).

Portanto, a partir do momento em que se traz à tona o geoturismo como possibilidade de desenvolvimento territorial, não se busca nem se deseja tomá-lo de forma isolada do espaço, uma vez que este é indissociável de sistemas de objetos e, consequentemente de ações, e da inseparabilidade daquilo que é material e daquilo que é imaterial (Santos 1996). Sendo assim, o trabalho parte de um campo de análise que envolve diferentes aspectos socioeconômicos da área de estudo. Sobretudo, daqueles elementos que integram o meio natural, fazendo sempre um parêntese entre a relação homem-natureza, homem-homem, homem-território.

O presente trabalho parte da premissa de que os atrativos existentes no município, sobretudo os elementos da natureza, assim como geossítios e geomorfossítios, em consonância

com outras atividades econômicas ainda praticadas de maneira isolada em diferentes porções do território tapuiense, podem contribuir de sobremaneira para o desenvolvimento territorial do município. Isso se dá em uma abordagem que parte de uma perspectiva da possível prática do geoturismo na esfera local, visto que a cidade apresenta muitos atrativos que podem ser utilizados pela comunidade com a finalidade de desenvolver esta atividade. Com isso, tornando a economia mais dinâmica, principalmente com a adoção de uma política desenvolvimentista do território, envolvendo diferentes etapas, instituições e o engajamento efetivo de atores locais, para que o protagonismo territorial de São Miguel do Tapuio possa de fato acontecer a contento.

Neste sentido, diante da proposta apresentada, bem como seu uso frequente, que também é basilar da proposta de pesquisa, faz-se necessário destacar alguns conceitos que, no decorrer deste percurso, são essenciais para o desenrolar do trabalho realizado. Sem eles, tornar-se-ia inviável a concretização da proposta de análise escolhida na presente pesquisa, conforme Quadro 01:

Quadro 01 - Conceitos essenciais ao desenvolvimento do trabalho

CONCEITO	DEFINIÇÃO	FONTE
Paisagem	É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.	Bertrand (2004: 141)
Geodiversidade	O estudo da natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos, águas e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo, e o turístico.	CPRM (2006 n./p.)
Geopatrimônio	O conjunto de elementos geológicos que se destacam por seu valor científico, cultural ou educativo	Carcavilla <i>et al</i> (2008: 3001)
Geoconservação	Atividades que têm com finalidade a conservação e gestão do patrimônio geológico e dos processos naturais a ele associados.	Cumbe (2007: 43)
Geoturismo	Provisão de serviços e facilidades interpretativas que permitam aos turistas adquirirem conhecimento e entendimento da geologia e da geomorfologia de um determinado sítio [...] além de mera apreciação estética.	Hose (1995 <i>apud</i> Meira e Moraes, 2016: 139)
Geossítio	Representam lugares ou pontos de interesse geológico que possuem destacado valor do meio circundante, devido ao seu valor científico, educativo, cultural ou turístico.	Schobbenhaus e Silva (s./d.: 14)
Geomorfossítio	É uma forma de relevo com atributos geomorfológicos significantes e particulares que o qualificam como um componente da herança cultural de um território (no	Panizza e Piacente (2008: 6)

	sentido amplo). Os atributos que podem conferir valor a uma forma de relevo, tornando-o um bem geomorfológico são de natureza: científica, cultural, socioeconômica e cênica.	
--	---	--

Elaborado pelo autor (2023)

1.1 CONCEITO DE TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O presente tópico da pesquisa está dividido em itens que melhor descrevem os assuntos que se pretende apresentar. São eles: 1.1.1 Antes do território, o espaço; 1.1.2 Território; 1.1.3 Territorialidade; 1.1.4 Identidade Territorial; 1.1.5 Desenvolvimento; 1.1.6 Desenvolvimento Territorial; 1.1.7 Propostas Nacionais para promover o desenvolvimento local e 1.1.8 O desenvolvimento territorial no Piauí. A subdivisão em tópicos possibilita que um conceito seja trabalhado de forma individualizada, posteriormente se inserindo em um contexto mais amplo de análise.

1.1.1 Antes do território, o espaço

Fechando o parêntese das angústias pré-produção, abre-se não mais um parêntese, mas a discussão em si, entendendo que antes de lançar-se na conceituação em tela do termo território, é preciso retomar também a conceituação de espaço, um pequeno preâmbulo. Isso porque, para muitos, a definição de território se confunde com essa outra categoria do conhecimento geográfico, gerando, por vezes, confusão interpretativa acerca do assunto.

No tocante a esta questão, Raffestin (1993) já abordava que espaço e território não são termos equivalentes. O espaço antecede o território, o qual posteriormente passa a existir a partir da consolidação do espaço e, conseqüentemente, das relações estabelecidas nele pelos sujeitos e atores hegemônicos que dele se apropriam e passam a imprimir identidades próprias conforme as necessidades dos grupos e povos. Sobretudo, essas relações envolvem o poder.

O espaço é, portanto, uma complexa teia de múltiplas facetas em que, na sua “singela” essência, subsistem diferentes interesses dos mais variados grupos sociais que neste coexistem. Criando vínculos e laços que, ao longo do tempo, vão modelando-o conforme as nuances de uma sociedade em transformação e pujante à serviço do capital e das forças produtivas. Abarcando pessoas, grupos, instituições e impondo-lhes “à força”, ou seja, sem liberdade de escolha, a ideologia talvez predatória que emana das entranhas do poder ou de quem dele sonha

fazer parte com o argumento camuflado de promover o crescimento e o desenvolvimento do Estado-Nação. Neste sentido, é digno destacar as palavras de Souza (2013: 88), a saber:

O desejo ou a cobiça com relação a um espaço podem ter relação com os recursos naturais da área em questão, podem ter a ver com o que se produz ou quem produz no espaço considerado; podem ter ligação com o valor estratégico-militar daquele espaço específico; podem se vincular também, às ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço.

Segundo o referido autor, o poder, que, aliás, é condição *sine qua non*, fundamental e indispensável para a existência do espaço, uma vez que este é definido e delimitado por e a partir das relações de poder impressas numa determinada porção da superfície do globo, compreendendo assim, variadas escalas do mesmo (Souza 2021).

O espaço geográfico é fruto das ações da sociedade em diferentes escalas temporais e espaciais, podendo se apresentar como resultado de diversos processos de evolução e meio essencial para o desenrolar da vida e da subsistência do homem e da sociedade. Moraes (1990), ao fazer uso das palavras de Ratzel, analisa que o substrato espacial se apresenta como algo essencial para a existência do homem, tanto no meio natural quanto naqueles produzidos a partir da vivência em sociedade. Produção do espaço que teve seu auge de transformação mais intenso com o advento das grandes navegações e num outro momento com a Revolução Industrial. E que, desde então, tem ampliado esse processo numa rapidez descomunal, principalmente com as tecnologias de larga produção e transformação de áreas em escala mundial.

Para Hartshorne (1939 apud Côrrea 1982, n./p.), “o espaço é absoluto, isto é, um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa”, apesar de nele existir grande parte das coisas.

Todavia, tomemos inicialmente o conceito de espaço proposto por Lefebvre (1974), segundo o qual, o espaço acaba reverberando as relações de produção dos diferentes segmentos e grupos da sociedade, que o modificam conforme a dinâmica do fluir da vida sobre ele. Neste interim de transformações ocasionada pelo desenrolar da história da sociedade, “subjugando” o espaço à suas práticas, é válido, nesse contexto de conexões e construção socioespacial, parafrasear o grande geógrafo Milton Santos (2006: 39) no que tange a definição do espaço, ao concebê-lo como “um conjunto indissociável de sistemas, de objetos e de sistemas de ações”. Ou ainda, de fixos estabelecidos em cada lugar, permitindo que tais ações modifiquem-no. Além dos fluxos que são o resultado direto e indireto das ações que atravessam ou que se instalam nos fixos, modificando de sobremaneira sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que se modificam.

Moreira (2007: 80) nos lembra que

[...] com o recorte (espaço), nasce o território. O recorte espacial é o princípio do território: o recorte qualificado por seu sujeito (O corpo). Qualificado como domínio do seu sujeito-o sujeito do recortamento, cada recorte do espaço é um território. De modo que ao falar da relação entre espaço e recorte é uma forma teórica geral de falar da relação entre espaço e território.

Hoje, todo esse processo já consolidado de transformação, e que colocou o espaço como atualmente é concebido, nos faz refletir sobre o uso, historicamente falando, e as diferentes funções que o mesmo desempenhou ao longo do tempo, em alguns momentos a serviço da ciência nas suas muitas variáveis, contudo, pontuando sua marcante posição enquanto também “espaço social”. Aparecendo, em alguns momentos, como mecanismo de imposição do poder, de leis expansionistas de impérios, dos planos traçados em favor de poderosos exércitos, como apresentado por Souza (2020) numa visão expansionista destacada por Sun Tzu em seu livro “A arte da guerra”, sob a importância de se conhecer o terreno, ou seja, “o espaço” porção de terra e as dificuldades apresentadas no terreno, bem como as prováveis posições do inimigo, a fim de se estabelecer um ambiente favorável à vitória no campo de batalha. Emerge também como mecanismo ideal para o desabrochar da vida e, conseqüentemente, meio indispensável e apropriado para o desenrolar da sociedade.

1.1.2 Território

Como destacado anteriormente, há interpretações equivocadas no que se refere às categorias espaço e território. Daí a importância de fazer essa diferenciação dos termos no escopo do trabalho, para uma melhor compreensão por parte do leitor, uma vez que tais termos podem gerar confusão ao adentrar no campo de estudo proposto na pesquisa. E, por outro lado, ser uma discussão necessária, tendo em vista que espaço e território acabam desencadeando questões intrínsecas, extrínsecas e, porque não dizer, correlatas, sendo, entretanto, dois lados de uma mesma moeda, uma vez que há uma complementaridade entre espaço e território, numa simbiose quase perfeita. Digo quase perfeita, porque o espaço independe do território para existir. Outrossim, o território só existe através da existência de espaço para se consolidar enquanto categoria da ciência geográfica, mesmo o espaço intangível, como o aéreo.

Segundo Albagli (2004, p. 25) “o termo território vem do latim, *territorium*, que, por sua vez, deriva de terra e significa pedaço de terra apropriado”. Complementa trazendo em voga o termo na língua francesa, “*territorium*, que deu origem às palavras *terroir* e *territoire*, este

último representando o prolongamento do corpo do príncipe, aquilo sobre o qual o príncipe reina, incluindo a terra e seus habitantes” (Albagli, 2004, p. 25). Alguns autores recentes citam a íntima relação entre corpo e espaço ou território-corpo. Lefebvre (1986[1974]1999 *apud* Haesbaert 2020) nos lembra que antes de produzir utensílios e objetos, de produzir o alimento e da reprodução da espécie, cada ser vivo não só é, como tem seu espaço, sendo o próprio espaço e produtor do espaço.

Foucault (1984) destaca que o corpo está imbricado de relações políticas complexas e recíprocas, sendo sua utilização marcada com/por viés econômico de poder e dominação, como força de trabalho e sujeição. O corpo é tomado como força útil, produtivo e submisso. Neste sentido, o corpo é essencial na transformação do espaço e mola propulsora para formação, consolidação, ordenamento, soberania, independência e a garantia de continuação do território.

Albagli (2004: 25) complementa ainda “que o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões”.

No que se refere ao surgimento do território, Gottmann (1975) assevera que a formação do território envolveria três aspectos relevantes nesse processo, conforme Figura 01.

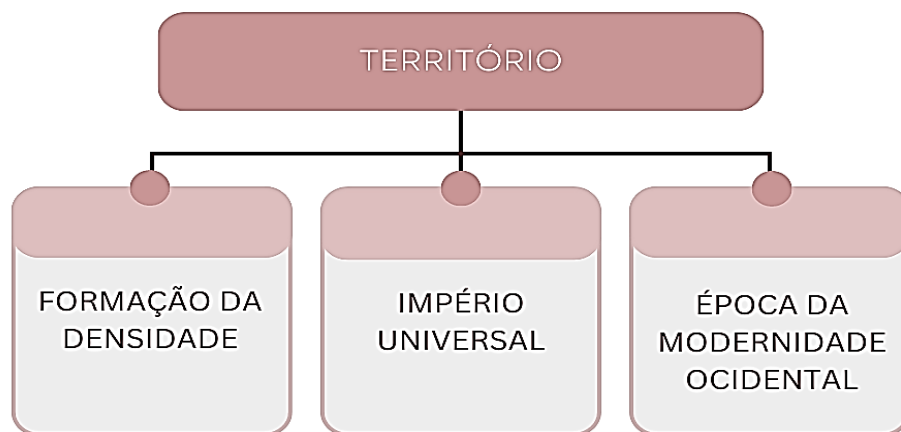


Figura 01 - Etapas de formação do território. Modificado de Gottmann (1975)

Segundo o autor, a formação da densidade estaria conectada ao desenvolvimento da *pólis* grega; o Império Universal teria início com a Constituição de Alexandre Magno, estendendo-se até o Império Romano e, por fim, à Época da Modernidade Ocidental, culminando com o fim do feudalismo e constituindo o Estado Territorial propriamente dito.

Inicialmente, o território compreenderia as áreas que rodeavam uma Cidade-Estado e sua jurisdição. Por outro lado, ao fazer sua abordagem acerca desta categoria, Friedrich Ratzel vai mais além, concebendo-a à uma íntima relação entre povo e solo, de tal forma que ambos

se tornariam apenas um. Esta concepção proposta pelo autor demonstra claramente a estreita ligação que havia entre a sociedade e a porção do espaço, cujo resultado seria a consolidação do território. Nesta perspectiva, Souza (2021) atenta para uma “coisificação” do território em Ratzel, concebendo “exclusivamente o solo da coerência material a um Estado” sendo o solo “tanto o fundamento coerente do Estado quanto o único testemunho palpável e indestrutível de sua unidade” (Ratzel 1974, p.11).

Caberia ao Estado, nas proposições ratzelianas, a função de alimentar, prover moradia e, acima de tudo, proteção “contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo”. E, para tanto, sugere a colonização de outras áreas como uma alternativa para a proteção e expansão do Estado e “seu” território, propondo assim, uma ideia de Estado como um “Organismo Vivo” que “nasce, cresce e fenece” (Cataia 2011: 118).

Essa forma de conceber o território, ou o solo (*boden*), como preferia Ratzel, marcado por uma afetividade singular, uma espécie de união umbilical entre o povo, os recursos naturais e o solo, mostra claramente sua influência com a teoria evolucionista de Darwin, que defendia que a evolução se baseava na luta entre as diferentes espécies. Em síntese, os seres humanos, raças e etnias mais preparados e aptos, sagrariam vencedores e, por conseguinte, dominariam os povos considerados inferiores. Essas proposições serviriam para justificar a dominação dos povos europeus que se colocavam como uma civilização mais evoluída e desenvolvida, com a missão de dominar os povos inferiores e impor-lhes sua cultura e o seu modo de vida a seu bel-prazer (Cataia 2011).

Neste sentido, na concepção de Ratzel, é imprescindível analisar o espaço e o território enquanto categorias da geografia numa perspectiva que parte do poder como política estatal e do território como substrato onde o poder do Estado é colocado à prova, principalmente nas questões de ordem estratégica. Para Ratzel (1899 *apud* Nahum 2001 s./p.) “no que se refere ao Estado, a Geografia Política está desde muito tempo habituada a considerar junto ao tamanho da população, o tamanho do território”. Essas questões foram levadas em consideração no plano estratégico do Estado-Nação, em seus projetos expansionistas, exercendo com excelência sua finalidade hegemônica perante a sociedade. O que posteriormente viria a integrar o escopo das ideias de Raffestin (1993) como sendo a “Geografia política dos Estados”.

O território passa a ser visto com o propósito do poder e ambiente da territorialidade. É o início dos mais diversos interesses e “final” do avançar de ideias. Composto por fronteiras que abocanham ideologias, impõem limites a povos, reinos e principados. Desenha e redesenha espaços que partem do local ao global, configurando, fechando, cercando um cenário de cartas marcadas pelo poder juridicamente constituído através de acordos costurados pela amizade ou

marcados pela imposição a “ferro e fogo” por parte de povos dominantes. Aliás, essa ainda é uma forma bastante usual, desde o início, de relação de dominação e subordinação.

Para Cataia (2011:118) “o território é o produto do cercamento (*cloisonnement*) do espaço geográfico”. O autor complementa, fazendo uso das palavras de Gottman (1952:213).

No mundo compartimentado da geografia, a unidade política é o território. Seja o conjunto do território nacional de um Estado, seja o conjunto das terras agrupadas em uma unidade que depende de uma autoridade comum e desfruta de um regime dado, o território é um compartimento do espaço politicamente distinto daqueles que o rodeiam. Quer se trate de um Estado soberano ou de um país dependente, o território define existência física desta entidade jurídica, administrativa e política [...] O fato fundamental da geografia política é o cercamento do mundo.

O território é absoluto, supremo e ao mesmo tempo democrático. Supremo pela soberania “temporalizada” pelos grupos. Mas democrático pela rotatividade de histórias, relações que são estabelecidas e desfeitas da aurora ao alvorecer, como a rapidez de informações que rompe os limites do cosmos em questão de minutos, tão marcante na era digital. Portanto, o território é o construído e o desfeito. A causa e o efeito atômico limitado pelas fronteiras políticas que dá legitimidade à soberania dos “outros”. Território é espaço construído, vivido, lapidado por identidade de pessoas, digitalizado no movimento constante de aspirações individuais e coletivas. Impulsionado pela “supremacia” temporária que reveste o espaço pela mordida de interesses, na maioria das vezes, políticos e econômicos. Outrossim, o território acaba sendo uma moldura atualizada de um poder volátil, instantâneo do tempo no espaço ou do espaço no tempo.

Ampliando a discussão, agora numa perspectiva governamental, é digno dar ênfase a concepção de território na ótica pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, uma vez que através dele, são direcionadas ações que envolvem a dinâmica e o desenvolvimento territorial do país.

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, e as instituições-e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA 2006: 3).

Segundo Raffestin (1993: 2), “para construir um território, o ator o territorializa, projetando no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas

às necessidades de uma comunidade ou sociedade”. Neste sentido, o território se apresenta como um viés de uma matéria-prima “nobre” das intervenções humanas sobre e para o espaço, dando-lhes contornos próprios e características singulares, e ao trabalho e desejos humanos. Não obstante, é no espaço em que a “coisa” de fato acontece, cria e se recria. Contudo, é o território que valida, impõe limites, dá causa e efeito aos anseios da sociedade, dos dominadores e dominados. Assim, o espaço passa a refletir, com imposição, ou não, à face (in)visível do território, reverberando e consolidando, tangível e intangivelmente, as pretensões das forças hegemônicas, sobretudo de poder, ora atuantes em escala global, regional e local.

Para Santos (2007: 13) “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas. Isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Nas palavras do autor, fica evidente o papel interacionista entre as forças, classes, fixos e fluxos na transformação do espaço e consolidação de um território que deve contar, indispensavelmente, com a digital construída a plenos pulmões em decorrência da história natural e, posteriormente, da sociedade. Decorre daí o compromisso desta para com a luta constante em se buscar de maneira efetiva o protagonismo dos territórios nas mais variadas possibilidades de desenvolvimento. Tal fato não só consolidaria a existência do ser em si, como sujeito construtor da história, mas promoveria usufruto do meio, de maneira racional e sustentável.

Depreende-se, portanto, que no território se faz constar indubitavelmente as marcas sinuosas da trinca Espaço-Poder-Relações, que, em sintonia, ou não, ajudam a configurar as bases do território, dando características singulares a este, conforme as necessidades dos grupos que nele coabitam e interagem entre si e entre outras regiões próximas.

Diante das variadas concepções que marcaram o desenrolar dos estudos acerca da conceituação do termo, ora caracterizando-o como território absoluto, ligado diretamente às ideias de exercício da soberania pelos Estados-Nações, sob forte influência do viés político, e que, no decorrer da história, serviu como referência e justificativa para a remodelagem das fronteiras nacionais com a anexação de porções de terra por diversas nações. Noutra, também se defendeu a ideia do território relacional, termo contemporâneo e, por conseguinte, mais usual atualmente e que enfatiza o território como sendo uma porção do substrato material do espaço geográfico, produto da apropriação e, prioritariamente, fruto das relações sociais nele estabelecidas marcada pela territorialidade e identidade.

O certo é que, no território, inegavelmente, haverá a contribuição das relações, do poder e do espaço para que ele possa existir, de fato e de direito como destacado na Figura 02 a seguir:

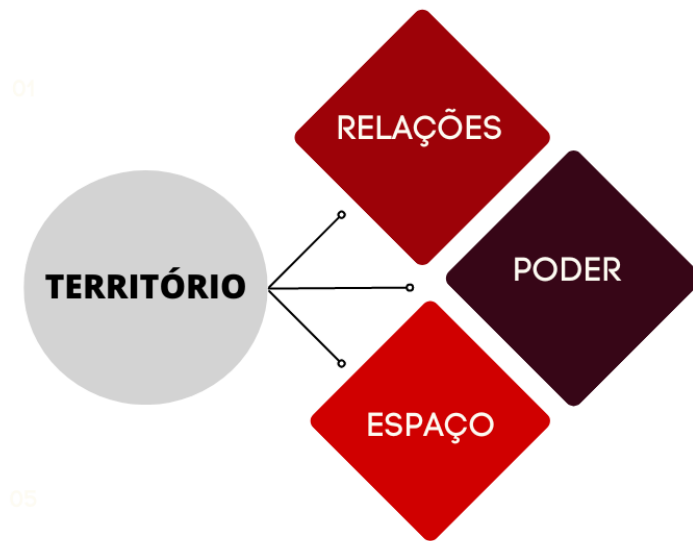


Figura 02 - Contribuição das relações sociais, da manifestação do poder e do uso do espaço para consolidação do território. Modificado de Santos (2007)

Santos (2007: 14) analisa que

[...] o território não é apenas o conjunto dos sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é fundamento; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais da vida.

Ainda nesta mesma linha, Pereira e Ribeiro (2013: 65) sinalizam que “o território é o resultado de uma relação contínua e recíproca entre a sociedade ou o grupo social, e o ambiente material”. E é nessas concepções epistemológicas contemporâneas, que dizem respeito à categoria território, que se baseou a presente abordagem, numa acepção em que é impossível dissociar a coexistência e, portanto, a imbricação e simbiose entre sociedade e território, tendo em vista que um não só influencia, mas é resultado do outro. E, nesta dialógica marcada pela mutação de relações e, conseqüentemente de (RE)significação do território, caracterizado pela existência do seu patrimônio, seja de ordem natural ou cultural, é que o território, de forma soberana, lança as bases e manifesta nos arranjos que o compõem, as mais variadas possibilidades de usufruto, inclusive as que lhe possibilitam, como resultado, o exercício pleno do protagonismo para e com a sociedade.

O território é formado por diferentes escalas e níveis de relações em diferentes ambientes de sua área de delimitação. E nele constam os mais variados interesses das diversas classes que nele subsistem e constroem sua estrutura conforme sua ideologia, sobretudo aquela que marcou por várias décadas as ideias dos muitos filósofos que atrelavam o território ao exercício pleno do poder. Conforme nos diz Saquet (2020: 34)

[...] o território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, outro significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social.

Portanto, a variável de relações dos diversos grupos, ocasiona como consequência nessa mesma proporção, a ocorrência de múltiplos territórios, cada um trabalhando para exercer sua influência através de relações geralmente conflituosas de sobreposição, frente a grupos da sociedade mais vulneráveis, que não se organizam para buscar seu protagonismo num outro segmento. Sendo assim, vale frisar que o exercício da territorialidade também é marcado por conflitos. Motivo este que, inclusive, ajuda a explicar o surgimento de muitos territórios, seja local ou mundial. Por outro lado, a mesclagem dessas relações praticadas em âmbito social corrobora para o surgimento do que alguns autores denominam de multiterritorialidade. E, numa visão macro que perpassa os limites nacionais, o território passa a ser também transterritorial, quando este compõe um projeto de interesses de vários países, sobretudo de ordem econômica caracterizada pelos blocos.

Como visto anteriormente, o conceito de território perpassou por muitas etapas até a contemporaneidade. Originalmente, o território, numa perspectiva da ciência geográfica, esteve diretamente ligado com as mais variadas disputas entre os diferentes povos, ocorridas ao longo dos tempos, tendo como intento ampliar os limites de tais territórios e subjugar outros grupos à sua capacidade bélica e de poder. Ou seja, tinha um viés político, de soberania, autonomia, supremacia. Portanto, por não ser único e exclusivamente definido por fronteiras, mas tendo como finalidade marcante o nível de interação social, recorremos a Abramovay (2005 p. 1) quando analisa que “territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social”.

Essa dinâmica sempre constante do território, favorece uma metamorfose intermitente deste, propiciando uma formatação peculiar, conforme as necessidades dos grupos que nele atuam. Esta abordagem ganhou bastante visibilidade, sobretudo nos anos finais do século XX e início do século XXI, período que trouxe uma revalorização do território. Desta feita, trazendo à tona com mais evidência os aspectos econômicos, culturais e sociais, momento em que afloraram nas teorias do conhecimento geográfico elementos importantes na abordagem territorial, tais como: político, cultural, econômico e natural. Segundo essa perspectiva, é possível entender o território como movimento, fluidez e interconexão, dando origem aos

processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, a chamada TDR (Haesbaert 2007).

Dallabrida (2017: 144) nos diz que o território é “o campo de disputas de relações de poder; conflituosas ou de cooperação, ambiente físico-natural (solos, minerais, fauna e flora) e meio de vida da espécie humana, as pessoas”. No que se refere ao uso e finalidade, o território apresenta variadas tipologias, que abrangem desde o território histórico, político, econômico, cultural e, porque não dizer, território do desenvolvimento.

Adentrando nas concepções de Sei (2004), este nos ensina que o território é o ambiente onde se desenvolveria um modelo político que envolveria atores e instituições locais de desenvolvimento do território, que não seriam obrigados a defender os mesmos grupos, interesses e ideias. Contudo, trabalhariam de maneira coadunada, buscando convergir nas concepções de um modelo de desenvolvimento articulado entre diversos segmentos.

1.1.3 Territorialidade

A territorialidade é um dos tópicos que não deve, de forma nenhuma, deixar de ser mencionado no escopo do trabalho, por diversas razões. Dentre as quais, pela correlação direta que tem com o conceito de território, que é uma das categorias basilares do presente estudo.

Torna-se evidente que a territorialidade, pela sua gênese proveniente do território, é expressa nas suas variadas nuances, que surgem diuturnamente através da história que se apresenta em contínua construção pela sociedade nos limites delimitados pelos territórios em evolução. E numa analogia, grosso modo, ousa-se afirmar que a monetização do território também está entrelaçada com a dinâmica pulsante manifesta através da territorialidade, uma vez que esta é consequência das vivências e relações da sociedade com o meio. Ou seja, um comportamento vivido, experienciado entre o homem e o meio circundante. Acerca desta abordagem, Robert Sack (1986) citado por Fuini (2014: 230) concebe a territorialidade como “algo enraizado social e geograficamente”. Compreendendo assim, a forma como as pessoas usufruem e se organizam na porção do espaço, de certa maneira, agregando valor, sentido e se conectando emocionalmente ao mesmo.

Na perspectiva de Raffestin (1993), a vivência do homem no espaço se apresentaria sob uma concepção multidimensional. O grau de relações de poder ali estabelecidas entre os atores regeria o nível destas, entre a natureza e a sociedade. Para o autor, a territorialidade tem suas bases oriundas das relações ocorridas na esfera tridimensional, composta pela sociedade-

espaço-tempo, com o objetivo de se alcançar maior autonomia dos recursos existentes dentro de um sistema.

Na perspectiva de Santos e Silveira (2001), a territorialidade seria manifesta a partir da estreita relação entre o homem e o território. Tal simbiose entre ambos, decorrente da vivência no território, faria despertar na sociedade um sentimento de pertencimento. Ou seja, soa como um sinônimo de pertencer àquilo que de fato nos pertence.

Saquet (2003) traz uma abordagem de cunho socializada, afirmando que a territorialidade compreenderia as diversas relações sociais complexas ou não, ocorridas diariamente entre os homens e o seu entorno. O que, segundo o autor, seria marcado por quatro níveis correlacionados. Complementa afirmando que tais relações sociais envolveriam também relações de poder, redes de circulação, comunicação e controle de recursos naturais, desenroladas no território. Tendo como resultado o que os pesquisadores chamam de dinâmica territorial do desenvolvimento.

Haesbaert (2007) cita que a territorialidade seria uma base angular, um conceito essencial para a construção de identidades. Enquanto Fuini (2014: 230), cita que a territorialidade advém da consciência que as pessoas que habitam um território têm de sua participação na formação histórica deste, que se daria de forma subjetiva. A territorialidade seria aquilo que se encontra no território e está sujeito à sua gestão.

Em suma, entende-se que a territorialidade é o transcorrer da vida, das experiências vividas e vivenciadas por atores sociais, protagonistas ou não, no contexto social. É o desenrolar da história escrita diariamente através das múltiplas relações sociais estabelecidas entre a sociedade e o território, mediadas numa escala temporal que parte de contextos intra, extra ou transterritorial, tendo como pressuposto atender a diferentes objetivos e interesses, sejam individuais, coletivos, públicos ou privados. Isso, com viés de crescimento em diferentes âmbitos, sejam eles econômico, social, cultural, político, ambiental e outros, ou melhoria da qualidade de vida das pessoas e, conseqüentemente, da comunidade na qual se apresentam inseridas em determinado território.

Esta relação de conexão, de ligação em uma espécie de cordão umbilical, que há entre identidade e território, representa, numa outra perspectiva holística, o florescer da territorialidade, e esta, numa conceituação simplória, não tão rebuscada, mas da mesma forma insubstituível, tendo em vista que é experienciada diariamente no fluxo contínuo, marcada pelo pulsar da vida do território. E decorrente do emergir do sentimento de pertencimento ocasionado pela ebulição da identidade construída ao longo do caminhar dos acontecimentos

geológicos e humanos perceptíveis no meio, o que aqui comumente ousa-se chamar simplesmente de identidade territorial.

Sendo assim, não há como dissociar território e identidade territorial, uma vez que o primeiro se encontra revestido de valores materiais e imateriais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos (Bonnemaison e Cabrézy, 1996). No tocante a esta relação, Haesbaert (2011: 51), ao citar os autores Bonnemaison e Cabrézy (1996), reforça que “o território é um construtor da identidade, talvez o mais eficaz de todos”. Complementa:

O território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação ou, se preferirmos, de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma identidade exterior à sociedade que o habita (Haesbaert 2011: 13).

Portanto, a gênese paradigmática do “apego” humano ao território remonta a tempos pretéritos, e, nesta linha evolutiva do caminhar da sociedade, vai ganhando novas ressignificações conforme a necessidade da humanidade.

1.1.4 Identidade Territorial

Entende-se que ao trazer em evidência a epistemologia por trás de relevantes temas que abarcam, por exemplo, conceitos como geoturismo, território e desenvolvimento, propostos no estudo, faz-se irrefutável abordar no escopo do trabalho as eventuais potencialidades e, dentro desta seara, emergir fatores intrinsecamente relacionados a metamorfose do espaço, relacionada com a constituição e consolidação dos territórios, uma vez que este é inegavelmente resultado também de processos dinâmicos do trabalho natural e do processo evolutivo da sociedade. Ademais, urge trazer à baila variados elementos e atributos essenciais que estão conectados direta e indiretamente ao existir dos territórios. Ou seja, marcas e características que lhe são peculiares e que trazem no limiar da sociedade reflexos de uma história singular e da forma como essa, a partir da territorialização, se apresenta para o mundo.

Nesse viés, o “DNA” do território se manifesta na forma de identidade. De identidade territorial rabiscada através do tempo, da natureza e do caminhar da sociedade. Passando a ser passaporte primordial às diversas ciências que a estudam, a fim de explicar tais processos e, porque não dizer, do território e o desenvolvimento.

Para Dallabrida (2017: 146), a identidade territorial “é o elemento diferenciador de um determinado agrupamento populacional, pois seus traços e características estão ligados ao meio

físico, à cultura, às relações sociais e econômicas. Enfim, ao patrimônio territorial”. Complementa dizendo que “a identidade territorial se refere tanto a dimensão social, como a físico-natural (tipo de paisagem) e cultural (tradições e valores), portanto, resulta de processos históricos e relacionais”.

De fato, não há como se estudar as categorias da ciência geográfica e não estabelecer relações contemporâneas, a fim de buscar compreender aspectos fenomenológicos para entender o todo. Este não vive sem as partes, da mesma forma que não se pode explicar o global, sem o local e vice-versa. Sendo assim, identidade e território, representando nas entrelinhas não só são os lados de uma mesma moeda, mas coexistindo na mesma porção do substrato, mantendo uma simbiose de influência sobre este (Santos 1996).

Portanto, por estarem intimamente relacionados, identidade e território se complementam, conjecturando os variados elementos que compõem o bojo da identidade territorial e, referenciando processos de desenvolvimento territorial (Dallabrida 2017). Diante do proposto pelo autor, fica evidente que a identidade territorial se trataria de um elemento extremamente significativo ao se propor o desenvolvimento de um determinado território. Abordagem que partiria a priori de um recorte que envolve as bases, as raízes profundas responsáveis pela dinâmica ocorrida no território na escala temporal, seja no tocante aos aspectos naturais ou culturais.

Parafraseando Santos (1996), o olhar deve estar direcionado às rugosidades, atributos temporais de um determinado espaço e, por conseguinte, do território. Sendo assim, tem-se um foco central ao se debater o desenvolvimento territorial: analisar a identidade territorial como um dos pontos a serem considerados. Daí surge o grande nó que se vislumbra no horizonte dos questionamentos e que precisa ser desatado: como a identidade territorial do município poderá ser utilizada como possibilidade de contribuir para o protagonismo do território, no que se refere ao geoturismo praticado no Território dos Carnaubais e, a posteriori, no Estado do Piauí, cuja grande referência neste segmento são os Parques Nacionais de Sete Cidades, São Raimundo Nonato, Serra da Confusões e, mais recentemente, o Parque Municipal Pedra do Castelo, com suas cachoeiras e o Cânion do Poti, com início em Crateús-CE.

Neste sentido, com a relevância que a identidade tem no desenvolvimento territorial, é válido trazer à discussão os conceitos de ativos e recursos territoriais, uma vez que, como assevera Dallabrida (2017) e outros autores, tais conceitos seriam indispensáveis para promover o desenvolvimento do território. Pesqueur (2005) nos diz que ativos territoriais são fatores em plena atividade na economia dos territórios. Enquanto recursos territoriais, compreendem fatores possíveis de serem explorados a partir do conhecimento e organização destes e ainda

não utilizados efetivamente. Ou seja, diferentemente dos ativos, que já estão em franca atividade na economia local, os recursos territoriais seriam uma possibilidade a ser explorada, a ser transformada em um ativo territorial.

Fazendo-se uma analogia com termos da economia, um recurso territorial seria uma espécie de passivo, um “prejuízo” econômico ao território, à medida que se colocaria apenas como um provável potencial renegado à mera existência na passividade econômica, negligenciado ao obscurantismo econômico-social. Tal fato coloca em pauta a necessidade latente de deliberar acerca da apropriação dos recursos territoriais com viés econômico, a fim de lançar as bases para o processo de desenvolvimento territorial do município, foco central da presente abordagem a partir de preceitos do geoturismo. Corroborando, por outro lado, para a melhoria da condição de vida das comunidades no entorno dos atrativos e das pessoas que, porventura, participem diretamente da cadeia produtiva e do capital social do município.

1.1.5 Desenvolvimento

A proposta em discussão tem como uma de suas finalidades discorrer acerca do desenvolvimento territorial, buscando, a partir dos estudos propostos, ampliar o debate no que concerne ao conhecimento das atividades produtivas e da finalidade do geoturismo para concretizar a problemática da abordagem.

Segundo o dicionário Houaiss, desenvolvimento é a “ação e efeito de desenvolver; crescimento; [...] crescimento global de um país, de uma região etc; progresso” ou conforme define Abbagnano (2007: 284), desenvolvimento é o “movimento em direção ao melhor”. A conceituação da terminologia desenvolvimento foi historicamente forjada e entendida sob diversas nuances aos olhares de inúmeros filósofos ao longo do tempo. Com isso, recebendo variadas interpretações conforme a sociedade se transformava ou era vista epistemologicamente pelo conhecimento científico dominante em cada época. No bojo desta discussão, não se pretende traçar uma receita para se atingir os objetivos propostos para a caminhada em direção ao desenvolvimento, mas apresentar as variáveis consideradas por alguns pesquisadores do tema – e pelo próprio autor –, como mais uma alternativa para o enriquecimento do debate acerca da temática.

Nesse sentido, devido à abordagem aqui proposta e a estreita ligação entre desenvolvimento e território, parte-se dos pressupostos de Dallabrida, ao destacar trabalhos como os de Campolina Dinis e Lemos, bem como de Ribeiro e Milani, enfatizando que o desenvolvimento se faz presente no território e que, prioritariamente, envolveria quatro

aspectos do mesmo, sendo eles o social, o cultural, o econômico e o ambiental. Tais dimensões, segundo os referidos autores, teriam a base impactada pelo processo de desenvolvimento.

Lançamo-nos ainda nas concepções de autores como Celso Furtado (*apud* Dallabrida 2017), onde a conceituação de desenvolvimento tem sido abordada atualmente em uma perspectiva de dois sentidos distintos: um marcado pelo processo evolutivo do sistema social de produção, e outro relacionado ao grau de satisfação humana.

Partindo da ideia de que o desenvolvimento é uma alternativa viável para propiciar uma mudança na estrutura socioeconômica da comunidade e de que este pode trazer benefícios significativos a essa, entende-se que a discussão no que tange a esta temática se apresenta como essencial. Nesse sentido, reverberam-se as palavras de Saque (*apud* Dallabrida 2016: 7):

O desenvolvimento é multiforme e corresponde, no mínimo, à conquista de melhores condições de vida, considerando os aspectos sociais e naturais. Assim, o desenvolvimento tem um conteúdo plural (econômico, político, cultural e ambiental), histórico e relacional, ou seja, é construído social e historicamente pelos habitantes do planeta onde vivemos. Portanto, alguns avançam mais, outros avançam menos conforme as condições materiais e imateriais que estão à disposição e que são construídas nas relações sociedade-natureza.

Diante disso, Dallabrida (2017) reforça que o caminhar do processo de desenvolvimento é decorrente do conjunto de relações que envolve a dinâmica entre a sociedade e os demais elementos que integram o ambiente físico-natural, impactando de maneira positiva ou negativa tanto o meio quanto a vida humana.

O trabalho em voga traz uma abordagem na concepção euclidiana. Ou seja, parte do princípio de que o território está conectado em rede. Portanto, no que se refere ao objeto de pesquisa, é impensável concebê-lo de maneira isolada, sem conexão com outros importantes segmentos da sociedade. Partindo desta premissa, entende-se que o sucesso do desenvolvimento do território depende do sincronismo entre as diversas redes que coadunam no mesmo local e, a partir daí, partem ao global. Envolvendo, para tanto, atores em variadas instâncias, sejam elas políticas, econômicas, históricas, culturais e as produtoras de conhecimento, tais como escolas, universidades e outras instituições.

De acordo com Corrêa (2009: 24):

A partir de 1970, abre-se um debate acerca do perfil a serem adotados para o desenvolvimento de uma determinada localidade e, considerando experiências europeias e norte-americanas, se aprofunda a ideia de que o desenvolvimento

de um espaço depende parcialmente do nível de organização de sua sociedade em relação aos objetivos que lhes são comuns.

Portanto, a chave para a construção de um desenho territorial que se traduza efetivamente em uma unidade de desenvolvimento, é o protagonismo local (Paulo 2011). Mas, para tanto, é impossível imaginá-lo sem o redesenho do “pensar” dos atores sociais, elemento fundamental para a existência dos territórios. O florescimento da vontade popular, das diferentes classes e das instituições de fomento, junto às políticas públicas das instâncias superiores de gestão, em consonância com ações efetivas imbuídas na consolidação do capital social, a partir do potencial econômico existente nas comunidades, é um dos fatores primordiais para impulsionar o protagonismo local.

A participação social implica entender as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem com o objetivo de “influenciar a formação, execução, fiscalização e avaliação de políticas públicas na área social (saúde, educação, habitação, transporte, etc.)”. Tais ações expressam, simultaneamente, concepções particulares “da realidade social brasileira e propostas específicas para enfrentar os problemas da pobreza e exploração das classes trabalhadoras no Brasil (Valla e Stotz 1989:6 *apud* Brasil 2021).

Nesse sentido, nenhuma etapa do processo de desenvolvimento é tão importante quanto o grito ensurdecedor que urge do desejo da sociedade local, dos que acreditam que através da soma de força dos atores sociais é possível reescrever uma nova história no processo de crescimento e desenvolvimento das comunidades locais e seu entorno. Nesta perspectiva, Moyano (1999) afirma que os melhores resultados alcançados em decorrência de políticas públicas implementadas na comunidade foram em consequência do trabalho daquelas sociedades que melhor se articulavam de maneira coletiva, conseguindo, assim, resultados satisfatórios através de seus recursos disponíveis e de uma gestão pública eficiente.

No tocante a participação social prevista na Constituição Federal, o Estado brasileiro reconhece que esta contribui ao mesmo tempo para a construção da democracia, o fortalecimento da cidadania e a melhoria do desempenho da Administração Pública (FNDE 2021). Por outro lado, a falta de participação dos atores sociais é apontada como uma das principais causas de insucesso de políticas públicas, programas e projetos nas mais diferentes instâncias. A ineficiência na interação com os segmentos da sociedade favorece a fragilidade das ações e corrobora substancialmente para que tais políticas não alcancem seus objetivos a contento, gerando desperdício de recursos e aumentando o descrédito no que se refere às ações

públicas (Bandeira 1999). De maneira generalizada, o olhar do Estado deve estar em perfeita sintonia com as sociedades locais frente às potencialidades presentes em cada território.

Ademais, a “cegueira” ante ao desconhecimento dos eventuais potenciais presentes nos territórios significa, nas entrelinhas, renegar a própria história humana e geológica dos territórios. Tratar-se-ia, portanto, de desconhecer a própria essência da existência, uma vez que a consolidação de um depende necessariamente do outro. Lima (2022: 57) foi categórico ao afirmar que:

Quando o Estado “nega” as características do território ele desconsidera as identidades ali existentes e os sujeitos não se sentem representados por esta instituição. Há uma contradição entre o que as realidades geográficas, históricas, sociais e culturais representam e o modo como o Estado legitima esta realidade, tornando as identidades invisíveis.

Por sua vez, Mançano (2006: 2) nos diz que:

[...] as relações sociais e os territórios, devem ser analisadas em suas complexidades [...] Os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida e para o desenvolvimento. Os sujeitos sociais organizam-se por meio das relações de classes para desenvolver seus territórios.

Isso, concomitantemente com os órgãos que assim desejarem promover o protagonismo das referidas áreas. Assim, o desenvolvimento não nasce da imposição alheia ou de propostas frágeis de instituições superiores que procuram promovê-lo sem o devido conhecimento do espaço e da dinâmica territorial dos locais. Ele deve emanar da vontade popular, brotar da terra que a sociedade constrói com suas lutas as aspirações do presente e do futuro. Nesse interim, é válido ressaltar os dizeres de Juarez de Paula (2008: 7).

[...]O desenvolvimento não é um resultado automático do crescimento econômico, é o resultado das relações humanas, do desejo e da vontade das pessoas de alcançarem uma melhor qualidade de vida para todos. O desenvolvimento depende da adesão das pessoas, da decisão de se colocarem como sujeitos sociais.

Tal objetivo só é possível quando os atores sociais, em uníssona voz, optam por fazer escolhas e tomar decisões que reflitam diretamente no seu futuro e, por consequência, no futuro do território, uma vez que o crescimento e fortalecimento do mesmo ante ao mundo globalizado se dá em decorrência do modelo de relações sociais nele estabelecidas.

Em pequenos municípios, onde a presença do capital sob a forma de geração de empregos e, conseqüentemente, de renda, é quase inexistente, o usufruto da história dos antepassados e de aspectos geológicos que se apresentam de maneira singular em determinados locais são, na maioria das vezes, uma das poucas oportunidades para a entrada de recursos extras na economia destes municípios. Esses possíveis atrativos, somados aos produtos oriundos da agricultura familiar praticada nestes locais, acabam representando uma alternativa mais palpável, e por vezes única, para o desenvolvimento do território, uma vez que a maior parte dos recursos alocados para estas pequenas cidades é proveniente, principalmente, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Esses recursos são insuficientes para promover o protagonismo destes locais, tendo em vista que apenas conseguem custear as despesas básicas dos municípios. Daí a importância de conhecer os territórios, saber as fraquezas e, principalmente, o potencial existente nos mesmos, a fim de desenvolver políticas públicas de forma coletiva e integrada. Buscando, neste sentido, diversificar a economia local, fortalecendo o município e despertando o senso de cooperação entre as variadas redes que coabitam nestes locais.

Para Abramovay (1998), o desenvolvimento rural de pequenos municípios deveria ser percebido através da dinamização da vida destes, a partir da ótica de quatro pontos cruciais, a saber: econômico, social, político e ambiental, corroborando, assim, para a inovação, tendo como ponto de partida a cooperação entre os agentes econômicos e sociais locais.

Fica evidente que o processo de desenvolvimento destes locais tem como gênese o envolvimento, fortalecimento e a indiscutível participação das comunidades locais na elaboração de suas agendas de desenvolvimento. Tendo como propósito a definição de metas, proposição de soluções, estratégias e mecanismo de avaliação para o fortalecimento da economia, através de uma análise territorial que identifique potenciais e produtos que possam contribuir substancialmente para o protagonismo territorial. De preferência, marcado com identidade própria, dinamismo da economia solidária e repleto de simbolismo cultural local.

Portanto, é inegável a participação de movimentos sociais, sindicatos, organizações, instituições de fomento e poder público na construção de um projeto sólido e consistente que possa culminar com o sucesso desses territórios e, por extensão, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas nele estabelecidas.

1.1.6 Desenvolvimento Territorial

“A ordem, a desordem e a organização se desenvolvem juntas, conflitual e cooperativamente, e de qualquer modo, inseparavelmente” (Morin 2002: 216). Nada mais significativo do que abrir esta discussão com as palavras de Edgar Morin, por entender que sua afirmação vai ao encontro do processo que ocorre na dinâmica que compreende toda estrutura a ser realizada em qualquer modelo de projeto que tenha como propósito o desenvolvimento territorial. A ordem e a desordem presentes na configuração territorial fazem parte da significação e ressignificação dos territórios, e, portanto, devem ser levadas em consideração nas análises em que se desenrolam os procedimentos para se alcançar o desenvolvimento territorial.

As políticas públicas destinadas a este fim, que tem como origem instâncias exógenas à região de interesse, devem somar forças principalmente com aquelas que nascem dos anseios e da vontade popular presente na dinâmica do território e que ajudam a consolidar a existência do mesmo através da territorialidade, da identidade cultural dos setores produtivos e da participação social. Sendo assim, o diálogo, a troca de experiências resultante dos conflitos de interesses, acrescidas das manifestações contrárias dos agentes locais, também seriam uma forma para se atingir o desenvolvimento devido a sua multidimensionalidade direcionada para diferentes recortes da sociedade, quais sejam: social, econômico, cultural, político, espacial e histórico, visto que a diversidade de ideias contribui para a formação de argumentos contundentes na formulação de propostas visando os interesses da coletividade (Dallabrida 2017).

Segundo o portal Fórum das Cidades (2023), o desenvolvimento territorial é entendido como:

O processo através do qual a geografia dos territórios habitados pelas sociedades humanas é progressivamente transformada. Envolvendo componentes físicos (infraestrutura, paisagens rurais e urbanas, etc) mas também a estrutura territorial ou o padrão de povoamento, isto é, a distribuição geográfica da população e das atividades humanas, em particular a dimensão das cidades e as relações que se estabelecem entre elas.

O mesmo fórum menciona que este conceito pode ser tido também como objetivo das políticas públicas, com o viés de desenvolvimento territorial sim, contudo, não se limitando apenas a busca pelo crescimento, todavia amplificando sua zona de influência sobre questões primordiais e de interesse público, como a tão almejada sustentabilidade numa perspectiva basilar envolvendo a esfera econômica, social, ambiental e cultural.

Para Dallabrida (2017), o desenvolvimento territorial corresponde a um processo de transformação estruturada realizada de maneira organizada pela sociedade, onde há um processo de valorização dos recursos e ativos presentes no território, sejam eles materiais, imateriais, genéricos ou específicos, tendo como finalidade a dinamização socioeconômica e posteriormente a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Para Rallet (2007: 80 *apud* Dallabrida 2017: 30)

[...] o desenvolvimento territorial faz referência a um espaço geográfico que não é dado, mas construído. Construído pela história, por uma cultura e por redes sociais que desenham suas fronteiras. O conteúdo define o recipiente: as fronteiras do território são os limites (móveis) de redes socioeconômicas. Ali onde a rede se extingue, termina o território.

Cazella (2008) aponta que o processo no qual fora forjada a construção ideológica do que atualmente está sendo denominado de desenvolvimento territorial, encontra-se vinculado historicamente a alguns fenômenos de ordem socioeconômica e política. Porém, o autor destaca, prioritariamente, uma abordagem atrelada à questão econômica, com influência de movimentos regionalistas e dos “países”, como na França dos anos 1970, e a outra caracterizada por acontecimentos sociopolíticos que contribuíram para o surgimento de uma concepção em que os atores locais devem assumir a dianteira no que se refere ao desenvolvimento de sua região. Esta última, relacionada com os estudos sobre os distritos industriais da “Terceira Itália”, nos idos da década de 1970 e início dos anos 1980.

É impossível pensar e propor um desenvolvimento do território que não parta de uma proposta de ordenamento do mesmo. Conhecer o espaço e o território são questões elementares para se iniciar uma intervenção no sentido de prover melhorias nas políticas públicas com o intento de torná-lo protagonista no cenário regional, quiçá no nacional. Sun Tzu (2015: 34) já retratava a importância de conhecer o território em sua renomadíssima obra “A Arte da Guerra”, onde apregoava que “quem combate com inteiro conhecimento, vence, de certeza; quem não o faz é, certamente, derrotado”. Essa é uma questão válida para qualquer tipo de região.

Na busca pelo protagonismo de um território, há que se eliminar os “pontos cegos”, ou seja, conhecer as potencialidades existentes que, para muitos, não são visualmente perceptíveis. Olhar clinicamente sobre tais potenciais é uma necessidade para entender a dinâmica dos territórios e, assim, encontrar alternativas eficazes para consolidar seu fortalecimento, traçando um planejamento de ações a ser rigorosamente posto em prática alinhado às expectativas da sociedade local, a partir da participação na tomada de decisões, com o intento de desenhar um modelo de projeto verdadeiramente factível, buscando evitar sobremaneira e a qualquer custo,

o desperdício na alocação de recursos recebidos e, conseqüentemente, o descrédito nas estratégias que objetivam o protagonismo territorial.

Segundo Godar, Cero e Cazella (*apud* Dallabrida 2016: 31), o sucesso de um processo de desenvolvimento territorial estaria vinculado a três condições fundamentais. Primeiro, a coletividade local deve se responsabilizar pelo debate a respeito do desenvolvimento, de tal maneira que a população possa escolher suas metas, preferências e identificar os meios materiais e humanos disponíveis localmente (Cazella 2008, p. 20). Em segundo, o Estado desempenharia um papel fundamental na promoção do desenvolvimento territorial, “[...] tendo a difícil função de contrabalançar os efeitos desestruturantes da lógica de mercado, além de fornecer os meios humanos e técnicos ausentes na esfera territorial” (Cazella 2008: 20). Terceiro, haveria a necessidade de “construir uma estrutura autônoma de animação e de planejamento do desenvolvimento”. O autor finaliza dizendo que “essa estrutura deve respeitar a pluralidade dos atores que constituem a base social de implementação do desenvolvimento” (Cazella 2008: 20).

De acordo com Jean (2010: 74-75 *apud* Dallabrida 2016: 32)

[...] o desenvolvimento territorial pressupõe também que cada território deva construir por meio de uma dinâmica interna, seu próprio modelo específico de desenvolvimento. Pois o modelo que obteve êxito num dado território e num dado momento, pode muito bem fracassar em outro território.

Daí a importância de um diagnóstico preciso no âmbito do território, de maneira que todas as variáveis sejam levadas em consideração na hora de elaborar um plano de intervenção territorial. Acerca da volatilidade e peculiaridades do desenvolvimento territorial, Dallabrida (2016: 32) assevera que:

O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população.

Parte-se da premissa de que só é possível conhecer o todo por meio da integração e participação de todas as partes imbuídas nesse processo. Reconhecendo, assim, que nenhum segmento político, social, econômico ou potencial presente no território pode ser esquecido. É nesse sentido que uma “desorganização”, com conflitos de ideias e sugestões, surge para enfim reorganizá-lo, agora com uma perspectiva desenvolvimentista a cabo da sustentabilidade, de

uma forma singular, em que os atores que compõem o território possam usufruí-lo a contento. Neste sentido, entende-se que, na busca pelo desenvolvimento do território, se faz de grande importância avaliá-lo sob diversas variáveis, dentre as quais, as que podem ser visualizadas na Figura 03, que segue:



Figura 3 - Fatores a serem considerados numa análise de aspectos presentes no território. Elaborado pelo autor (2023) a partir de Dallabrida (2016)

Santos (2006: 39) nos diz que “os objetos não existem se os vemos separados do sistema de ações. Os sistemas de ações não se dão sem os sistemas de objetos”. E ainda, “as ações resultam das necessidades naturais ou criadas. Sendo portanto, de ordem econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas”. Já Santos (1996) nos lembra que as atividades que realizamos, são influenciadas por, e a partir do conteúdo que nos rodeia e do qual fazemos parte. Neste sentido, o território é um conjunto de objetos construído e concatenado com as atividades sociais nele atuantes. E as ações para torná-lo como objeto do protagonismo partem de sua integração, sendo também frutos de estratégias com o intento de promover seu desenvolvimento, não só com viés econômico, mas também social. Como frisa Guilherme, Oliveira e Laranja (2020: 55) citando Soares(2009), “a organização do território transcende os objetivos puramente econômicos da planificação e tem como norma a ideia de recursos e ordenamento de uma área geográfica ao valor humano das populações”.

Para Gross (1998), citado por Guilherme, Oliveira e Laranja (2020: 55) o ordenamento territorial “pode ser entendido como a ação e efeito de colocar as coisas no lugar que consideramos adequado”. Assim, fazendo uso de sua concepção, entende-se que é possível “aproveitar” positivamente os atrativos geomorfológicos existentes no município. Para isso, é essencial somar forças com outros atores e colocar as coisas no seu devido lugar. A partir da empiria buscar compreender o território local, conhecer suas forças e fraquezas, firmar parcerias, traçar metas e objetivos que possam convergir em ações numa proposta única de incentivar e efetivar o protagonismo do município como algo palpável e uma forma de desenvolvê-lo nas suas mais diferentes esferas.

Nessa perspectiva, é salutar destacar a importante contribuição da Carta Europeia do Ordenamento do Território, onde tem-se que “o ordenamento territorial é a expressão espacial das políticas econômicas, social, cultural e ecológica de toda a sociedade”. Numa outra abordagem, o Dicionário da Língua Portuguesa Online (2005-2022, s./p.), traz em seu bojo a seguinte definição de Ordenamento Territorial:

[...] é o ato de ordenar, ordenação; de um território: estudo profundo e detalhado de um território para conhecer todas as suas características e que constituirá a base para a elaboração de um plano cuja finalidade é a utilização racional desse território, aproveitando as potencialidades, visando o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida.

Soares (2009) Nos diz que o ordenamento, nas entrelinhas significa “ordem”, resultado da maneira como as relações sociais são estabelecidas e organizadas em torno da consolidação dos arranjos espaciais construídos para atender finalidades específicas, e que a sociedade trabalharia para a conquista dos objetivos desejados na concepção desses arranjos. E é justamente nessa linha de raciocínio que entendemos que o geoturismo, somado a outros elementos da cadeia produtiva do município, poderá representar mais uma possibilidade de desenvolvimento do território, ampliando o leque de produtos a serem trabalhados pelos diferentes setores da sociedade local.

A proposta de desenvolvimento territorial tem como foco inúmeras ações, dentre as quais destaca-se aquela em que se busca incentivar o surgimento de iniciativas de desenvolvimento que tenham como local de nascedouro a própria comunidade, verdadeira proprietária dos ativos, atributos e autora de formulações de políticas, planos e estratégias, visando seu desenvolvimento a partir da mitigação de alternativas exclusivamente exógenas e a valorização de acepções endógenas que possam promover o protagonismo territorial e da sociedade que nele habita. Tais propostas visam trabalhar em consonância com aquelas que já

existem na esfera estadual ou federal. Porém, necessariamente, com a predominância das políticas em âmbito local.

Sabe-se que historicamente o Brasil é marcado por uma grande desigualdade social. Sobretudo, com uma importante concentração de renda nas mãos de um pequeno número de pessoas. Fato este que também pode ser evidenciado quando se toma como referência as regiões brasileiras. O Sudeste desponta como a mais desenvolvida, seguida pelas regiões Sul e Centro-Oeste. Enquanto o Norte e o Nordeste disputam a lanterna no que se refere ao desenvolvimento das regiões brasileiras. Estas apresentam sérios problemas em muitos setores, principalmente no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desigualdade social e geração de empregos, com o predomínio de vários municípios com elevado índice de pobreza. Tal situação ratifica a necessidade de, em uma frente ampliar as políticas públicas e noutra, criá-las, a fim de minimizar as desigualdades nas diferentes escalas territoriais, possibilitando o acesso à riqueza e ao desenvolvimento por parte do maior número de territórios e sua população, elementos que representam uma busca constante nestas ações.

1.1.7 Propostas Nacionais para promover o desenvolvimento local

Atualmente, em se tratando de política pública em âmbito federal para fomentar o desenvolvimento regional, bem como o ordenamento do território, sobretudo de áreas rurais, a União dispõe de duas políticas, sendo uma delas a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), voltada sobretudo para incentivar o desenvolvimento das três regiões menos desenvolvidas, que são o Norte, Nordeste e o Centro-Oeste.

Além de promover uma política voltada à expansão das referidas regiões, visa-se a redução das disparidades nesses níveis com o Sul e o Sudeste do Brasil, motivo pelo qual o Governo Federal instituiu em 2019, através do Decreto nº 9.810, a PNDR, com validade decenal, compreendida entre 2019 e 2029. Essa política “tem como diretrizes estratégicas a redução das desigualdades regionais e intrarregionais, além da promoção do desenvolvimento territorial sustentável, respeitando as identidades e a diversidade cultural” (Brasil 2019a).

A outra política criada pelo Governo Federal é a Política Nacional de Ordenamento do Território (PNOT), que procura ordenar o território compatibilizando as políticas públicas sob a égide de diferentes objetivos, mas mantendo um fim comum, que é o desenvolvimento do território. Neste caso em específico, das regiões menos desenvolvidas do país (Brasil 2019b). Esta política se apresenta como um importante mecanismo para tentar diminuir a desigualdade entre as regiões do Brasil, principalmente no que concerne ao aspecto econômico,

negligenciado por vários anos e governos, em detrimento da valorização de outras áreas em expansão no território nacional e que recebiam o maior aporte de investimentos por parte da União. Buscando contornar esta situação caracterizada por um grande abismo econômico entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em relação ao restante do país, o Governo Federal lançou em 2019 as bases para a PNDR, tendo como uma de suas diretrizes:

Estimular o desenvolvimento regional e territorial atuando em várias escalas, articulando ações que promovam uma melhor distribuição da ação pública e dos investimentos no Território Nacional, tendo como foco a atuação em territórios selecionados e o apoio ao desenvolvimento econômico (Brasil 2019b: 01).

Com esta nova política, a União, de maneira articulada com os entes federativos, espera implementar sua proposta de desenvolvimento a partir de um planejamento estatal integrado às propostas dos Planos Regionais de Desenvolvimento. Por sua vez, elaborados através das necessidades elencadas por cada Superintendência Regional das três regiões favorecidas pela PNDR. Para impulsionar os projetos de desenvolvimento destas regiões, a grande maioria do arcabouço para financiamento dos projetos da referida política pública é proveniente principalmente dos Fundos Constitucionais.

1.1.7.1 Pronaf

Dentre o universo de ações do Governo Federal voltadas para o desenvolvimento local, sobretudo das áreas rurais do país, que compreendem pequenos municípios que não possuem um polo industrial e com pouca geração de empregos, mas que têm no setor agropecuário um dos principais meios de sustentação econômica e social, principalmente da agricultura familiar, vale destacar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Criado no ano de 1995, na gestão do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, o programa contava inicialmente apenas com um viés de linha de crédito rural.

Instituído pelo Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996, o Pronaf nasceu com o objetivo de possibilitar uma ampliação na integração entre estados e municípios brasileiros “promovendo o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (Brasil 1996). Atualmente, o referido programa tem como objetivo central “promover o desenvolvimento rural, a partir da redução das desigualdades a inclusão socioeconômica dos agricultores familiares em toda sua diversidade e a segurança alimentar de

toda a população” (Site do TCU 2018). Permitindo aos beneficiários a aquisição de insumos, sementes, máquinas, tratores, equipamentos de tecnologia para aumentar a produtividade e a competitividade no mercado.

Ao longo do tempo, o programa passou por inúmeras mudanças, visando melhorar a cada reinvenção a qualidade de vida dos beneficiários do projeto, através de uma cobertura que hoje não é apenas de linha de crédito, mas de uma gama de produtos que compreende inúmeras ações com o intento de aumentar a produção, a geração de emprego e renda no universo da agricultura familiar, buscando potencializar o desenvolvimento do território, compreendendo, principalmente, as áreas rurais do país.

Isso ocorre fomentando processos participativos e descentralizados, focando diretamente no protagonismo de atores locais, apesar da dependência de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) para a disponibilização da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que habilita o trabalhador a viabilizar o Pronaf junto a instituições de financiamento, como bancos públicos e privados, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou Cooperativas de crédito rural. Portanto, o Pronaf, se aprovado, e contando com a parceria de entidades técnicas para os projetos, bem como o devido acompanhamento de órgãos locais com o intento de analisar os resultados obtidos, pode representar uma importante alternativa para impulsionar a geração de renda em pequenas cidades do interior do Brasil, fortalecendo economias locais através de ações concatenadas entre entidades de fomento com a participação de atores locais.

Enfrentar o desafio do desenvolvimento no Brasil pressupõe a redução das desigualdades e das barreiras de acesso à riqueza. A desigualdade, de um modo geral, pode ser considerada um freio ao processo de desenvolvimento, já que as oportunidades tendem a ser melhor aproveitadas por aqueles que possuem condições para tal. Em oposição ao padrão de crescimento econômico brasileiro, baseado na concentração de renda e na desigualdade social, tomam corpo teses que pregam a emergência do território, do local, como espaço privilegiado de execução de políticas ativas de promoção do desenvolvimento (Rocha 2008: 19).

Na abordagem proposta pela autora, o exemplo de desenvolvimento parte da perspectiva local. Ou seja, traz um modelo semelhante ao proposto na década de 1970 por Stohr e Friedmann, cuja essência do desenvolvimento seria pautada numa ideia endógena, com a ascensão de atores, recursos e capacidades locais. Depreende-se, neste sentido, uma “idealização” local, caracterizada pela importância desta de liderar seu modelo de desenvolvimento, conquistando, assim, autonomia na tomada de decisões (Correia 2013).

O autor nos diz ainda que o desenvolvimento deve ocorrer de maneira endógena, num processo alicerçado de baixo para cima (*botton-up*), ou seja, partindo do local, em detrimento do tradicional modelo adotado até então, de cima para baixo (*up-down*), ou seja, um planejamento e intervenção liderados pelo Estado (Correia 2013). Segundo Paulo (2004: 80) “o desenvolvimento do território depende da construção e multiplicação de redes de atores locais, redes de cidadãos, redes de protagonistas das mudanças políticas, econômicas e sociais”. como pode ser observado na figura abaixo.

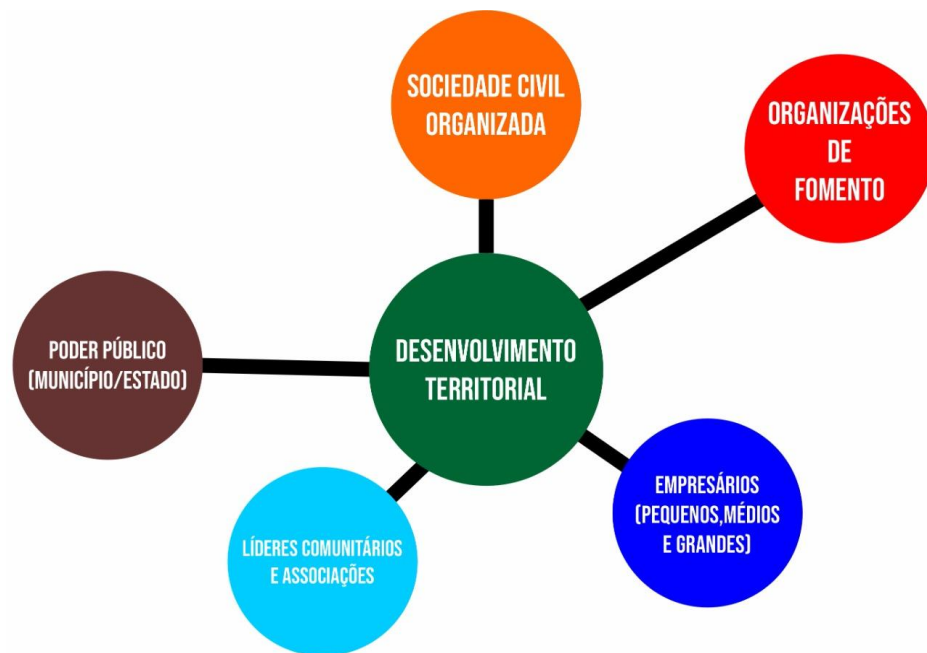


Figura 4 - Rede de relações a serem estabelecidas para promover o desenvolvimento territorial. Elaborado pelo autor (2022) a partir de Paulo (2004)

Essa dinâmica envolve atores como poderes públicos (Município e Estado), a sociedade civil, os sindicatos e associações, os pequenos e médios empresários e as organizações de fomento. Sobre isso, Flores (2004) nos fala da importância de criar círculos virtuosos de cooperação e reciprocidade, como produto da inter-relação entre diferentes atores sociais, com o intento de promover o desenvolvimento territorial, a partir da definição de estratégias formuladas com a participação de todos os agentes envolvidos nesse importante processo.

Sabe-se que cada território tem suas próprias características e especificidades, suas demandas internas e externas. Ainda assim, é salutar destacar algumas questões que, no entender de Paulo (2004), representam aspectos importantes para uma agenda de desenvolvimento local, como apresentado no Quadro 02, a seguir:

Quadro 02 - Aspectos para uma agenda de desenvolvimento econômico proposta por Paulo (2004)

Identificação, sensibilização, mobilização e organização de atores locais;
Fortalecimento do capital humano (desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e competências das pessoas);
Fortalecimento do capital social (desenvolvimento dos níveis de confiança, cooperação, organização e participação social);
Promoção da cultura de cooperação (reciprocidade, cooperativismo, associativismo);
Promoção da cultura empreendedora;
Capacitação de lideranças;
Diagnóstico participativo dos ativos locais;
Identificação de potencialidades, vocações e oportunidades;
Identificação de vantagens comparativas e competitivas;
Construção de uma visão de futuro compartilhada;
Capacitação para o planejamento participativo e a gestão compartilhada do desenvolvimento local;
Capacitação em elaboração, negociação e gestão de projetos;
Capacitação em atração de investimentos e captação de recursos;
Apoio ao voluntariado;
Apoio ao empreendedorismo local (iniciação empresarial, gestão empresarial, acesso ao crédito).

Fonte: Modificado pelo autor (2024) a partir de Paulo (2004)

1.1.8 O desenvolvimento territorial no Piauí

O Estado do Piauí, historicamente figurou nas últimas posições nacionais no que se refere os níveis de desenvolvimento, apresentando por várias décadas os piores índices de desenvolvimento humano do país. Visando mudar essa realidade, o Governo do Estado do Piauí resolveu implementar algumas ações para combater esse desnível em escala nacional, e na esfera local, sobretudo no início dos anos 2000, através da criação do que chamou de Territórios do Desenvolvimento Sustentável (TDs). Conforme exposto no Art.1º, inciso 2º, os Territórios de Desenvolvimento seriam:

Espaços socialmente organizados, compostos por um conjunto de municípios, caracterizados por uma identidade histórica e cultural, constituindo as principais unidades de planejamento da ação governamental (Pereira, Nascimento e Rodrigues 2017: 07).

Partindo de um princípio de planejamento territorial “dividido” e ao mesmo tempo integrado e, a fim de desenvolver o território piauiense, com o intento de reduzir as desigualdades entre as diferentes áreas e corroborar para a melhoria da qualidade de vida do povo piauiense, foi proposta a divisão do Estado em territórios. Levando-se em consideração aspectos sociais, culturais, potencialidades das cidades, vocação econômica, dentre outros. Para a “divisão” estadual, foram estabelecidos inicialmente 11 territórios, subindo para 12 posteriormente. Estes, compõem as 4 macrorregiões do Piauí, a saber: Litoral, Meio Norte, Semiárido, Cerrados e 28 aglomerados, conforme a Lei de atualização de nº 6.967/2017 (Piauí 2017).

Criados pela Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, os TDs são uma Política de Estado e não meramente uma política de governo, uma vez que não foi especificado prazo de vigência da mesma. Dentre os objetivos dessa Lei, é válido destacar o Art. 1º em seu inciso 2º:

Os Territórios de Desenvolvimento Sustentável constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense (Piauí 2007, s.p.).

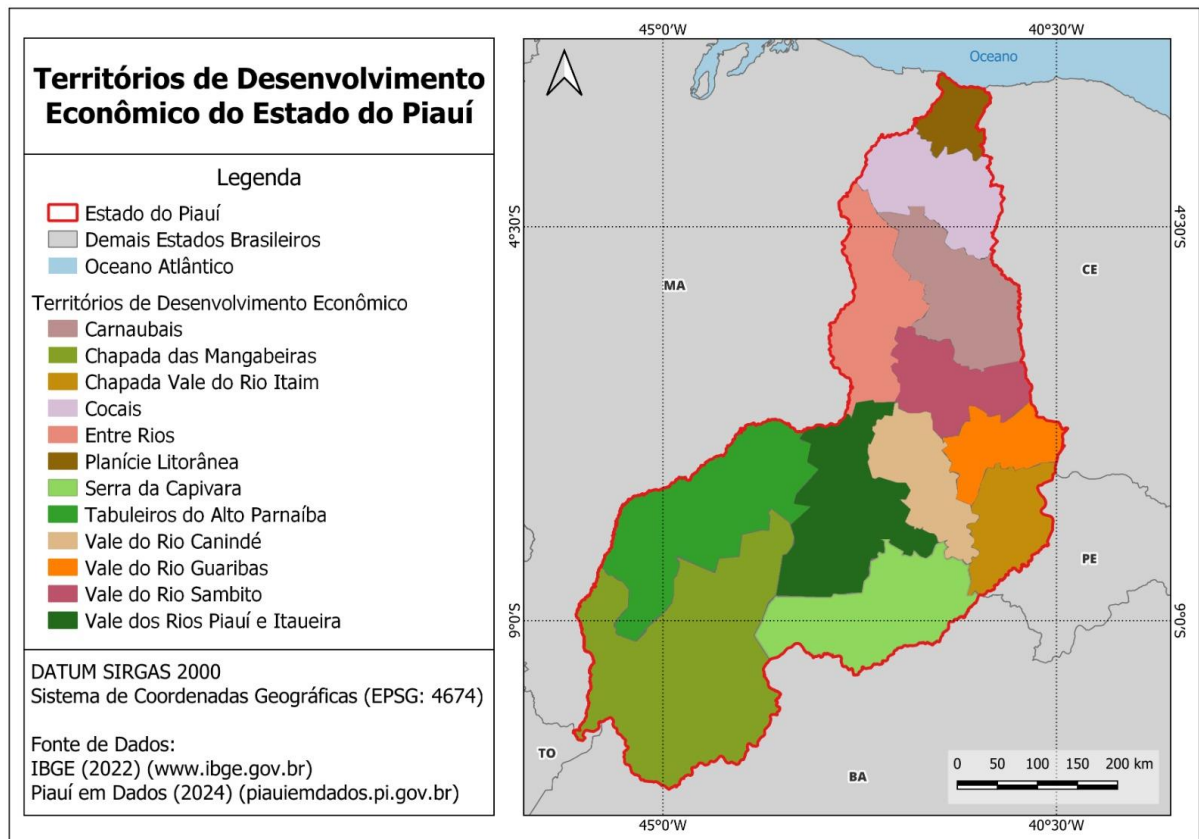


Figura 5 - Mapa dos territórios do desenvolvimento do Piauí. Retirado de CEPRO (2022), Piauí em Dados (2024)

Desse modo, o Estado do Piauí vem buscando promover o desenvolvimento do território com um planejamento participativo entre as cidades, através de ações definidas pelos conselhos dos Territórios de Desenvolvimento Sustentável, que são órgãos de deliberação criados em cada território e que contam com a participação de diferentes órgãos da gestão pública estadual e municipal, associações, sindicatos e agentes sociais que deliberam acerca de estratégias de fortalecimento e desenvolvimento dos municípios que integram cada território, propondo pautas de prioridade e controle social. Tais ações são tomadas em consonância com o Plano de Desenvolvimento do Estado e em articulação com o Plano Plurianual, a fim de se adequarem à Lei Orçamentária Anual do Piauí.

Os diversos órgãos da gestão pública, de maneira estratégica, buscam trabalhar em parceria, contribuindo para que os arranjos produtivos de cada território-regional possam ser protagonistas no processo de desenvolvimento. A priori, a partir de ações definidas nas agendas produtivas realizadas nas Assembleias Municipais de cada cidade que compõe os 12 dozes TDs.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada para a realização da proposta de pesquisa compreendeu inicialmente o levantamento e análise de referencial teórico, a fim de ser buscar subsídios para a definição de conceitos das categorias ora abordadas. Além de importantes contribuições de relevantes pesquisadores no que concerne a classificação de temas essenciais para o desenvolvimento da proposta em tela, como: Paisagem, Geodiversidade, Geopatrimônio, Geossítios, Geomorfofossítios, Geoconservação, Geoturismo e outros, abordados por autores de reconhecida notoriedade, a saber: Bertrand (2004), Hose (1995), Brilha (2005), Cumbe (2007), Carcavilla *et al* (2008), dentre outros.

Foram realizadas frequentes consultas a sites como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Serviço Geológico do Brasil (SGB), Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e etc. A fim de buscar subsídios confiáveis que pudessem enriquecer a referida pesquisa sob o ponto de vista da geodiversidade e demais temas discutidos ao longo desse processo.

A abordagem de campo teve como intento a localização das áreas via coordenadas geográficas para posterior produção de mapas, registros fotográficos e observação dos geossítios e geomorfofossítio para coleta de informações das áreas visitadas, sendo realizada ainda a inventariação dos locais com anotações de características marcantes das referidas áreas, sobretudo da estrutura das paisagens e geodiversidade predominante nestas.

Na etapa de gabinete, foi feito um levantamento da quantificação destes atrativos com utilização do *App Geossit*, um Sistema de Cadastro e Quantificação de Geossítios e Sítios da Geodiversidade do Serviço Geológico do Brasil (SGB), destinado a inventariação, qualificação e quantificação de geossítios e sítios da geodiversidade. Neste sentido, foram avaliados aspectos como valor científico, risco de degradação, valor educativo e uso turístico das seguintes áreas: Geomorssítio Lajeiro do Funil, Complexo Palmeira de Cima, Geossítio Cachoeira do Escuro, Geossítio Poção do Sucuruju, Geomorfofossítio Palmeira de Baixo e Geomorfofossítio Olho D'água dos Picos.

Foi realizada também a produção de mapas diversos a partir de dados DATUM SIRGAS 2000 presentes na CPRM (2021) e IBGE (2022). Dentre os materiais cartográficos produzidos vale destacar: Localização do município, Unidades Litoestratigráficas, Unidades de Relevô, Mapa Geoturístico, e Atividades Agrofamiliares desenvolvidas em diferentes comunidades e

que, portanto, integram a base da economia local que deverá ser impulsionada com a implantação da atividade geoturística no município de São Miguel do Tapuio.

Propôs-se a criação de um georoteiro denominado “Rota dos Tapuias”, compreendendo um percurso pelos principais atrativos existentes no município, com sugestão de dois (2) dias para a visita completa a estes. Além de ações e estratégias com enfoque no desenvolvimento territorial a partir das visitas aos atrativos e discussão acerca da importância da inserção do geoturismo na cadeia produtiva do município, ressaltando a importância de estruturação dos geossítios e geomorfossítio com a colocação de placas e painéis informativos acerca do processo evolutivo dessas áreas para que os visitantes tenham conhecimento acerca da história geológica e cultural dos mesmos. Isto feito, sugeriu-se campanhas de divulgação em redes sociais com a criação de um perfil – @protagonizasmt – ou parceria com grandes páginas, tendo como público-alvo, sobretudo os amantes da natureza. Também, a confecção de banner e folder, bem como a veiculação de vídeos em TV ou chamadas sonoras em carro de som quando houver campanha específica a ser trabalhada.

Fez-se ainda a sugestão de contratação e capacitação de guias da própria comunidade, com a intenção de dar oportunidade aos moradores locais que melhor conhecem o perímetro onde estão localizados os geossítios e geomorfossítio da região. Firmando também parcerias com escolas, visando a conscientização ambiental de crianças e jovens que residem no entorno desses locais de grande relevância na história da cidade.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO GEOTURISMO EM ESCALA MUNDIAL, NACIONAL E REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O presente tópico é subdividido em três itens de análise, que são 2.1.1 Turismo gerador de desenvolvimento; 2.1.2 Turismo Sustentável e 2.1.3 Geoturismo. Estes dialogam entre si e permitem uma melhor compreensão da abordagem adotada nesta pesquisa.

2.1.1 Turismo gerador de desenvolvimento

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003), entende-se o turismo como a atividade de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permanecem por não mais que um ano consecutivo, seja a lazer, a negócios ou por outros motivos. Caracteriza-se por ser um fenômeno socioeconômico e cultural, pois envolve o contato com pessoas e culturas diferentes.

O turismo, sem sombra de dúvidas, é uma das atividades mais importantes da contemporaneidade, pois representa uma fatia significativa do Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países mundo afora, sobretudo para aqueles que integram as regiões periféricas do globo e também em nosso país.

Nos últimos anos, a atividade turística vem se consolidando e em algumas regiões superando setores como o da indústria e da agricultura. Esse fato se deve, principalmente, pelo caráter multiplicador do turismo, capaz de agregar diversas áreas para o seu desenvolvimento. Assim, o turismo depende e procura somar forças com vários elementos e segmentos da sociedade, como equipamentos, serviços, infraestrutura, atrativos aos quais se relaciona. Portanto, diversas áreas estão intrinsecamente associadas ao turismo, como é o caso da rede hoteleira e do setor de alimentação, como bares, restaurantes e similares, lojas e comércio em geral, agências de viagens e transportes, entretenimento e atrativos dos mais variados, entre outros (Oliveira 2007).

Neste sentido, países como Portugal, Espanha, França e outros, têm apostado no turismo como alternativa de investimento, pois a atividade pode ser capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade autóctone, principalmente por meio da geração de emprego e renda, que tem seu reflexo no bem-estar da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico de cidades e regiões (Filho 2002).

Cruz (2005) afirma que o turismo envolve, na sua realização, sujeitos sociais (comunidade, turistas, poder público) com expectativas diferentes, não raras vezes, divergentes. O grande desafio é ordenar esses interesses como orientadores do planejamento turístico. A autora destaca ainda que para um local ser considerado um atrativo turístico, deve apresentar condições básicas que atendam às necessidades essenciais dos turistas.

No decorrer da década de 1980, novas premissas passaram a fazer parte de um “novo” modelo turístico preocupado sobretudo com questões ambientais. Contrapondo-se, *a priori*, ao turismo massivo e exploratório, migrando para um tipo de prática turística adaptada ao perfil de um novo viajante e consumidor de atrativos que agora busca, além da mera apreciação, viver intensamente a prática através da inesquecível experiência e experimentação.

Como assevera Perinotto (2009: 28) “o turismo moderno não é mais somente o turismo de destino, mas também o turismo de experiência ou experimentação”. Oportunidade em que afloraram novos modelos de turismo marcados pela experiência e pela conscientização de que é necessário promover um equilíbrio na relação entre homem e meio. Sendo assim, possibilitou o surgimento de um cenário de segmentos variados, como o turismo de aventura, o turismo ecológico, o turismo cultural, o ecoturismo e posteriormente o geoturismo.

2.1.2 Turismo Sustentável

O desenvolvimento sustentável procura uma aproximação harmônica entre o homem e a natureza, onde o primeiro procura usufruir dos recursos naturais de maneira racional, buscando amenizar drasticamente os impactos negativos muitas vezes ocasionados pela relação entre sociedade e natureza. Difunde-se, nessa perspectiva, um modelo de crescimento preocupado com a natureza e com as questões ambientais como um todo. Tal atitude tem sido realizada em diferentes segmentos dos setores produtivos da economia mundial. O turismo não foge à regra e diante da urgente e emergente “metanoia” do desenvolvimento global, nacional, regional e local, marcado singularmente pelo viés da sustentabilidade, o paradigma desenvolvimento *versus* sustentabilidade tem sido o centro de debates e discussões em congressos, fóruns e seminários entre as diferentes alas que abarcam os interessados diretos dessa abordagem.

Nesse sentido, o turismo tem buscado se reinventar, procurando equilibrar na balança do lazer e do bem-estar social a dicotomia do crescimento local, sem perder a essência do cuidado com a questão ambiental, tão necessária para a manutenção das formas de vida existentes tanto no meio abiótico quanto no biótico. Emergindo assim, a ideia de um turismo cada vez mais sustentável, enraizado na terra fértil da conservação ambiental das áreas receptoras das demandas provenientes da referida atividade econômica.

[...] o crescente número de pessoas incorporadas às atividades econômicas do tempo livre e do lazer, o volume de recursos que o turismo pode carrear para os núcleos receptores, a necessidade de proteção do patrimônio natural, cultural e as bases educativas necessárias para sustentar e desenvolver o setor, que termina por desencadear um processo socioeducacional nas áreas visitadas (Coriolano 2006: 28).

A abordagem difundida é de um turismo sustentável e participativo, com agentes que compõem as comunidades beneficiadas pela atividade, tornando claro o papel que cada um tem dentro desse processo de desenvolvimento local numa perspectiva sustentável.

2.1.3 Geoturismo

O geoturismo é um dos segmentos do turismo mais recente, tendo sua ascensão conectada com temas como a geodiversidade e geoconservação. Compondo assim, juntamente

com o geopatrimônio e geoparques, quando houver, o que muitos estudiosos do assunto denominam de 5G's (Geodiversidade, Geoturismo, Geoconservação, Geopatrimônio e Geoparques) para um modelo de desenvolvimento local sustentável no que se refere a prática geoturística. As abordagens que integra a dinâmica do geoturismo passaram a ser discutidas com mais fervor a partir da década de 90, e no caso específico dessa atividade, tendo recebido no decorrer desses poucos anos diferentes definições por parte de alguns autores que mergulharam seus estudos nessa nova valorosa atividade.

Quadro 03 - Conceituação de geoturismo por diferentes autores

DEFINIÇÕES DE GEOTURISMO	AUTOR/ANO
Provisão de serviços e facilidades interpretativas que permitam aos turistas adquirirem conhecimento e entendimento da geologia e da geomorfologia de um determinado sítio [...] além de mera apreciação estética.	Hose (1995 apud Meira e Moraes 2016: 139)
Implica uma consciencialização para o patrimônio geológico, para que haja uma compreensão do meio. Neste caso os processos geológicos com interesse científico podem ser associados à beleza cênica tornando-se locais de interesse geológico com potencial turístico.	Rodrigues (2009: 38-39)
Um segmento da atividade turística que tem o patrimônio geológico como seu principal atrativo e busca sua proteção por meio da conservação de seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando, para isto, a interpretação deste patrimônio tornando-o acessível ao público leigo, além de promover a sua divulgação e o desenvolvimento das ciências da Terra.	Ruchkys (2007: 23)
É a atividade do turismo com conotação geológica, ou seja, a visita organizada e orientada a locais onde ocorrem recursos do meio físico geológico que testemunham uma fase do passado ou da história da origem e evolução do planeta Terra. Também se inclui, nesse contexto, o conhecimento científico sobre a gênese da paisagem, os processos envolvidos e os testemunhos registrados em rochas, solos e relevos.	Silva e Perinotto (2007)
É uma segmentação turística sustentável, realizada por pessoas que têm o interesse em conhecer mais os aspectos geológicos e geomorfológicos de um determinado local, sendo essa a sua principal motivação na viagem.	Moreira (2014: 29)
Turismo que sustenta e incrementa a identidade de um território, considerando sua geologia, ambiente, cultura, valores estéticos, patrimônio e o bem-estar dos seus residentes.	Arouca (2011: 01)
É entendido como um segmento turístico ou	Cunha (2021, s./p.)

mesmo como um subsegmento muito particular do Turismo Natural, que assenta mais no entendimento e na fruição científica, pedagógica e cultural dos elementos da natureza abiótica e, particularmente daqueles que têm um interesse geopatrimonial, que na sua mera apreciação e fruição no plano estético.	
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Tais definições evidenciam que os diferentes autores tiveram como um fato comum a ampliação da área e o campo de análise do geoturismo, tornando-o mais dinâmico e possibilitando uma ludicidade nas visitas aos atrativos, porém como característica inconfundível, destacando a importância da atividade para o equilíbrio do meio ambiente através da difusão de concepções geoconservacionistas ressaltadas na implantação, na elaboração de georoteiros e na realização das visitas em si. Os visitantes são convidados a não só conhecerem os processos atuantes nos geossítios, mas principalmente a sentirem-se co-partícipes na preservação e conservação dos locais visitados. Brilha (2005) analisa que O geoturismo direciona seu olhar para a geodiversidade com ênfase na geoconservação, objetivando sobretudo, a conservação dos geossítios e geomorfossítios a partir de ações realizadas com a participação efetiva das comunidades locais onde se encontram essas áreas de reconhecido interesse.

Uma das vertentes mais significativas do geoturismo é propiciar aos visitantes conhecimento científico acerca do patrimônio natural, de tal forma que seja possível ao turista compreender de maneira dinâmica e agradável os processos de formação dessas áreas e o seu papel para conservação dos geossítios, promovendo experiências singulares que ajudam a fortalecer a educação ambiental, o “consumismo” consciente e, em contrapartida, criar e fortalecer vínculos que possam contribuir para o protagonismo local. Uma relação que se inicia com a chegada e permanece com a saída do turista dos atrativos visitados.

O geoturismo tem seu campo de visão direcionado para aspectos e atrativos que fazem parte da geologia, de afloramentos, monumentos naturais, cachoeiras, paisagens, ou seja, do meio abiótico, adjetivado com aspectos da geodiversidade como um todo.

2.1.3.1 Geoturismo no mundo

As mudanças ambientais ocorridas no planeta, oriundas da relação entre o homem e o meio, passaram por um acelerado processo de evolução, sobretudo em decorrência da Revolução Industrial ocorrida no século XVIII e XIX. Isso por conta do modelo econômico

adotado inicialmente, sem nenhuma preocupação com a questão ambiental. Os impactos nos ecossistemas terrestres começaram a aparecer, vide o aumento da temperatura do planeta nas calotas polares, incidindo diretamente na aceleração do processo de degelo e posteriormente aumento do nível das águas oceânicas. Mas também a emissão de gases poluentes, contribuindo para a expansão do buraco na camada de ozônio e consequente efeito estufa; as quedas de chuvas ácidas; a contaminação dos mananciais com esgotos lançado nos rios; o aumento na produção de lixo e a falta de tratamento adequado, ocasionando e impulsionando a contaminação das águas subterrâneas; o consumo elevado de combustíveis fósseis e outras ações que têm contribuído substancialmente para os desequilíbrios ambientais que têm afetado as formas de vida do planeta, inclusive os seres humanos.

Todas essas questões passaram a ser motivo de preocupação em diferentes regiões do globo, sobretudo no final do século XX. Como resultado, foi realizada a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, ocorrida no ano de 1972, tendo como um dos seus objetivos discutir as questões na esfera climática e propor soluções que pudessem amenizar os impactos das atividades humanas sobre os recursos naturais. Como resultado, a sustentabilidade ganhou visibilidade e a ideia de promover um modelo de desenvolvimento sustentável passou a fazer parte dos debates no tocante ao ambiente natural nos congressos e conferências seguintes.

A ocasião foi uma oportunidade em que a preservação e conservação de áreas naturais saíram do âmbito das discussões e passaram a ser concretizadas com a adoção de medidas efetivas, como a realização de congressos ecológicos para salvaguardar os elementos naturais. Entre esses eventos, vale destacar o próprio Congresso de Estocolmo, a elaboração da Carta da Terra em 1991, na França, a Rio 92, a Rio+20, o Protocolo de Kyoto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as Metas de Desenvolvimento do Milênio e outras. Destaca-se ainda a relevância do setor turístico, que promoveu a criação de segmentos como o Ecoturismo e Geoturismo, voltados para a conservação e consumismo sustentável das áreas visitadas.

Apesar das preocupações com a questão ambiental serem um tema discutido há poucas décadas, como mencionado anteriormente, a década de 1990 presenciou o florescer de discussões sobre a biodiversidade e o geoturismo. Questões como o desenvolvimento econômico com uma concepção pautada na sustentabilidade ambiental passaram a ser abordados com maior intensidade e robustez de dados acerca do modelo tradicional predatório adotado e operante na contemporaneidade. Por outro lado, uma das preocupações também evidenciada no seio da comunidade científica foi a necessidade de impulsionar um modelo de

geração de renda onde o patrimônio geológico pudesse ser utilizado como atrativo, e que somado a outros eventuais potenciais das comunidades locais contribuíssem para alavancar o desenvolvimento econômico. Isso, concomitantemente com um plano gestor elaborado em parceria com diferentes segmentos da sociedade, tendo esta um papel imprescindível na preservação e conservação do patrimônio geológico local. Essas e outras questões foram discutidas no Congresso Internacional de Geologia de Pequim, realizado em 1996, que preconizou na comunidade científica uma proposta onde o patrimônio geológico pudesse ser utilizado para contribuir no desenvolvimento econômico das comunidades.

Na Europa, as primeiras medidas com ações efetivas de cuidado com o patrimônio geológico, principal produto do geoturismo, foram implementadas com a união de quatro territórios europeus que tratam dessa temática. São eles: A Reserva Geológica de Haute-Provence, na França; a Floresta Petrificada de Lesvos, na Grécia; o Geoparque Vulkanifel, na Alemanha e o Geoparque de Maestrazgo na Espanha. Estes, em regime colaborativo, passaram a trocar experiências com o intuito de proteger a memória geológica desses locais e possibilitar a promoção das referidas áreas de interesse frente a população e, numa outra perspectiva, corroborar com o desenvolvimento econômico e sustentável local (Modica 2009).

De acordo com Modica (2009), essa parceria criada através de um programa da União Europeia que tinha como finalidade o desenvolvimento econômico de áreas rurais, foi marcado pelo desenvolvimento de estudos que contaram com a participação dos quatro territórios onde foram debatidos metodologias, experiências e conhecimentos. Como resultado, houve a criação de um modelo comum de geoparque cuja estratégia de desenvolvimento econômico adotada estava assentada na promoção do turismo geológico ou geoturismo. O ápice dessa parceria foi a criação da Rede Europeia dos Geoparques (EGN) no ano 2000, na Convenção de Lesvos-Grécia, que, dentre outros objetivos, defendia que é possível se chegar ao desenvolvimento a partir da valorização do patrimônio geológico, se utilizado de maneira sustentável com um viés científico, educacional e turístico. Despertando, assim, na população, a ideia de que o meio natural possui valor econômico quando devidamente valorizado e usufruído de maneira sustentável com a integração entre aspectos histórico-culturais presente na história local, com ações de proteção, educação e promoção do geoturismo.

Outra ação importante foi a criação das Unidades de Conservação e os Geoparques, projeto da Unesco e de responsabilidade da Rede Global de Geoparques Networks, que teve seu início em 2004 e nasceu com a incumbência de garantir um modelo de desenvolvimento socioeconômico local, cultural e ambientalmente sustentável, possibilitando ao mesmo as condições dispostas no Quadro 04 abaixo:

Quadro 04 - Ações para o desenvolvimento sustentável-Unesco (2004)

Preservar o patrimônio geológico para futuras gerações;
Educar e ensinar o grande público sobre temas geológicos;
Assegurar o desenvolvimento sustentável através do geoturismo, reforçando a identificação da população com sua região, promovendo o respeito ao meio ambiente e estimulando a atividade socioeconômica com a criação de empreendimentos locais, pequenos negócios industriais de hospedagem e novos empregos;
Gerar novas fontes de renda para a população local e atrair capital privado.

Fonte: Modificado pelo autor (2024) a partir de Unesco (2004)

Além das importantes ações destacadas no Quadro 04, a Rede Global de Geoparques visa:

- a) Proteger o patrimônio geológico e promovê-lo ao público em geral;
- b) Apoiar a gestão racional das áreas protegidas com patrimônio geológico significativo;
- c) Apoiar o desenvolvimento econômico e cultural das comunidades locais, através da valorização do seu patrimônio e identidade única, e o desenvolvimento do turismo geológico.

É essencial destacar que em 2008, na Austrália, foi realizado a Global Geotourism Conference, um importante evento que discutiu os avanços nesse setor ao longo dos anos, teve como objetivos:

Quadro 05 - Objetivos da Global Geotourism Conference

Promover maior percepção da comunidade e proteção ao nosso patrimônio geológico;
Reunir geocientistas, profissionais de turismo, acadêmicos e gestores de áreas protegidas, objetivando fortalecer e promover a disciplina de geoturismo;
Discutir o geoturismo como uma disciplina acadêmica que fornece estrutura e treinamento para aplicação prática do geoturismo;
Discutir a essência do geoturismo, ou seja, atrativos e desenvolvimento do geossítio, o conceito de geoparque, gestão dos visitantes e interpretação e gestão de geossítios/paisagem;
Definir o cenário para a integração de atrativos geológicos como um componente essencial do turismo e ecoturismo baseado na natureza.

Fonte: Modificado pelo autor (2024) a partir de Unesco (2004)

Portanto, percebe-se claramente a relevância que a biodiversidade e, principalmente, a geodiversidade tem para promover o desenvolvimento das comunidades locais, assegurando a preservação ou conservação de tais áreas de interesse, a partir da adoção de práticas sustentáveis como a geoconservação, bem como o geoturismo conforme enfocado no Quadro 04, e nos

objetivos da Global Geotourism Conference.

Apesar da temática envolvendo o geoturismo ainda se encontrar em estágio inicial, a certeza que se tem é de que há muito ainda a ser debatido acerca dessa relevante atividade que, como demonstrado pelas diferentes abordagens de autores, pode representar uma alternativa de promover o desenvolvimento econômico de regiões que estão à margem dos processos produtivos tradicionais de geração de emprego e renda.

2.1.3.2 Geoturismo no Brasil

A abordagem acerca do geoturismo no Brasil é bastante recente, uma vez que as discussões no seio da comunidade científica têm sido levantadas numa escala temporal que abrange a última década do século XX, mas principalmente início do XXI. As ações efetivas realizadas no território nacional, no que se refere a essa atividade, podem ser ratificadas através de alguns projetos. São exemplos: o Projeto Caminhos Geológicos de responsabilidade do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro, que teve início em 2001, tendo como proposta divulgar conhecimento acerca do patrimônio geológico do estado, com uma ideia centrada na conservação dos locais de grande apelo turístico; o Projeto Sítios Geológicos e Paleontológicos do Estado do Paraná, criado em 2003, objetivando a valorização dos sítios com a elaboração de roteiros turísticos voltados ao contato com a natureza, além da produção de material para divulgação e implantação de painéis ilustrativos; o Projeto Caminhos Geológicos da Bahia, também criado em 2003 em uma parceria entre CPRM/SGB e Petrobras, cuja ação busca retratar as belezas naturais do estado, no tocante a geologia e demais atrativos; e por último, o Projeto Monumentos Geológicos do Rio Grande do Norte, criado em 2006 pelo Instituto de Defesa do Meio Ambiente, Petrobras e CPRM/SGB, com o objetivo de retratar e contar a história geológica da região com o uso de painéis explicativos.

Outras questões que têm corroborado para o enriquecimento da temática no Brasil são as discussões e debates acerca do geoturismo que, no decorrer do tempo, vem ganhando corpo nas universidades ou foras delas, com a realização de eventos que têm trazido em evidência diferentes áreas de interesse com apresentação e publicação de artigos em que é demonstrada a grande riqueza no que se refere ao patrimônio geológico brasileiro presentes nos mais variados estados do território nacional. Pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, sobretudo das geociências, têm dedicado tempo e esforço debruçando-se sobre a singular geodiversidade e biodiversidade presentes nesses locais. Com isso, destacando o vasto cabedal que envolve a dinâmica natural e sua relevância como recurso na geração de conhecimento, vislumbrando

possibilidades de desenvolvimento local a partir do uso do patrimônio geomorfológico e afins, através de uma gestão ambiental do território assentada na premissa do desenvolvimento sustentável dos ativos nelas existentes.

Dentre as ações que têm trazido em foco o geoturismo, é válido destacar o “XLII Congresso Brasileiro de Geologia”, onde foram apresentados trabalhos à luz da temática “Geoturismo, Geodiversidade e Geoconservação: Desenvolvimento Sustentável, Geologia e Turismo (2004)” e o “XLIII Congresso Brasileiro de Geologia”, que em seu Simpósio abordou a “Geoconservação e Geoturismo: Uma nova Perspectiva para o Patrimônio Natural”. Projetos como o “Mapa da Geodiversidade Brasileira” produzido pela CPRM, e sites como o geoturismobrasil.com, se apresentam como bons recursos para aprofundar os conhecimentos acerca da geodiversidade e o geoturismo no território brasileiro, uma vez que trazem informações relevantes de importantes áreas de interesse existentes no país.

Além dos locais de reconhecida diversidade natural, e que já recebem grandes fluxos de turistas durante o ano no território nacional, é digno mencionar ainda as diversas propostas para a criação de geoparques brasileiros, que estão presentes no Livro “Geoparques do Brasil”, nos seus volumes I e II, e que estão disponibilizados no site da CPRM para consulta pública. Estes, demonstram o avanço no território brasileiro do debate e das discussões sobre a valorização da diversidade natural encontrada em diversas regiões do Brasil. Um saldo positivo, pois traz em evidência o aprofundamento desse tema no âmbito da comunidade científica nacional. Permitindo, assim, que outros locais de singular beleza e relevância científica possam vir a integrar a rede mundial de geoparques. Dentre as propostas a geoparques nacionais vale mencionar:

Quadro 06 - Propostas de geoparques no Brasil

	GEOPARQUE	UF
1	Cachoeira do Amazonas	AM
2	Morro do Chapéu	BA
3	Pireneus	GO
4	Astroblema de Araguainha-Ponte Branca	MT/GO
5	Quadrilátero Ferrífero	MG
6	Bodoquena Pantanal	MS
7	Chapada dos Guimarães	MT
8	Fernando de Noronha	PE
9	Seridó	PE

10	Quarta Colônia	RS
11	Caminhos dos Cânions do Sul, Praia Grande e Capital dos Cânions	RS
12	Serra da Capivara	PI
13	Ciclo do Ouro - Guarulhos	SP
14	Uberaba – Terra de Gigantes	MG
15	Campos Gerais	PR
16	Litoral Sul de Pernambuco	PE
17	Rio de Contas	BA
18	Monte Alegre	PA
19	Canudos	BA
20	Cânion do São Francisco	AL/SE/BA
21	Vale Monumental	CE
22	Rio do Peixe	PB
23	Catimbau – Pedra furada	PE
24	Alto Alegre dos Parecis	RO
25	Serra do Sincorá	BA
26	Alto Vale do Ribeira	SP/PR
27	Sete Cidades – Pedro II	PI
28	Cariri Paraibano	PB
29	São Desidério	BA
30	Tepuis	RR
31	Chapada dos Veadeiros	GO
32	Serra da Canastra	MG
33	Chapada Diamantina	CE

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de CPRM (2012, 2017).

Em suma, com base nos estudos que vêm sendo realizados, a abordagem do geoturismo segue sua rota com um crescimento consistente em decorrência de muitos trabalhos de *know-how* produzidos pelos pesquisadores das mais diversas instituições de fomento, cursos de Pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, além de profissionais que já atuam nessas áreas com o patrimônio geomorfológico, paleontológico e que já recebem um fluxo contínuo de turistas durante todo ano, mas que buscam enriquecer seus roteiros com a mudança de nível a partir da outorga de geoparque concedida pela UNESCO, o que representaria uma ampliação de divisas no cenário nacional e internacional. Consolidando assim, a importante história geológica do Brasil na esfera global com a chancela de um território de relevância geológica internacional.

2.2 ECOTURISMO X GEOTURISMO

Alguns autores tratam ecoturismo e geoturismo como sinônimos. Porém, ambos os conceitos guardam diferenças e características peculiares a cada segmento. Renomado pesquisador da área, Dowling (2008) considera o geoturismo como um subsegmento do ecoturismo. Já para Moreira (2008), o geoturismo não pode ser considerado como um segmento do ecoturismo, apesar de os dois compreenderem a sustentabilidade dos locais ora visitados, uma vez que diferentemente do ecoturismo, que leva em consideração apenas a biodiversidade, o geoturismo envolve em seu campo de análise a geodiversidade, de maneira integralizada, inclusive com a participação ativa do homem e sua relação com o meio natural.

O conceito de ecoturismo tem sua ligação direta com o termo “*ecological tourism*” (turismo ecológico) ganhando visibilidade nas décadas de 1970 e 1980 com a ascensão do movimento de conscientização ecológica iniciado com a conferência de 1972, sobretudo com a Carta da Memória da Terra, sendo vinculado à uma corrente que passou a figurar desde então, com uma proposta de desenvolvimento atrelado à ideias conservacionistas e, por outro lado, incentivando uma forma de turismo integrada a prática na natureza.

Contudo, a primeira definição para a temática do ecoturismo veio em 1987, elaborada pelo arquiteto e ambientalista mexicano Héctor Ceballos-Lascurain, que propunha o ecoturismo como uma forma de “viajar para áreas naturais conservadas e não perturbadas, com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem e suas plantas e animais, assim como quaisquer outras manifestações culturais passadas e presentes nestas áreas encontradas”.

Para a Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES), trata-se de viagens para áreas naturais com o intento de contribuir com a conservação do meio natural, promovendo o bem-estar local. Por outro prisma, Dowling (2010) propõe um ecoturismo focado no controle geológico sobre a distribuição de plantas e animais, ou seja, com valorização da vida selvagem, além de caminhadas na natureza.

2.2.1 Geodiversidade

O termo geodiversidade, assim como o de geoturismo em si, são bastantes recentes. No caso da geodiversidade, sua primeira utilização remonta a década de 1990, por Chris Sharples. Inicialmente, trazia em seu bojo uma definição da diversidade de feições e dos sistemas que compreendem a Terra, sendo em um outro momento ampliada para diversidade geológica,

geomorfológica, feições pedológicas e sistemas e processos, conforme Kubalíková (2013 *apud* Jorge e Guerra 2016).

Segundo Veiga (1999), a geodiversidade compreende as rochas, relevo, clima, solos, águas subterrâneas e superficiais, que condicionam a morfologia da paisagem e a diversidade biológica e cultural, processos estes ocasionados por fenômenos geológicos.

A *Royal Society for The Conservation of Nature* (RSCN) concebe a geodiversidade como a variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos geradores de paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que constituem a base para a vida na Terra (Stanley 2000). Já para a *International Association of Geomorphologists* (IAG) ela refere-se a variedade de ambientes geológicos e geomorfológicos. Gray (2013) definiu-a como sendo rochas, minerais, fósseis, paisagens, topografia e processos físicos (inclui suas associações, estruturas, sistemas, e contribuições à paisagem). Enquanto a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM 2006) entende a geodiversidade como paisagens, rochas, minerais, águas, fósseis, solos, clima e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra.

A geodiversidade ganha contornos diferenciados conforme o autor, mas todos convergem para elementos que compõem o meio natural, sobretudo aqueles de ordem abiótica. Dessa forma, a pesquisa se propôs a avaliar aspectos abióticos em relação direta com a interação humana, uma vez que a proposta é analisar o geoturismo como estratégia de desenvolvimento territorial. Neste sentido, é impossível desvincular a questão antrópica dos elementos naturais, em razão do homem ser um dos agentes principais para todo e qualquer processo de desenvolvimento do território pensado numa perspectiva conservacionista.

2.2.2 Geoturismo, um segmento do turismo

Podemos dizer que o desejo intrínseco de conservação e preservação da geodiversidade também contribuiu de certa forma para a segmentação do turismo sustentável. Surgindo, assim, uma outra segmentação desse ramo, o geoturismo, que, segundo Bento (2014), tem como um dos seus sustentáculos a conservação da geodiversidade e o uso da interpretação ambiental como forma lúdica de sensibilizar as pessoas. Diante do exposto, é essencial destacar as palavras de Tilden (1957) citado por Bento, Farias e Nascimento (2020, p. 9) quando analisa que “através da interpretação, a compreensão; através da compreensão, a apreciação e através da apreciação, a proteção” (Silva 2007; Silva, Pereira e Torres 2009; Fonseca 2010; Pacheco 2012; Moreira e Melendez 2012 *apud* Bento, Farias e Nascimento 2020).

Nessa mesma linha de raciocínio, Dowling (2010) nos apresenta que o geoturismo é um importante aliado para a difusão de ideias e ações pautadas na geoconservação dos atrativos, servindo como meio de apreensão de conhecimento no que se refere ao patrimônio geológico, se caracterizando ainda como agradável e fascinante maneira de “degustar” os elementos que compõem a geodiversidade dos locais.

A atividade geoturística trabalha em três vertentes extremamente significativas e que corroboram para a consolidação deste segmento em qualquer região. É impossível desenvolver a atividade sem levar em consideração esses aspectos, que são a geoconservação, o patrimônio geológico e a geodiversidade. Essas esferas são a mola mestra do geoturismo, representando fatores essenciais para promoção do mesmo. Todas as políticas públicas devem ir ao encontro dessas três vertentes para que a atividade possa se realizar a contento dentro do território.

Dinâmica do Geoturismo Segundo Dowling (2010)

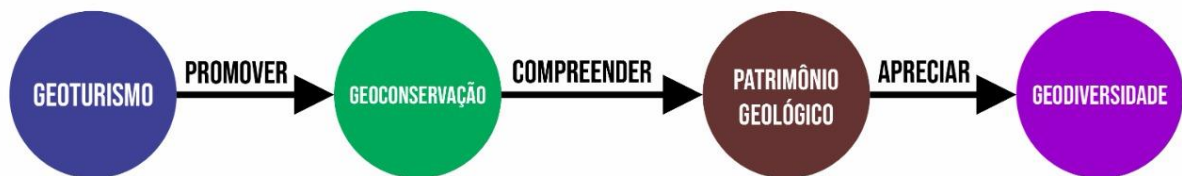


Figura 6 - Dinâmica do geoturismo segundo Dowling (2010). Elaborado pelo autor (2022)

Acredita-se que o termo geoturismo tenha surgido no século XIX, na Inglaterra, sobretudo nos idos de 1860, com um viés voltado aos estudos geológicos realizados em curso do professor Willian Turl, em que os estudantes tinham a oportunidade de conhecer os componentes encontrados nas rochas cristalinas e vulcânicas das montanhas europeias (Moreira 2014).

O geoturismo compreende o segmento do turismo que tem na geodiversidade seu atrativo. Embora atividades de geoturismo já ocorram há muito tempo, este termo passou a ser divulgado na Europa apenas recentemente, em 1995, enquanto no território brasileiro, o termo estava ainda engatinhando, uma vez que passou a figurar no segmento turístico apenas em meados dos anos 2000 (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM, atual Serviço

Geológico do Brasil-SGB), muito embora já fosse citado desde a década de 1980 em trabalhos de Silva e Araújo.

No início do século XXI, as organizações *National Geographic Society* (NGS) e *Travel Industry Association* (ITA), ambas dos Estados Unidos, realizaram estudos no tocante ao geoturismo. A partir disso, em seu projeto “*The Geotourism Study*”, apresentaram seu conceito para o termo, definindo-o como um tipo de “turismo que mantém e reforça as principais características geográficas de um lugar” (Nascimento, Azevedo e Mantesso Neto 2007, p. 40).

As conceituações relacionadas ao termo geoturismo apresentam algumas variáveis. Mas, no sentido amplo, convergem para uma valorização dos aspectos naturais, somados aos fatores históricos, culturais e ao desenvolvimento da sociedade de maneira macro, demonstrando um perfil urbano e rural. É uma atividade bastante dinâmica, podendo ser realizada tanto em áreas rurais (Geoturismo Rural), como em áreas urbanas (Geoturismo Urbano), e assim, apresentar conceituações variadas. Por exemplo, a *National Geographic Society*, compreende-o como uma junção de elementos abióticos, bióticos e componentes culturais responsáveis pela distinção entre os locais, acarretando características singulares aos mesmos (Oliveira e Guerra 2016).

Para Hose (1995, 2000); Newsome e Dowling (2006); Moreira (2008, 2014), o geoturismo é analisado a partir de aspectos geológicos que compreendem o patrimônio geológico (minerais, rochas e fósseis), geomorfológico (formas de relevo, processos) e de solos de um lugar. Hose (2000 *apud* Moreira 2014) apresenta o autor inglês revisando sua primeira definição científica do geoturismo, considerando agora como

[...] disponibilidade de serviços e meios interpretativos que promovem o valor e os benefícios sociais de lugares com atrativos geológicos e geomorfológicos, assegurando sua conservação, para uso de estudantes, turistas e outras pessoas com interesses recreativos.

Nos idos de 2011, fora realizado em Portugal, na cidade de Arouca, o Congresso Internacional de Geoturismo. Oportunidade em que foi elaborada pelos participantes a Declaração de Arouca que, entre suas colocações, traça sua definição de geoturismo, entendendo-o como “turismo que sustenta e incrementa a identidade de um território, considerando a sua geologia, ambiente, cultura, valores estéticos, patrimônio e o bem-estar dos seus residentes” (Oliveira e Guerra 2016).

2.2.3 Geoconservação

A geoconservação é uma importante etapa do tripé que compõe os 3 pilares do turismo sustentável, que são: ambiental, econômico e social (OMT, 1992). Tendo em vista que é justamente através dessas ações que serão traçados o escopo de proteção aos patrimônios existentes nas áreas onde se desenvolve qualquer atividade turística. O turismo, aliás, assim como em outras atividades econômicas, traz benefícios para a sociedade, todavia, também causa impactos. E é justamente nessa perspectiva que surge o geoturismo, visando desenvolver socialmente e economicamente as comunidades no entorno dos atrativos, mas com uma preocupação voltada para a sustentabilidade desses locais, sobretudo no que se refere a proteção do patrimônio geológico e da geodiversidade em sua plenitude. Nesse sentido, surge o viés da geoconservação, representando um conjunto de estratégias com o intento de prezar pela preservação da geodiversidade, como mencionado anteriormente.

Chris Sharples (2002) foi um dos primeiros autores a apresentarem uma conceituação no tocante a geoconservação. Segundo ele, tratava-se da promoção de propostas visando preservar os elementos que integram a geodiversidade. Sobretudo, as relacionadas aos processos e feições geomorfológicas, geológicas e as que se relacionam ao solo, contribuindo, dessa maneira, para salvaguardar a história evolutiva desses locais. Concomitantemente à definição de Sharples (2002), Brilha (2005, 2006) já destacava além dos processos naturais que envolvem a formação da geodiversidade, a questão da gestão do patrimônio geológico. Acrescenta ainda que as propostas de geoconservação devem envolver diferentes setores, tais como a comunidade, o poder público e os órgão de proteção, partindo de uma definição de estratégia nacional de geoconservação e unindo o conhecimento científico com o geoturismo; uma política de ordenamento do território, envolvimento das escolas, envolvimento de empresas, agentes políticos locais, educação ambiental e outros.

Gallego e Garcia (1996), citados por Moreira (2014), afirmam que são objetivos e razões para a proteção e conservação do patrimônio geológico os fatos que se seguem no Quadro 07 abaixo:

Quadro 07 - Razões para a proteção e conservação do patrimônio geológico

É um componente importante do patrimônio
Representa uma importante herança cultural, de um caráter que não se repete;
Constitui uma base imprescindível para a formação de cientistas e profissionais;
Constitui um elemento de proteção dos recursos estéticos e recreativos;

Serve para estabelecer uma ligação entre a história da Terra e a história dos homens e sua evolução biológica.
Representa um recurso de alto potencial educativo e de formação intelectual.

Fonte: Galego; Garcia (1996 *apud* Moreira, 2014)

No que concerne as estratégias a serem adotadas para se atingir os níveis satisfatórios na geoconservação de uma área, Brilha (2005) elencou algumas ações a serem desenvolvidas, a saber: inventário, quantificação do valor, proteção legal, divulgação/valorização, conservação e monitoramento, como pode ser observado na Figura 07:

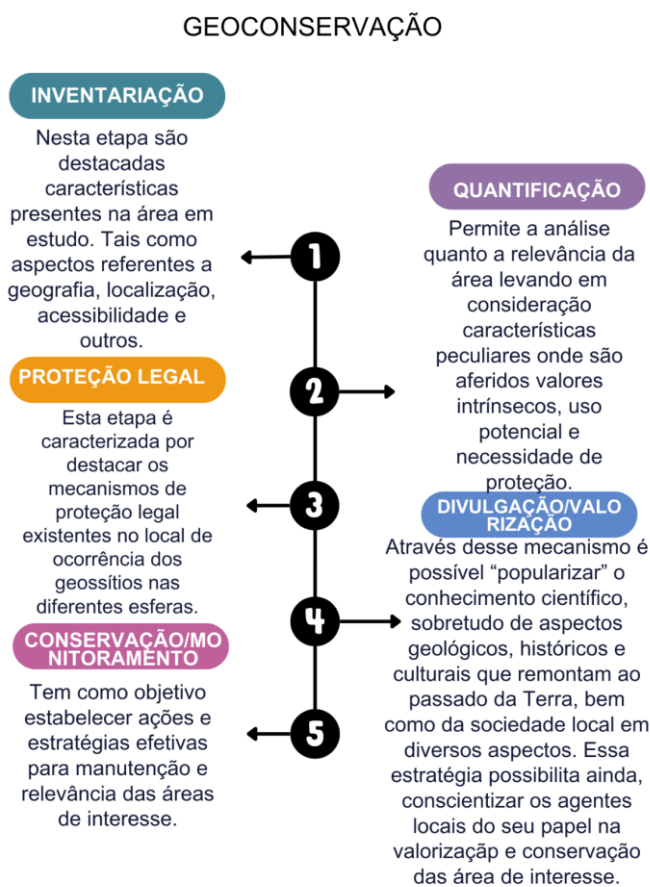


Figura 07 - Ações para promover a geoconservação segundo Brilha (2005) Elaborado pelo autor (2023)

2.2.4 Geoturismo e desenvolvimento do território

No tocante ao geoturismo como possibilidade de desenvolvimento do território, é importante reverberar as palavras de Carcavilla *et al.* (2008 *apud* Oliveira e Guerra, 2016) quando diz que “o geoturismo pode ser considerado uma estratégia para o desenvolvimento

econômico de uma região e ao mesmo tempo, estimular a compreensão do ambiente através de sua interpretação”.

Para citar um exemplo do quão relevante é a atividade turística, e consequentemente o geoturismo, para as economias locais, basta lembrar de duas áreas economicamente devastadas em outros períodos da história e que graças ao reordenamento do território e de políticas conjuntas de desenvolvimento da atividade geoturística, se reinventaram e se transformaram em locais de grande fluxo de turistas. São elas: *Ironbridge*, uma localidade de *Shropshire* na Inglaterra, Berço da Revolução Industrial, que após ter seu declínio com a decadência da atividade na região, passou a utilizar os galpões, residências, armazéns e igrejas como pontos de visita (Jorge 2016); no Brasil, onde um exemplo de ressignificação da economia é a cidade de Ouro Preto em Minas Gerais, que após viver seu auge com a extração do minério, viu sua economia ruir com a diminuição da atividade mineradora. A solução foi preservar todo o seu centro histórico e aproveitá-lo como um dos principais produtos turísticos da região, somados a outros também existentes no Estado mineiro. “Mais do que criar novos espaços e equipamentos, é preciso recuperar, revitalizar, conservar e adaptar os existentes, possibilitando a sua democratização” (Rosa, 2013: 35). Tais ações foram responsáveis por fortalecer a economia dessas cidades, suprimindo a carência deixada pelo fracasso das atividades *a priori*.

Segundo Moreira (2008), apesar de ser uma atividade recente no território nacional, o geoturismo vem despontando como um importante produto para a economia, uma vez que essa atividade tem crescido bastante nos últimos anos, constituindo um segmento representativo para o desenvolvimento turístico do Brasil, com ênfase no desenvolvimento social e educacional, por fazer uso da geoeducação e de valorização das comunidades envolvidas.

Apesar dos principais atrativos do geoturismo serem de base abiótica, o estudo vem destacando os variados potenciais de cada região do município de São Miguel do Tapuio, compreendendo a cultura e a rica história dos antepassados, cujos registros são encontrados em muitos sítios arqueológicos da cidade, proporcionando aos visitantes uma visão ampla e integrada de alguns aspectos da paisagem, bem como da diversidade cultural. Propiciando, assim, uma experiência mais enriquecedora no decorrer da atividade turística.

Um destino torna-se mais rico

[...] quando mais variadas forem as ofertas, mesmo quando se trata de um segmento turístico especializado, como o geoturismo. Um local com um rico patrimônio geológico tem que juntar as valências das abordagens histórica, cultural e natural (biológica e geológica) (Rodrigues 2008: 24)

Dowling (2010) defende que o geoturismo pode e deve ser implantado em parceria com outros segmentos, aproveitando seus atrativos e fazendo uma conexão com a geodiversidade, de maneira que haja uma conexão entre ambos, conforme mostra a Figura 08 abaixo:

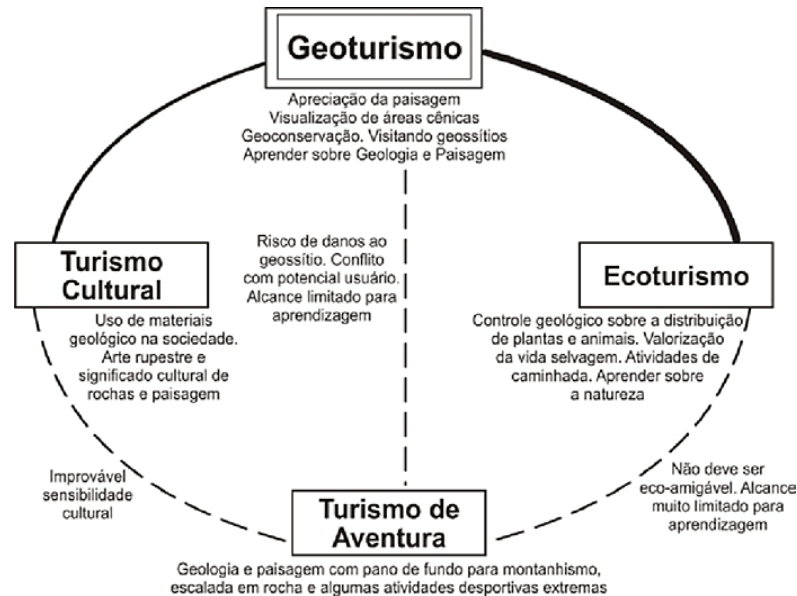


Figura 8 - Implantação do geoturismo em parceria com outras atividades. Fonte: Dowling (2010)

O mesmo autor complementa subdividindo o campo de análise do geoturismo em três sistemas: as formas que compreendem paisagens, relevo, sedimentos como rochas e fósseis; os processos que envolve a atividade tectônica, processos vulcânicos, erosão e deposição; por último, o turismo com suas atrações, acomodações, interpretação, planejamento e administração (Dowling 2011).

A complexidade que envolve a perfeita sincronia entre os sistemas que abarcam a rede de turismo deve estar intimamente relacionada com os preceitos da conservação e preservação ambiental. Ou seja, assentada numa concepção do geoconservacionismo, para que seja mantida a história responsável pela formação da geografia dos lugares, evitando danos a esses marcos históricos existentes nos lugares.

Segundo Ruchks (2007), a promoção da geoconservação (conservação do patrimônio geológico) é um dos maiores desafios da comunidade de geociências no século XXI. Isto se faz necessário porque os minerais, as rochas, os fósseis, os solos, o relevo e as paisagens atuais são o produto e o registro da evolução do Planeta Terra ao longo do tempo e, como tal, partes integrantes do mundo natural que constituem recursos não-renováveis.

Apesar do viés econômico se fazer presente na temática ora escolhida, no sentido de proporcionar uma melhoria na qualidade de vida das pessoas a serem impactadas pelo geoturismo, busca-se desenvolvê-lo, acima de tudo, de maneira sustentável, prezando pelo

perfeito equilíbrio entre as questões econômicas, históricas, culturais e biológicas. Obedecendo, assim, o que preconizam as orientações da Organização Mundial do Turismo (OMT) no tocante ao turismo e suas variáveis na utilização da natureza enquanto produto turístico:

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT 2003, p. 24).

A estratégia de desenvolvimento do território com viés no geoturismo parte também de um trabalho conjunto, entendendo, nesse contexto, a importância de serem adotadas parcerias com instituições educacionais no sentido de trabalhar a Educação Ambiental nas escolas. E destas, para a comunidade, tendo em vista que todos os segmentos sociais são extremamente importantes para o pleno desenvolvimento de um produto geoturístico focado na melhoria da qualidade de vida e na geração de renda. Entretanto, partindo de uma ideia conservacionista das paisagens naturais, monumentos geológicos, rochas, gravuras e pinturas rupestres que integram o cabedal de atrativos geoturísticos que existem no município. Destacando sempre o papel de todos os agentes locais para a elaboração de um planejamento turístico voltado para uma concepção sustentável.

[...] as discussões realizadas no Brasil e no mundo sobre o turismo e a sustentabilidade passaram a recomendar para a prática turística: a conservação dos recursos naturais e culturais, o compromisso de desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras e a participação dos atores sociais em todas as etapas do processo de planejamento e implementação de projetos, com a geração de benefícios para a população local e sua autonomia no processo de decisão (Irving 2009: 110)

Para Hose (2000), o geoturismo, além de contribuir com a população para o entendimento das feições geomorfológicas e dos aspectos da geologia, também pode contribuir para agregar valores e benefícios sociais para os lugares. Esse tipo de abordagem acaba contribuindo sobremaneira para despertar uma mentalidade conservacionista, proveniente de ações como a apreciação e a interpretação decorrentes, por exemplo, de políticas oriundas da difusão da geoeducação realizadas nos ambientes formais (escolas) ou em ambientes informais (aulas de campo), em atrativos naturais, no caso do geoturismo rural ou em meio urbano, assim denominado geoturismo urbano. Aliás, é imprescindível pontuar que uma das principais

características dessa atividade é promovê-la prioritariamente com ações de cunho educativo, realizada em sua grande maioria em parceria com instituições de escolares. A respeito do papel da educação para a prática geoturística, é vital apontar os dizeres de Rodrigues (2008: 49):

Ao receber a informação, o geoturista está a aprender mediante os instrumentos interpretativos didáticos que lhe são facultados. Quanto mais explícitos forem os fenômenos e mais apelativa for a interpretação, mais eficaz se torna a divulgação da geologia. Por outro lado, um cidadão que tenha tido a possibilidade de ter estudado geologia, mas consciente e interessado está para a prática do geoturismo.

Neste sentido, a educação é uma forte aliada para o funcionamento harmônico da cadeia produtiva deste segmento. Isso, tendo em vista que os geossítios existentes no território do município poderão também ser utilizados com fins pedagógicos, trazendo narrativas histórico-culturais, sociológicas, geomorfológicas e da geodiversidade, importantes para o conhecimento de variados aspectos humanos e naturais pretéritos e atuais que compõem o território do município de São Miguel do Tapuio-PI e que são essenciais para contribuir com o desenvolvimento da região.

Corroborar-se com as palavras de Dowling (2010), cuja concepção trata o geoturismo como ferramenta essencial para incentivar a conservação e o entendimento acerca do patrimônio geológico, juntamente com a sensação singular de apreciar os elementos que integram a geodiversidade. Portanto, a prática da atividade transcende o caráter meramente consumista ao buscar os atrativos, e foca também, por outro lado, na sensibilização que envolve a conscientização ambiental.

A atividade geoturística é um segmento bastante dinâmico, podendo se apresentar com viés inter e transdisciplinar, haja visto que pode ser desenvolvida analisando aspectos variados da geodiversidade, tais como a biodiversidade, relatos históricos das comunidades, elementos da arqueologia, geomorfologia, geologia e outros (Brilha 2005)

Para que se consiga obter êxito na implantação da atividade geoturística, diversos aspectos devem ser analisados e levados em consideração. Dentre eles, uma estratégia de marketing bem planejada e voltada para a divulgação e promoção dos atrativos, estabelecendo uma eficiente e eficaz rede de comunicações e trocas de informações, que podem ser bastante exploradas atualmente com o advento das redes e mídias sociais, confecção de folders, campanhas em veículos de divulgação em massa e, principalmente, a experiência proporcionada aos visitantes, sejam eles moradores locais, estudantes, pesquisadores ou público externo. A principal propaganda é a qualidade da experiência vivenciada pelo visitante.

Autores como Hose (2006) e Dowling (2010), destacam mais elementos essenciais a serem levados em consideração para o sucesso do geoturismo, sendo eles a geoconservação, a promoção turística e a educação. Segundo Brilha (2005), o geoturismo precisa ser implantado depois de estar montada uma coerente e sólida estratégia de geoconservação, de modo a assegurar a manutenção do interesse do patrimônio geológico que justifica a própria atividade.

2.2.5 Geopatrimônio

Antes de se reportar ao geopatrimônio propriamente dito, é essencial apontar que uma das primeiras discussões acerca do patrimônio natural foi a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada na cidade de Digne na França, no ano de 1972, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Nela, além da elaboração do conceito de patrimônio natural, foram debatidas questões de cunho conservacionista, posto que esses atrativos de relevância excepcional, espalhados pelo mundo, sofriam grandes ameaças de destruição em razão das práticas sociais e do modelo econômico adotado pelos países. Fazendo-se necessário, assim, rever a maneira como esses patrimônios eram impactados pela sociedade.

O geopatrimônio é um dos produtos mais significativos para uma região que busca desenvolver a prática do geoturismo. É em função dele que elabora-se um conjunto de ações de geoconservação e turísticas a serem implementadas juntamente com a geodiversidade como um todo, visando ao desenvolvimento dos territórios no entorno desses atrativos, numa simbiose com a geoeducação, pautada na conservação dessas áreas.

Segundo a CPRM (2000), o patrimônio geológico (geopatrimônio) constitui o registro de feições notáveis da geodiversidade, representadas por sítios geológicos de valor excepcional à memória geológica da região, de importância nacional ou regional. Para Carcavilla *et al* (2008: 3001 *apud* Meira e Moraes 2016), o patrimônio geológico seria “o conjunto de elementos geológicos que se destacam por seu valor científico, cultural ou educativo”.

Brilha (2016) foi mais específico ao reformular seu conceito de Geossítio e Patrimônio Geológico, quando, em seu estudo, dividiu a geodiversidade em dois importantes grupos, quais sejam: (i) sítios com valor científico e (ii) sítios com outros valores, utilizando *in situ* e *ex situ*.

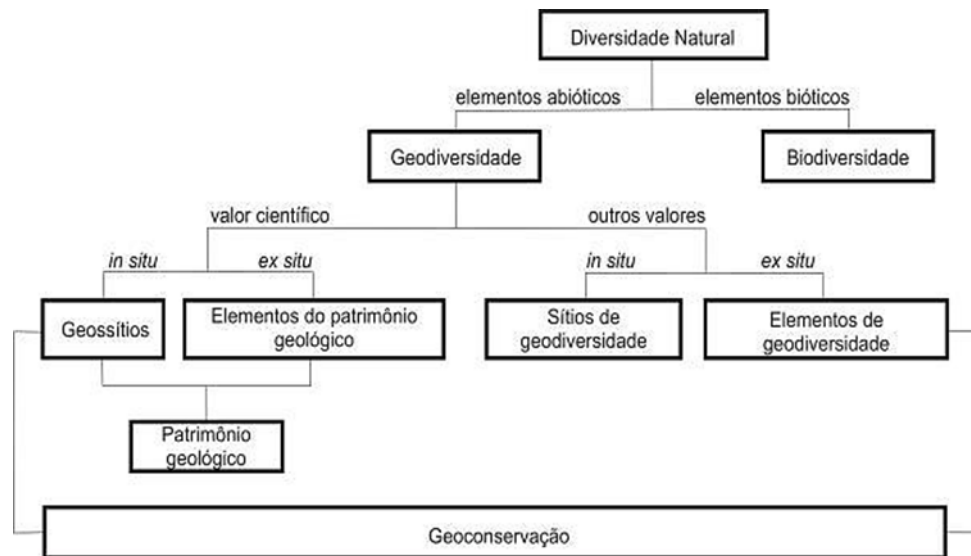


Figura 9 - Divisão da geodiversidade em dois grupos; sítio com valor científico e sítio com outros valores. Fonte: Brilha (2016)

Conforme Figura 09, a geodiversidade apresenta valor científico, sendo caracterizada por elementos que ajudam a explicar o processo evolutivo da Terra. Este, quando encontrado *in situ*, ou seja, no campo, é denominado geossítio. Quando encontrados *ex situ*, ou seja, em museus, e outros são denominados de elementos do patrimônio geológico.

A geodiversidade, composta por valores como o educativo, cultural, turístico e outros, por sua vez, quando encontrados *in situ* é chamada de sítios de geodiversidade, e quando localizados *ex situ*, é conhecida como elementos da geodiversidade, que, por sua vez, compõem o bojo do princípio da geoconservação.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS E ATRATIVOS GEOTURÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

Pode-se dizer que a gênese de São Miguel do Tapuio se remete aos conflitos entre grupos indígenas rivais ocorridos na Serra da Ibiapaba no Estado do Ceará, envolvendo grupos de nativos que teriam migrado das porções litorâneas, vindos provavelmente do Estado do Rio Grande do Norte. Conforme Melo (1988: 22), citando o Padre Franciscano André de Thevet, que percorreu terras nordestinas nos idos de 1580, “o grupo Tacaririú (Tacarijus) estendia os seus domínios sobre a longa área territorial que, partindo das proximidades das praias norte-rio-grandenses, subjugadas por tribos Tupis, alcançavam os sertões do Ceará e Piauí”.

O contexto histórico estava ligado diretamente ao período colonial do Brasil, onde as disputas entre portugueses, franceses, espanhóis, ingleses e holandeses desejosos pelas riquezas do “Novo Mundo”, marcavam o cenário de conflitos no “Velho Mundo”. Fato este que se estendeu dentro das colônias recém conquistadas. Essas disputas pelas matérias-primas locais, subjugavam nativos “a ferro e fogo” conforme os caprichos dos interesses europeus, sobretudo à lei da oferta e da procura ditada pelo mercantilismo ou pré-capitalismo operante na Europa que, naquele momento histórico, estava em transição do feudalismo para o capitalismo.

Segundo Ramos (2021), a partir de 1500, os colonizadores passaram a interagir com os silvícolas, tendo como intento a exploração dos recursos naturais, adotando como prática o uso da escravidão e a conversão ao cristianismo. Os povos daqui, sem o advento do livre-arbítrio, entraram numa guerra que definitivamente não era deles. As disputas entre as potências colonialistas europeias cortaram o Atlântico em naus e caravelas, aportando na ingenuidade de alguns povos e na bravura de outros que lutaram heroicamente contra a dominação europeia.

Naquele Brasil de então, europeus lutavam contra europeus, europeus contra nativos e, além disso, nativos contra nativos.

As fontes de funcionamento eficiente das sociedades dos povos originários impediram a formação de um sistema estável de solidariedade tribal, exigido pela invasão europeia. As alianças eram fragmentadas e a luta contra o europeu adotava padrão dispersivo, de “índios contra índios”, em óbvio benefício do branco. A relação dos portugueses e demais europeus com os povos originários foi fundamental na formação do território brasileiro, com destaque para a expansão e garantia das fronteiras portuguesas com o auxílio indígena. As guerras indígenas integraram-se com as guerras coloniais, demonstrando o papel ativo das populações indígenas na conformação futura do País (Fernandes 2007: 97).

Por essas bandas, grupos indígenas, influenciados por franceses ou portugueses, disputavam cada palmo de chão. Buscando sobreviver às constantes disputas com outras tribos e tentando evitar os conflitos cada vez mais acirrados na Ibiapaba, grupos de silvícolas desceram a referida serra e se apoderaram de boas terras e água em abundância na Bacia do Poti. Dentre esses locais, estava a terra que viria se tornar então município o de São Miguel do Tapuio, o qual ainda fazia parte do atual município de Castelo do Piauí. A despeito desta migração, Melo (1988: 23) destaca que:

Muitos sofridos de guerras e desejosos de viverem a sua vida sem perseguições e interferências, os Tacarijus deixaram para longe o clima fresco das serras e as piscosas margens dos grandes rios, preferindo acampar num belíssimo recanto cercado dos ricos brejos hoje, chamados de Tiririca, Roça Velha, Irauçuba, Canabrava, Canto, São Luis e Lagoa.

O município de São Miguel do Tapuio-PI foi criado pelo Decreto nº 52 de 25/03/1938, sendo desmembrado da vizinha cidade de Castelo do Piauí, antiga Vila do Marvão, uma das cidades mais antigas do Estado do Piauí.

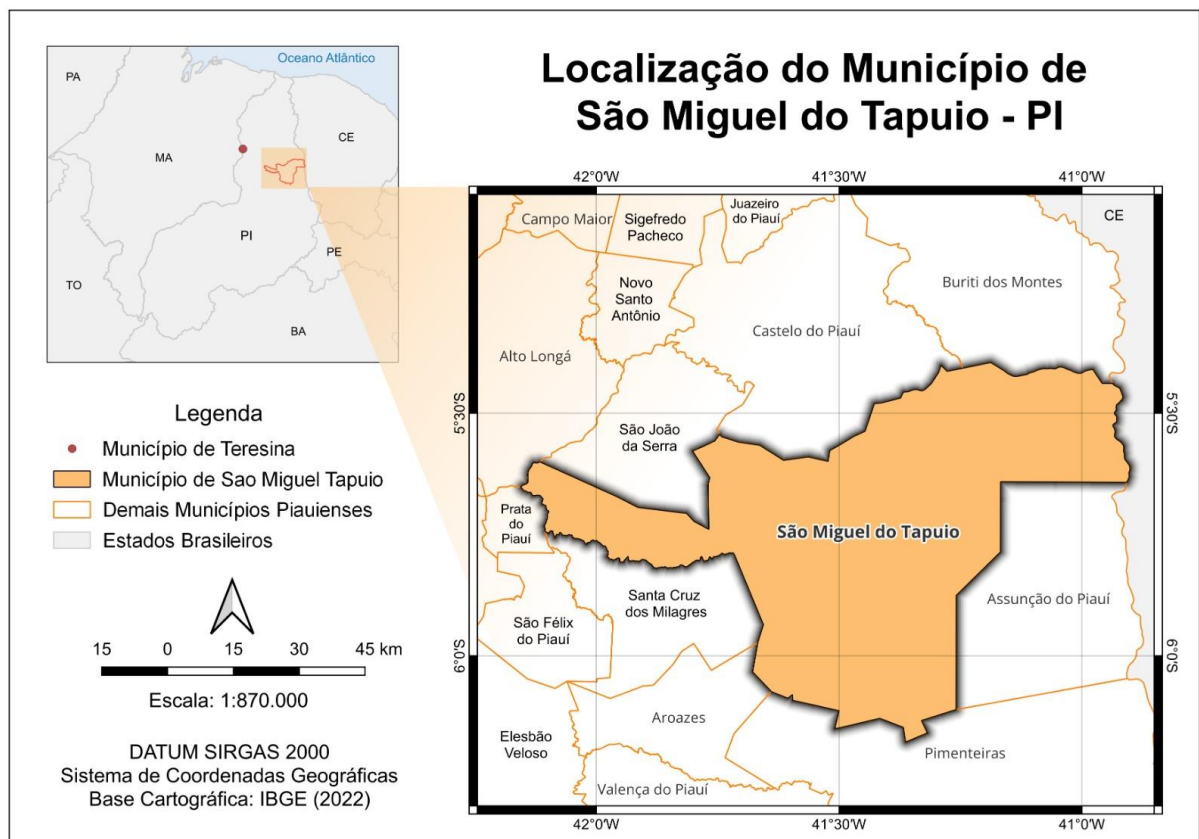


Figura 10 - Mapa da localização do município de São Miguel do Tapuio. Fonte: Elaborado pelo autor (2023), extraído de IBGE (2022)

O município tapuiense localiza-se a uma distância de 227 quilômetros da capital Teresina. Faz parte do Território dos Carnaubais na Microrregião de Campo Maior, situado na Mesorregião Centro-Norte do Estado do Piauí, nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 5° 30' 13" Sul, Longitude: 41° 19' 24" Oeste.

Estende-se por uma área de 5.283km², sendo, portanto, o quinto maior município do Piauí em extensão territorial. Tem como limites fronteiriços: a Leste: Novo Oriente/CE e Crateús/CE; a Oeste: Prata do Piauí; a Norte: Castelo do Piauí; a Sul: Pimenteiras; a Nordeste: Buriti dos Montes; a Noroeste: São João da Serra e Alto Longá; a Sudoeste: Santa Cruz dos Milagres e Aroazes; a Sudeste: Assunção do Piauí.

De acordo com os dados do Censo de 2022, o município apresenta uma população de 17.554 habitantes (IBGE, 2022) e densidade populacional de aproximadamente 3,48hab/km². Sua principal atividade econômica gira em torno da prestação de serviços, da prática da agropecuária assentada na criação de caprinos e ovinos, produção de feijão, apicultura e produção de caju. Desenvolve ainda o extrativismo vegetal da carnaúba, presente em grande abundância. Além da renda de aposentados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e programas sociais. O município possui uma fábrica de cachaça artesanal e pequenas fábricas de produção de cajuína, também de maneira artesanal.

3.1 GEOLOGIA

Geologicamente, as diferentes unidades que se destacam na área do município pertencem às coberturas sedimentares descritas na Figura 11, a seguir:

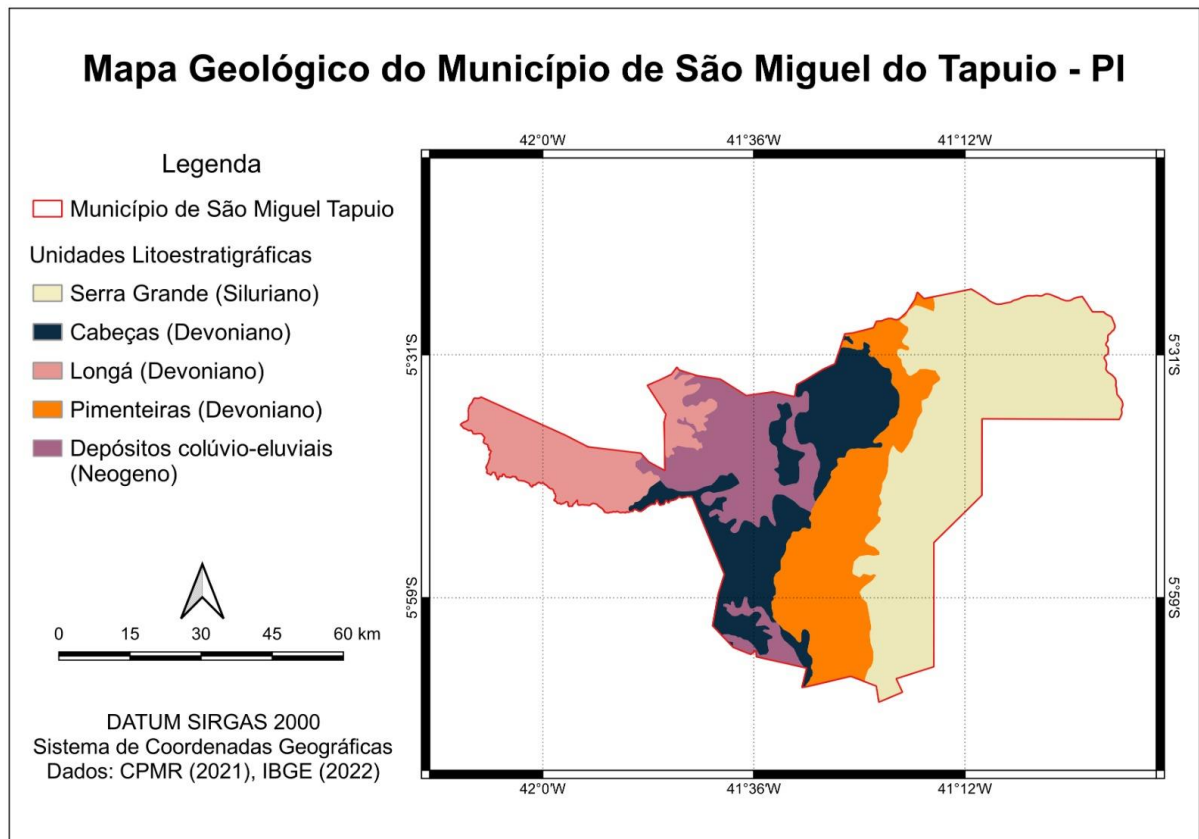


Figura 11 - Mapa geológico de São Miguel do Tapuio. Fonte: Elaborado a partir de CPRM (2021), IBGE (2022)

Os sedimentos mais recentes fazem parte dos Depósitos Colúvio-eluviais que, nas áreas de ocorrência Noroeste e Sudoeste do município, são caracterizados pelo relevo de Depressão em uma pequena escala e de Patamar em sua grande maioria. São representados por sedimentos arenosos e areno-argilosos, formados em sua maior parte pela predominância de areia, argila, cascalho e laterita.

No município, há ocorrência do Grupo Canindé, compreendendo três (3), das cinco (5) subdivisões propostas por Caputo (1984). São elas: Pimenteiras, Cabeças e Longá. Esta última, tendo sua gênese no Período Devoniano e encontrada na porção Oeste e Noroeste, sendo caracterizada por formações litologicamente representadas por arenito, siltito, folhelho e calcário, onde predominam relevos de Depressão, Patamar e Tabuleiro.

A Formação Cabeças, cujo termo é atribuído a Plummer (1946), por ter sido encontrada pelo referido autor no antigo município de Cabeças, hoje Dom Expedito Lopes/PI, estaria conectada a idade Carbonífera, com origem no Período Devoniano e agrupando arenito de granulação média a grossa. Aqui, apresentando conglomerado e siltito. Esta formação corta transversalmente o município de Norte a Sudoeste, evidenciando a ocorrência das seguintes unidades de relevo: Patamar, encontrada em maior quantidade na Formação Cabeças, Tabuleiro e uma pequena faixa de Depressão.

A Formação Pimenteiras é assim conhecida por ter sido estudada por Richard Small no município de mesmo nome, nos idos de 1913, onde observou uma estrutura formada por folhelhos de coloração vermelha. Em São Miguel, esta formação aflora no município no sentido Norte a Sul, englobando litologicamente estruturas com prevalência de arenito, siltito e folhelho. Sendo caracterizada por apresentar duas unidades de relevo: o Tabuleiro e o Patamar.

Na porção basal da sequência encontra-se o Grupo Serra Grande, termo também criado por Small (2013), para designar um pacote de arenito localizada na parte leste da Bacia do Parnaíba. Esta Unidade Litoestatigráfica representa a maior unidade do município, compreendendo as porções Nordeste, Leste, Sudeste e Sul de São Miguel do Tapuio. Onde apresenta estrutura com evidência litológica de conglomerado, arenito e intercalações de siltito e folhelho (CPRM, 2004). As unidades de relevo encontradas são: Tabuleiro, Patamar e Planalto, esta última, presente apenas na Formação Serra Grande.

Quadro 08 - Unidades geológicas de São Miguel do Tapuio-Piauí

Era	Período	Formações	Tipos de solo
Cenozoica	Quaternário	Depósitos Colúvio-Eluviais	Sedimentos arenosos, areno-argilosos e conglomeráticos. Pouco favoráveis a acúmulo de água subterrânea.
Paleozoica	Devoniano	Longá	Folhelhos e Siltitos.
		Cabeças	Arenitos e siltito, ambientes fluviais.
		Pimenteiras	Arenitos, siltitos e folhelhos.
	Siluriano	Grupo Serra Grande	Conglomerados, arenitos e intercalações de siltitos e folhelhos.

Fonte: Autor (2023), adaptado de CPRM (2021)

3.2 GEOMORFOLOGIA

Boa parte do modelado do relevo existentes no município apresenta belíssimas formações, compreendendo, principalmente, superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes suavemente onduladas e altitudes variando de 150 a 300 metros; superfícies tabulares cimeiras (chapadas altas), com relevo plano, altitudes entre 400 a 500 metros, com grandes mesas recortadas e superfícies onduladas com relevo movimentado, encostas e prolongamentos residuais de chapadas, desníveis e encostas mais acentuadas de

vales, elevações (serras, morros e colinas), com altitudes de 150 a 500 metros (Jacomine *et al.* 1986). No mapa abaixo (Figura 12) é possível localizar cada uma das Unidades de Relevô e sua relação com as Unidades Litoestratigráficas.

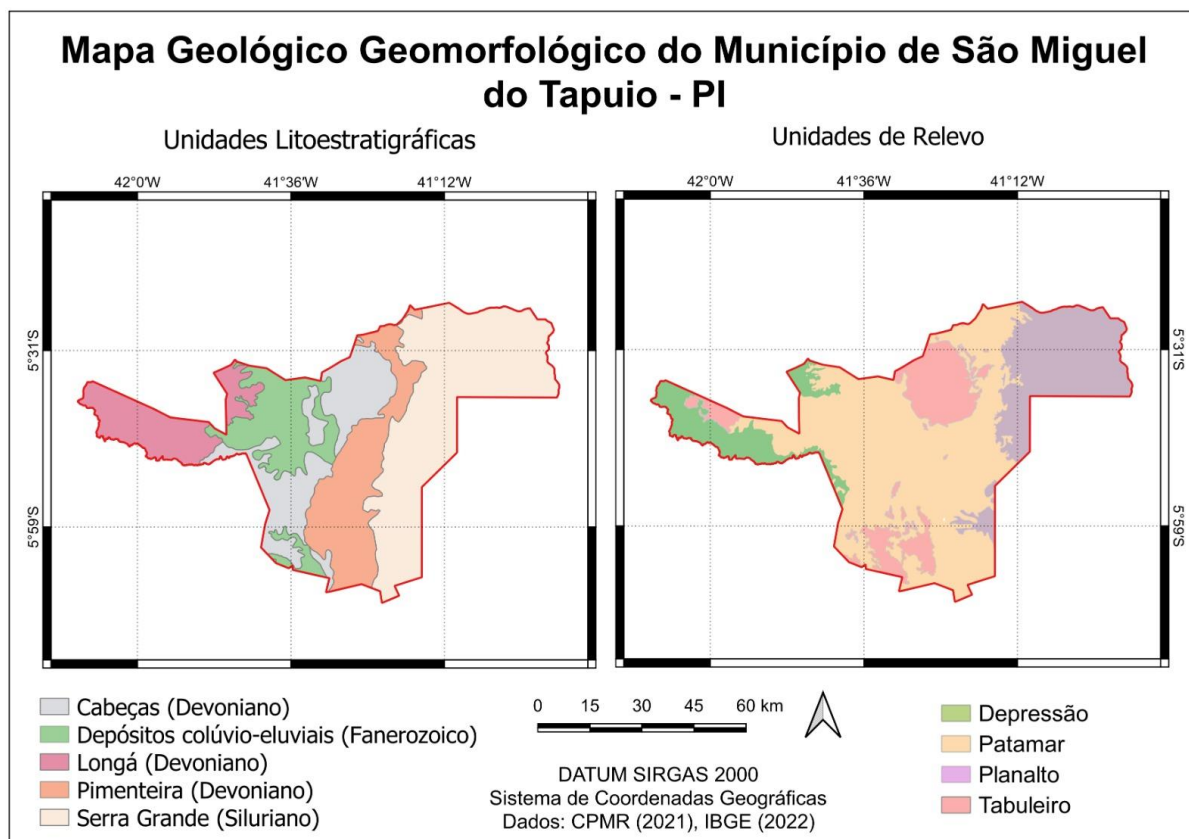


Figura 12 - Mapa geológico e geomorfológico de São Miguel do Tapuio. Fonte: Adaptado de CPRM (2021), IBGE (2022)

Portanto, são encontradas no território tapuiense quatro (4) Unidades de Relevô. Quais sejam: Depressão, Patamar, Planalto e Tabuleiro que com as Unidades Litoestratigráficas compõem a estrutura geológica e geomorfológica de São Miguel do Tapuio.

Quadro 09 - Definição das unidades de relevô e áreas de ocorrência

UNIDADE DE RELEVÔ	DEFINIÇÃO DO IBGE	UNID. LITOESTRATIGRÁFICA DE OCORRÊNCIA
Depressão	Superfície rebaixada em relação a relevos circundantes mais elevados, elaborados em quaisquer tipos de rochas.	Depósitos Colúvio-Eluviais Formação Longá Formação Cabeças

Patamar	Forma plana ou ondulada, constituindo degrau transicional entre um planalto, uma chapada ou um conjunto serrano mais elevado, e, geralmente, uma depressão ou planície, em nível mais baixo.	Depósitos Colúvio-Eluviais Formação Longá Formação Cabeças Formação Pimenteiras Grupo Serra Grande
Planalto	Forma plana ou dissecada, de relevo predominantemente homogêneo, de altitudes elevadas, limitada pelo menos em uma de suas bordas por superfícies mais baixas.	Grupo Serra Grande
Tabuleiro	Caracterizado por topos tabulares ou suavemente ondulados, em geral limitado por ressaltos. Tabuleiros diferenciam-se das chapadas por apresentarem altitudes mais baixas e não se tratar de feições planálticas inconsolidadas.	Formação Longá Formação Cabeças Formação Pimenteiras Grupo Serra Grande

Fonte: Autor (2023), adaptado de IBGE (2019)

Muitas das formações apresentam um belo espetáculo cênico, como as encontradas na localidade Malhada Real, representada pelo geomorfossítio Olho D'água dos Picos, Tronca de Pedra na Palmeira de Cima e Morro Redondo na localidade Juazeiro, os dois últimos integram a região do Projeto de Assentamento Saco do Juazeiro, que, juntamente com outros afloramentos, compõem um conteúdo paisagístico geomorfológico pitoresco, que através de planejamento de ações eficazes podem resultar num roteiro propício para a implantação do turismo e seus segmentos, como o geoturismo. Em face das variadas possibilidades de usufruto, sobretudo atividades recreativas e educativas, é possível conhecer diferentes etapas de evolução geológica e histórica daquelas comunidades pela ocorrência de sítios arqueológicos ali existentes e de geoformas singulares que marcam a dinâmica do relevo local.

Portanto, ao se colocar em evidência a questão do desenvolvimento territorial numa perspectiva da difusão do geoturismo, há que se trazer impreterivelmente em voga uma análise do conteúdo paisagístico das áreas em estudo, sobretudo dos locais onde há ocorrência de geossítios. Essa análise parte de aspectos como a inventariação e a quantificação, que abordam elementos essenciais presentes no meio físico que compõem a estrutura das paisagens, e que estão todos imbricados numa sinergia nos diversos ambientes resultado de agentes externos que modelaram o relevo em épocas pretéritas.

Para Mamede (2000), a paisagem geomorfológica seria constituída por diferentes unidades simples, as chamadas geoformas. “Geoformas são formas da superfície da Terra

concebidas como setores ou entidades do espaço, as quais possuem certa geometricidade própria (Mamede 2000, p. 53)”. Já Silva e Pocidônio (2018, p. 42) reiteram que as geoformas “se refere a um corpo tridimensional com forma (geometria, declividade, altitude...), tamanho e volume específicos”. Ainda, conforme Dantas *et al.* (2015, p. 8):

A paisagem geomorfológica foi definida por Coelho Netto (1992) e Dantas e Coelho Netto (1995) como a resultante espacial da interação das diversas variáveis do meio geobiofísico (relevo-rocha solo-vegetação-fauna-uso) que regula a distribuição das águas pluviais no domínio das encostas e, conseqüentemente, a dinâmica dos processos geomorfológicos (intemperismo, erosão e deposição) em diferentes escalas espaço-temporais.

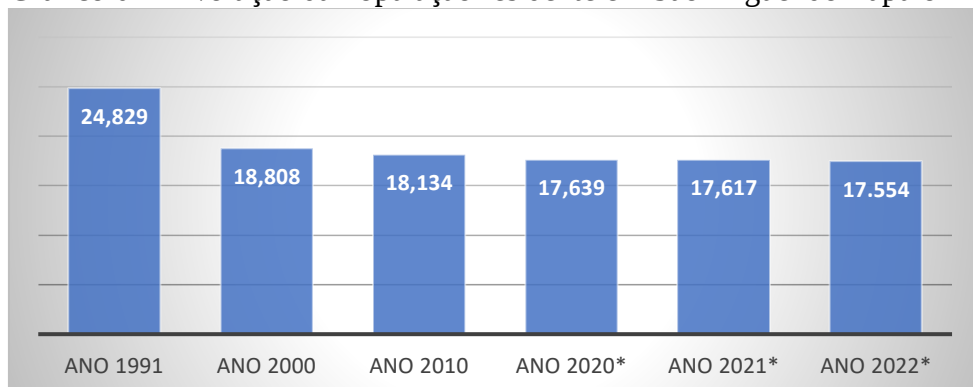
Para Guerra e Marçal (2018: 20), “a paisagem geomorfológica e sua evolução dependem de diversos fatores, representados em diferentes escalas de tempo e espaço”. Segundo Guerra e Loureiro (2022: 22) “Tais paisagens se moldam e resultam em cenários que podem ter rara beleza, sendo aproveitadas pelo geoturismo”.

Acerca da paisagem geomorfológica, Guerra e Marçal (2018: 21) destacam que essa “pode ser definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais”. Complementam afirmando que “Estas podem ser analisadas do ponto de vista científico, para se compreender a evolução das formas de relevo, mas também, do ponto de vista turístico, quando oferecem algum tipo de beleza cênica, que atrai o interesse dos visitantes de uma determinada área”.

3.3 DEMOGRAFIA DO MUNICÍPIO

Conforme o Gráfico 01, é possível visualizar parte da dinâmica populacional do município de São Miguel do Tapuio.

Gráfico 01 - Evolução da População residente em São Miguel do Tapuio



Fonte: Adaptado de IBGE (2023)

Pode-se observar no gráfico acima, um decréscimo populacional constante a cada novo censo realizado pelo IBGE. Fato este que pode ter como uma de suas causas o ciclo vicioso do processo de migração interna que está em evidência no território nacional desde o período da colonização, quando o conflito entre povos indígenas tentava evitar o contato com europeus, ou quando estes incentivavam tais conflitos entre tribos que tinham a influência de outros povos, como os franceses.

Historicamente, a região Nordeste tem se destacado como uma área de repulsão de pessoas, o que se deve a diversos fatores, como a fome e conflitos de terra ou renda. Martins (2013: 41) analisa que “quanto menor a renda, maior é o potencial migratório, e isso é o que se verifica mais no Nordeste, do que nas demais regiões”. Além dos altos índices de pobreza, falta de oportunidades de trabalho, e consequentemente de melhorias da qualidade de vida, bem como o advento das questões de ordem climática.

A marcante variabilidade interanual da pluviometria, associada aos baixos valores totais anuais pluviométricos sobre a região Nordeste do Brasil, é um dos principais fatores para a ocorrência dos eventos de “secas”, caracterizadas por acentuada redução do total pluviométrico sazonal durante o período chuvoso (EMBRAPA 2007: 39)

Esses fatores corroboram para que a região venha se destacando como uma área com elevados índices de emigração, separando famílias, sonhos e rompendo, de certa forma, tradicionais vínculos afetivos estabelecidos com o “torrão” de nascimento de milhares de nordestinos.

Neste contexto, São Miguel do Tapuio não foge à regra. Juntamente com muitos municípios da região nordestina, se caracteriza também por ser uma área repulsora, oferecendo mão de obra para o desenvolvimento de outras regiões do país, como a Centro-Oeste, vide o advento da construção de Brasília, mas também Sudeste e Sul do Brasil, por serem as regiões com os maiores índices de crescimento e oportunidades de empregos na atualidade, sendo o destino preferido dos tapuienses.

Para se ter uma ideia, o percentual de ocupados no município representa o preocupante índice de 5,9% da população total, assumindo, com isso, a posição de 123º em comparação com outros municípios do Estado do Piauí e 4.942 dos 5.570 municípios brasileiros (IBGE, 2020). Este cenário, somado à falta de políticas públicas para promover o desenvolvimento territorial local, juntamente com a escassez de chuvas, com regime pluviométrico na ordem dos 200 a 800

mm anuais, característica de regiões semiáridas, onde a cidade se encontra, impacta diretamente na agricultura e pecuária, setores que servem para o sustento daquelas famílias que não possuem empregos formais.

Segundo Mendes (1997 *apud* Embrapa 2007: 38)

[...] o clima constitui a característica mais importante do Semiárido, principalmente devido à ocorrência das secas estacionais e periódicas [...] que determinam o sucesso da atividade agrícola e pecuária e a sobrevivência das famílias.

Tal situação criou um ambiente propício à emigração de pessoas, sobretudo da população mais jovem, que, na inexistência de trabalho no município, têm aumentado as estatísticas e os fluxos de cidadãos residentes em outros lugares, corroborando para o crescimento do inchaço nos grandes centros urbanos do país. Tendo como consequência, o surgimento de outras mazelas, como o aumento do desemprego, a violência e as ocupações de moradias nas áreas irregulares.

Por vezes, tal situação relaciona-se, inclusive, com o tráfico de drogas nas rotas realizadas pelos “clandestinos”, que na falta de políticas públicas eficientes para a geração de emprego e renda nestes locais, oportuniza o comércio ilegal que abastece pequenas cidades nos rincões nordestinos. Com isso, há um agravamento da problemática social que, se não bastasse àquelas situações já mencionadas no texto, passa a ser potencializada com a venda e uso de entorpecentes nesses pequenos municípios, mudando substancialmente a rotina destes lugares, que veem sua juventude mergulhar num caminho quase sem volta, conforme constatado através de apreensões feitas algumas vezes pela Polícia Rodoviária, Polícia Militar ou Polícia Civil.



Figura 13 - Apreensão de entorpecentes pela PRF. Portal o Tempo (2022). Foto: Divulgação/PRF

Na foto acima, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), em uma de suas operações nas estradas brasileiras, fez a apreensão de 310kg de drogas em posse de um passageiro de 25 anos que viajava em clandestino com itinerário de São Paulo ao Estado do Ceará. Este tipo de ocorrência tem sido comum, uma vez que o consumo de entorpecentes tem crescido assustadoramente em pequenas cidades nordestinas, outrora caracterizadas pela calma.



Figura 14 - Agência de transporte clandestino em São Miguel do Tapuio. Foto: Autor (2023)

Na imagem acima, passageiras de São Miguel do Tapuio se amontoam para despachar suas bagagens em uma das duas agências que fazem itinerário todas as sextas-feiras com destino ao estado de São Paulo.

Acerca da distribuição dos domicílios na extensão territorial do município, dados mostram que há uma predominância pelos imóveis rurais, conforme demonstra a Tabela 01.

Tabela 01 - Total de domicílios de São Miguel do Tapuio

INFRAESTRUTURA (Ano 2010)		
Total de domicílios	4.979	100%
Urbanos	1.948	39,1%
Rural	3.031	60,9%

Fonte: IBGE-Censo (2010)

De acordo com os dados do IBGE, a maioria das pessoas ainda vive na zona rural de São Miguel do Tapuio. Estas famílias são muito dependentes de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família, de modo que o município conta com 2.850 famílias beneficiadas (Ministério da Cidadania, n./p.), bem como da produção advinda da agricultura familiar, que ultimamente tem sofrido com o período de seca prolongada ou de chuvas irregulares, o que incide numa baixa produtividade e, em alguns casos, perda total das lavouras.

Apesar de ter havido uma melhora considerável no IDH da última década do século XX para as primeiras décadas do século XXI, saltando de 0,228 em 1991 para 0,556 em 2010 (PNUD 2010), considera-se que ainda é um número baixo e que demonstra claramente que o município ainda apresenta muitos pontos a serem melhorados. Dentre eles, a redução da mortalidade infantil, que em 2020 apresentou um total de 17,32 óbitos por mil nascidos vivos (DATA SUS 2020) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). No que se refere a este último, São Miguel do Tapuio apresenta um indicativo de 0,458. Ou seja, alta vulnerabilidade social (CEPRO 2018), segundo critérios de análise adotados pelo IPEA. Isto posto, tem-se um cenário com baixo IDH, somado a alta vulnerabilidade social, grande dependência do Programa Bolsa Família e com 58,9% dos domicílios vivendo com até meio salário-mínimo, segundo dados do IBGE (2010).

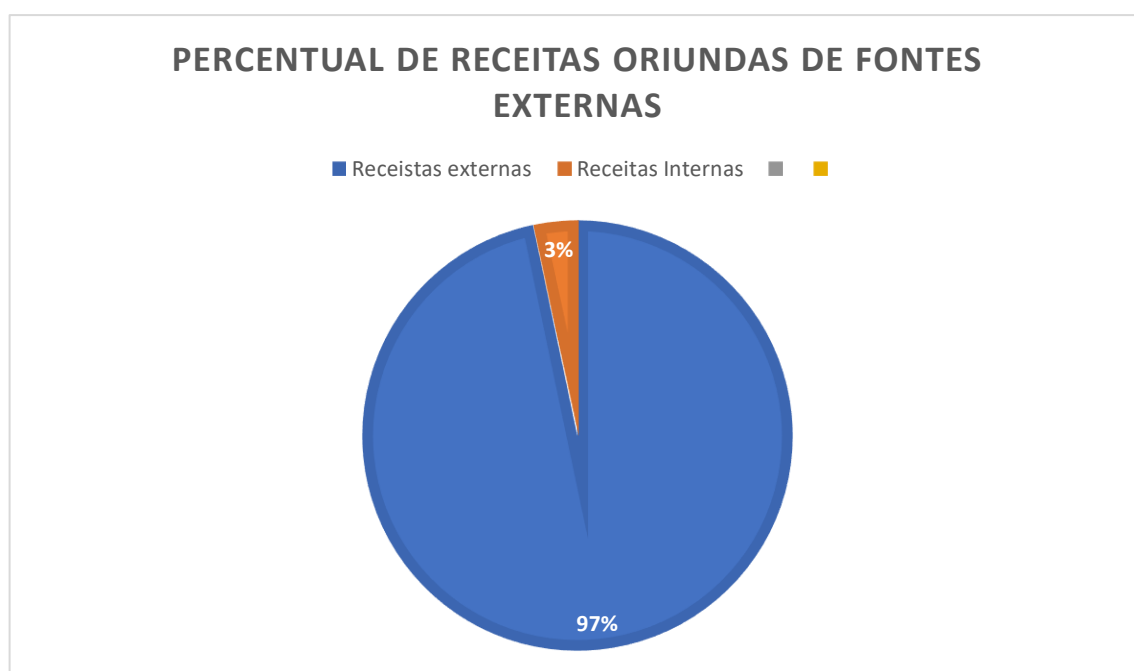
Depreende-se que, do ponto de vista econômico-social, a maioria da população local vive em condições mínimas no quesito qualidade de vida, uma vez que a renda familiar não chega sequer a atingir o valor de um salário-mínimo. Fato este que interfere nos indicadores sociais do município, ratificando a necessidade inadiável de se criar alternativas que busquem modificar essa triste realidade presente na área de estudo. Daí a importância de promover

estratégias que tenham como uma de suas finalidades o protagonismo territorial da cidade. Com uma diversificação da economia, participação de entidades públicas e privadas, entidades de fomento, além do envolvimento efetivo de atores sociais locais, fazendo uso de maneira sustentável dos ativos e atributos existentes em São Miguel do Tapuio.

3.4 ECONOMIA

Quando se procura trazer à luz questões que envolvem desenvolvimento territorial, não há como fugir de analisar os aspectos que norteiam a economia municipal, haja visto que o que se busca é compreender o cotidiano territorial, a fim de colher dados e assim traçar as melhores estratégias a partir da análise de vários aspectos que compreendem o território e sua territorialidade. Portanto, quanto mais se conhecer as potencialidades e fraquezas territoriais, maior a possibilidade de sucesso na elaboração de um plano que possa vislumbrar o protagonismo do mesmo. Sobretudo, com a participação de quem vive a história da cidade em sua rotina e que tem um importante papel no processo de desenvolvimento do território do qual faz parte. Neste sentido, entende-se que um dos pontos de partida é o conhecimento de alguns aspectos da economia que são relevantes para que sejam dados os primeiros passos na busca do sucesso territorial.

Gráfico 02 - Percentual de receitas oriundas de fontes externas



Fonte: IBGE (2015)

O Gráfico 02 apresenta dados oriundos da avaliação do total das receitas que compreendem a economia do município, onde deparou-se com o assustador número de que 97% destas receitas são provenientes de fontes externas e apenas 3% geradas nos limites do próprio território, sendo que o maior montante vem exatamente da União, demonstrando a fragilidade da cidade no que se refere a geração de renda.

O cenário atual é de pouca produção de receitas, muito provavelmente devido ao fraco engajamento quanto ao poderio empreendedor do município, bem como a ausência de grandes empresas para a criação de postos de trabalho. Situação esta que leva a uma dependência significativa dos recursos oriundos do tesouro nacional para a manutenção da estrutura administrativa funcionando e aquecendo a economia local com o capital dos servidores municipais que, neste caso, compreende o maior montante de circulação financeira no comércio local, pois é responsável pela maioria dos postos de trabalho gerados no município pesquisado, como se pode perceber na tabela abaixo:

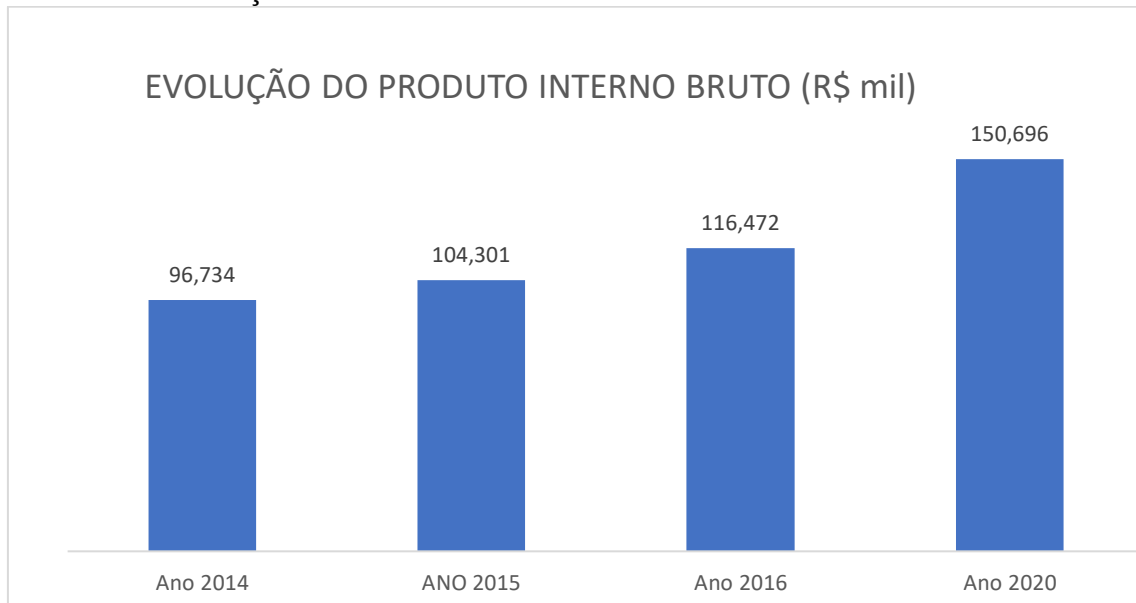
Tabela 02 - Mercado de trabalho

MERCADO DE TRABALHO (Ano 2019)		
Pessoas registradas	Quantidade	%
Total	631	100%
Comércio	90	14,3%
Serviços	47	7,4%
Indústria	01	0,2%
Construção Civil	38	6,0%
Administração Pública	453	71,8%
Outros	02	0,3%

Fonte: Ministério da Economia (2019)

Observa-se, na análise dos dados presentes na Tabela 02, que a grande maioria das pessoas ativas no mercado de trabalho em São Miguel do Tapuio está concentrada principalmente na Administração Pública. Isso demonstra claramente uma fragilidade no que se refere a existência de empresas que possam absorver a população em idade produtiva. Também, em outra perspectiva, a alta dependência do poder público no tocante à geração de emprego – e consequente renda – na economia do município, o que, de certa forma, acaba tornando as pessoas dependentes das forças políticas locais, ocasionando divisões, rivalidades e fragilidades na união de esforços em defesa dos interesses do município e de sua população.

Gráfico 03 - Evolução do Produto Interno Bruto



Fonte: IBGE, SEBRAE (2021)

Segundo o IBGE (2023), o PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Neste sentido, conforme os dados acima, o município de São Miguel do Tapuio tem tido uma curva ascendente no que se refere as riquezas produzidas no município nos últimos anos. Tal fato poderá incidir positivamente na capacidade de investimentos do município, na busca pela melhoria da qualidade de vida da população através de investimentos nas áreas mais carentes da gestão pública.

Historicamente, a agricultura tornou-se a base da economia tapuiense, assentada principalmente nos produtos oriundos da agricultura familiar, marcada, sobretudo, pelo uso de técnicas rudimentares e de baixo impacto no meio, tendo em vista que até o presente momento, inexistem grandes áreas plantadas. Seu espaço agrícola é caracterizado apenas pelo uso de pequenas porções de terras, geralmente destinada ao plantio, principalmente da Cana de Açúcar (1º), Milho (2º), Feijão (3º), Mandioca (4º), Banana (5º), Arroz (6º) e Castanha de Caju (7º), conforme dados da tabela transcrita abaixo.

Tabela 03 - Culturas desenvolvidas na agricultura de São Miguel do Tapuio

AGRICULTURA (Ano 2022)		
Culturas	Produção (t)	Valor (R\$ mil)
Arroz	60	96
Banana	107	235
Cana de Açúcar	4.357	828

Castanha de Caju	28	101
Feijão	474	1.575,000
Mandioca	592	249
Milho	701	946

Fonte: IBGE-Produção Agrícola Municipal (2022)

É importante frisar que o cultivo do feijão figurou por vários anos como o gênero mais cultivado no município, sendo o carro-chefe da agricultura são-miguelense, fato que culminou na criação de uma das festividades mais importantes do calendário local, a tradicional Festa do Feijão, realizada há 4 décadas.

Hoje, pela análise dos dados, percebe-se que a leguminosa acabou perdendo espaço para outras culturas, como a Cana de Açúcar – destinada, em sua grande maioria, para a produção de uma das cachaças mais tradicionais do Estado do Piauí, a aguardente Mangueira, e uma pequena parcela para a Cachaça Tapuia – e o Milho. Com tudo isso, o feijão continua sendo um dos ingredientes mais importantes da culinária da cidade, constando, inclusive, representado na bandeira do município, sendo um ingrediente indispensável na cozinha dos moradores de São Miguel do Tapuio. É importante no município também a atividade pecuária, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 04 - Percentuais da pecuária de São Miguel do Tapuio

PECUÁRIA (Ano 2022)		
Efetivo	Unidade	Quantidade
Bovino	Cabeça	15.408
Caprino	Cabeça	39.880
Ovino	Cabeça	24.382
Suíno	Cabeça	8.012
Leite de Vaca	Mil L	666
Mel de Abelha	Kg	19.293
Pesca - Tambaqui	Kg	105.972
Pesca - Tambacu	Kg	4.777
Galináceo	Cabeça	46.466

Fonte: IBGE-Produção Agrícola Municipal (2022)

O setor agropecuário tapuiense, segundo números do IBGE/SEBRAE (2017), representou 11% do PIB do município, sendo o 3º setor com maior valor das atividades que

compreendem as riquezas geradas na área em estudo. O que de certa maneira representa um valor significativo e com capacidade para expansão, devido algumas características presentes no município, sobretudo, à sua capacidade hídrica que conta com um riquíssimo lençol freático.

Uma pesquisa realizada pela CPRM constatou que

[...] em termos de domínio hidrogeológico, predominam as rochas da Bacia Sedimentar do Parnaíba, que possuem porosidade primária e boa permeabilidade, proporcionando boas condições de armazenamento e fornecimento de água (CPRM 2004 p.7).

As imagens abaixo mostram poços jorrantes na comunidade Canabrava.

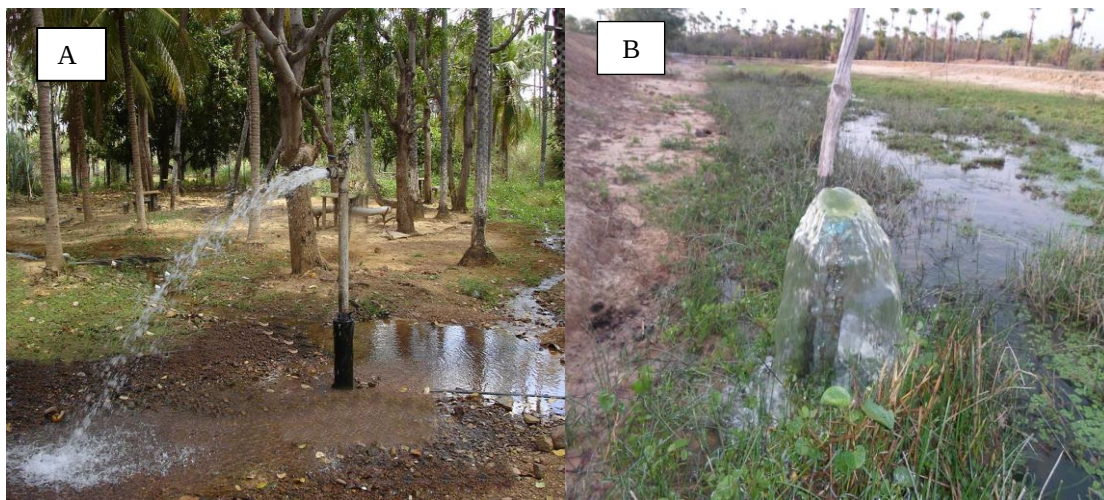
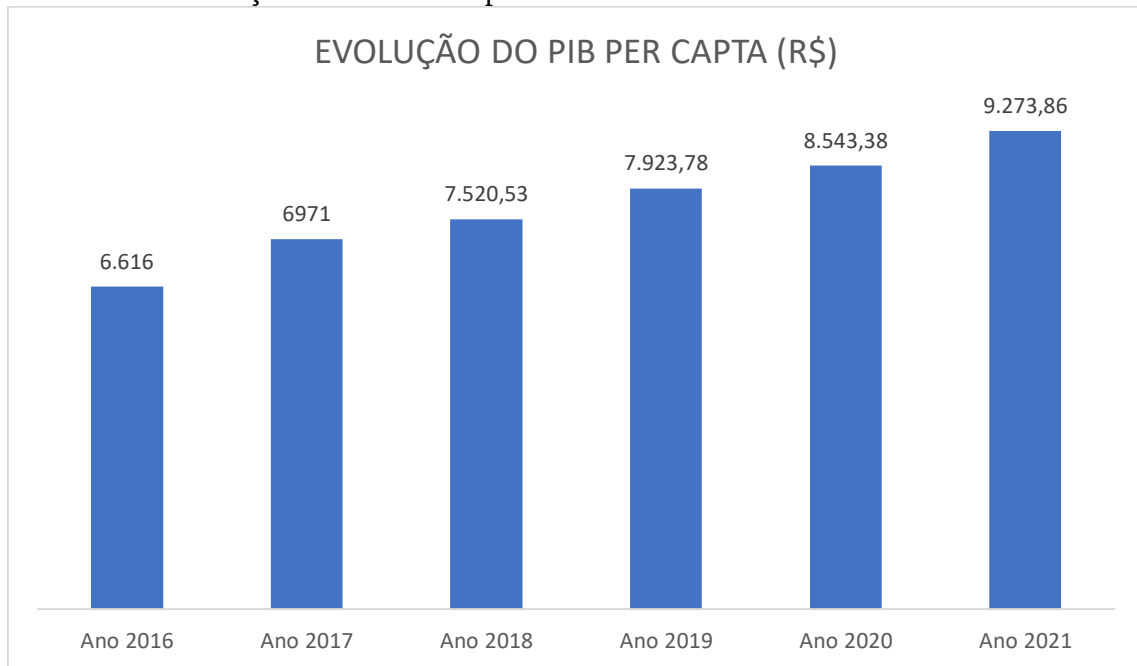


Figura 15 - Poços jorrantes em áreas improdutivas (A e B). Fonte: Autor (2023)

E de fato, é o que percebemos em grande parte do município. Água em abundância em vários poços jorrantes, brotando da terra ao relento. E em sua maioria, sem utilização nenhuma para a geração de renda das famílias que residem no município, as quais seguem com seus baixos índices de desenvolvimento humano e econômico-social, bem como na dependência de projetos sociais paliativos do Governo Federal. Portanto, tal situação poderia ser uma alternativa viável para combater os índices de pobreza, com a criação de projetos voltados para o setor de hortifruti, por exemplo, aproveitando formação técnica disponível na escola agrotécnica existente no município. Fato que não vem ocorrendo, e assim, o líquido valioso segue sendo pouco aproveitado de maneira sustentável pela sociedade.

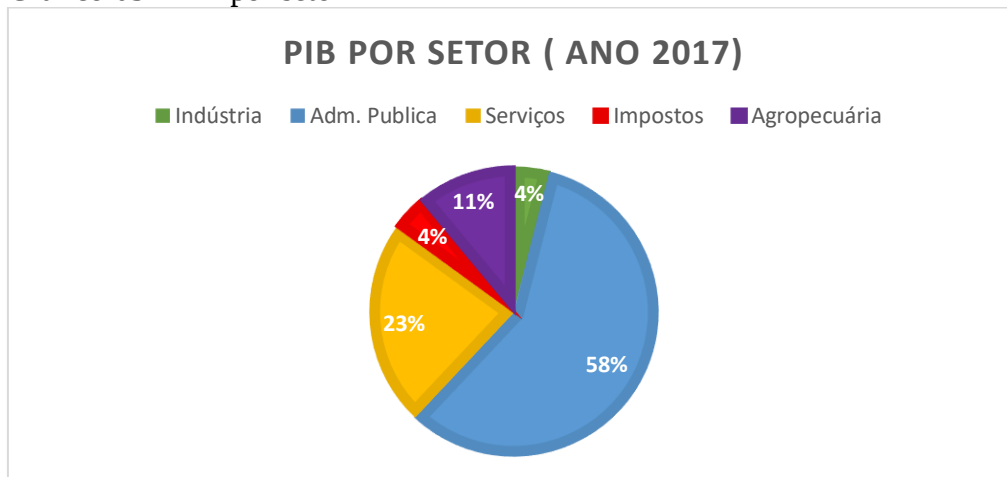
Gráfico 04 - Evolução do PIB Per Capita



Fonte: IBGE; SEBRAE (2022)

Conforme os dados apresentados na tabela acima, o município de São Miguel do Tapuio segue apresentando uma evolução a cada ano em seu PIB *Per Capta*. Porém, os valores não condizem com a realidade de vida de 58,9% das famílias tapuienses que sobrevivem com uma renda inferior a meio salário-mínimo, como mencionado anteriormente. Ou seja, os números não se traduzem em políticas públicas que se revertam, de fato, em melhorias da qualidade de vida para a maioria da população do município. Com isso, surge outro questionamento. Como traduzir os dados presentes nos números em políticas efetivas de desenvolvimento do território e consequentemente no desenvolvimento da sociedade local?

Gráfico 05 - PIB por setor



Fonte: IBGE, SEBRAE (2017)

Os dados constantes no gráfico acima trazem um retrato bastante esclarecedor quanto a origem dos recursos que “turbinam” o setor econômico do município em questão. Como se percebe, a maior parcela do PIB (58%) compreende o setor da Administração Pública, exatamente de onde vêm a maioria dos recursos que entram no município, seja por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou de Programas Sociais do Governo Federal. Evidenciando, portanto, o pouco desempenho de outros setores da economia de São Miguel do Tapuio. E por outro prisma, a grande dependência da União para manter o funcionamento da máquina pública a plenos pulmões, no que se refere aos serviços básicos para a população.

Esta situação de pouco protagonismo territorial no que concerne ao setor econômico e social, leva ao comodismo, dependência externa (União ou Estado), perda de autonomia e liberdade, dentre outros. Sem contar a pouca possibilidade de ascensão territorial devido a quase inexistência de políticas públicas eficientes que busquem alavancar as áreas de menor expressão nacional, as chamadas cidades “invisíveis”, como São Miguel do Tapuio.

3.5 ENTIDADES DE FOMENTO EXISTENTES NO MUNICÍPIO

Um dos muitos questionamentos que nortearam a presente pesquisa foi o seguinte: que políticas públicas efetivas já existem no município visando fomentar o desenvolvimento local e, por conseguinte, o território?

3.5.1 A chegada da Emater local

A relevância de São Miguel do Tapuio na criação de bovinos, na ovinocaprinocultura e na produção de grãos, sobretudo milho, mas principalmente feijão, era tamanha a nível estadual na segunda metade do século XX, que na década de 1970 chega ao município a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PI), cuja finalidade era a de prestar assistência técnica com o intento de aumentar a renda, a produção e a produtividade agrícola, e assim melhorar as condições de vida dos pequenos produtores.

Inicialmente, sob a coordenação do senhor Wilson José Bezerra Viana, agrônomo de formação, a instituição passa a realizar trabalhos na esfera municipal, prestando serviço de consultoria aos produtores do município, tanto na área urbana quanto na rural, contribuindo para o crescimento e fortalecimento da agricultura familiar. Naquele período, a cidade já contava com reconhecimento por seu potencial na criação de rebanhos, de 25 a 30 mil cabeças, e sua inegável produção de grãos. Fato que culminaria com a chegada da Grupo Estadual de

Sanidade Animal (GESA), coordenado pelo Médico Veterinário Dr. Willames Diniz, atual secretário de agricultura do município.

Outra importante ação estadual, visando a prestação de serviço técnico, foi a instalação do Projeto Sertanejo no município na década de 1980, cuja coordenação estava a cargo do agrônomo José Alves da Silva Câmara. O Projeto Sertanejo chega com o objetivo de prestar assistência ao produtor rural, como a elaboração de projetos e formação de infraestrutura e produção (Projetos Agropecuários, infraestrutura hídrica, irrigação e outros).

Para o funcionamento do projeto, foi construída uma sede ampla e com a primeira quadra de esportes do município, local utilizado pelas escolas para aulas de educação física e realização de eventos da sociedade tapuiense. Este período áureo da produtividade são-miguelense, resultou também na criação da primeira edição da Festa do Feijão, evento realizado anualmente sempre no último sábado de julho, organizado pela prefeitura, em parceria com os citados órgãos, em alusão a grande produção da leguminosa. A referida festa, muito provavelmente foi uma das primeiras feiras de produtores do Estado do Piauí, e já em pouco tempo, devido a tradição festeira da sociedade local e a organização como era realizada, logo ganhou destaque nas cidades próximas, atraindo centenas de visitantes a cada nova edição, passando a ser uma das festividades mais importantes do calendário de eventos do município.

O ponto alto da festa do Feijão era a famosa feijoada, servida gratuitamente para a população, bem como a escolha da Rainha do Feijão, que teve como primeira rainha, a senhora Lourdes Mendes, residente no então povoado Assunção, hoje, cidade de Assunção do Piauí:

Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Assunção do Piauí, pelo artigo 35, inciso II, do ato das disposições constitucionais transitórias, da constituição estadual de 05/10-1989, com o topônimo, área territorial e limites estabelecidos pela lei estadual nº 4680, de 26/1994, desmembrado de São Miguel do Tapuio. Sede no atual distrito de Assunção do Piauí ex-povoado de Assunção (IBGE 2022).

Em 2022, a Emater/PI foi dissolvida pelo Decreto nº 7.884, assinado pela Governadora Regina Sousa, passando a se chamar Secretaria de Assistência Técnica e Defesa Agropecuária (SADA). Ganhando assim, status de secretaria de governo na nova composição da estrutura administrativa do Piauí, já a partir de janeiro de 2023.

3.5.2 CEEPRU Cônego Cardoso: uma realidade ou um eterno sonho?

O Centro Estadual de Educação Profissional Rural Cônego Cardoso (CEEPRU), tem sua gênese ligada diretamente à vocação agrícola do município, que nas décadas de 1970, 1980, 1990 e início dos anos 2000, figurava entre um dos maiores produtores de feijão do estado do Piauí, além de outras culturas desenvolvidas no território tapuiense. Devido a sua significativa importância neste segmento e o desejo latente de qualificar os filhos dos agricultores, percebeu-se a necessidade de criar uma escola que possibilitasse não apenas educar, mas qualificar as novas gerações que tocariam os negócios da família diretamente na comunidade. Isso, unindo teoria e prática em prol do aumento da produtividade e melhoria das condições de vida no próprio município, sem a necessidade de migrar para outras regiões do país em busca de oportunidades. Fortalecendo, assim, a agricultura familiar praticada localmente, levando conhecimento técnico para as famílias através dos filhos matriculados no CEEPRU Cônego Cardoso. E foi nesta concepção que, no ano de 1997, foi inaugurada a primeira etapa e, ainda, única escola agrícola do Território dos Carnaubais.

Vinculada inicialmente a rede municipal de ensino, denominada Escola Agrícola Cônego Cardoso, a instituição deu os primeiros passos no sentido de formar e levar conhecimento técnico às famílias tapuienses, sobretudo aquelas que tinham na agricultura familiar a principal fonte de renda.

No ano de 2009, após assinatura de parceria entre município e Estado, a escola passa a pertencer aos quadros da Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Estado do Piauí, onde recebeu nova denominação, passando a se chamar: Centro Estadual de Educação Profissional Rural Cônego Cardoso (CEPRUCC).

Após sucessivas atualizações em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), conforme exigência para funcionamento das entidades escolares da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), atualmente a escola tem como missão:

O CEEPRUCC tem como missão o desenvolvimento da educação profissional e técnica, com foco no desenvolvimento sustentável da nação brasileira, além de estimular os alunos a realizarem outras possibilidades de formação em diversas áreas do conhecimento voltadas para jovens e adultos de acordo com as necessidades produtivas do mundo do trabalho. Portanto, há a necessidade de implementar políticas pedagógicas baseadas na produção de bens, serviços e conhecimentos com base no conhecimento local e regional, com base na tecnologia, utilizando alternativas nos sistemas de produção. —Servir com excelência por meio do aprimoramento do educando como pessoa humana incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do

pensamento crítico, qualificando-o a uma profissão técnica e ao prosseguimento dos estudos posterioresl (PPP 2023: 20).

E como objetivo geral:

Formar profissionais para o mundo do trabalho, investindo no fortalecimento da cidadania, colaborando com o desenvolvimento agroindustrial e tecnológico para compreender, organizar, executar e gerenciar atividades de Agronegócios, com ética, responsabilidade social e ambiental (PPP 2023: 38).

No decorrer deste tempo, o espaço formativo esteve em atuação, mesmo que de maneira tímida e sem exercer plenamente seu protagonismo no território como fora idealizado, devido, sobretudo, ao nível de engajamento do pessoal, a estrutura deficitária, principalmente no que se refere aos alojamentos dos estudantes, ausência de material pedagógico das áreas técnicas e dificuldades no desenvolvimento das atividades de campo pela carência de implementos, insumos e transporte para a realização das Visitas Técnicas Orientadas (VTOs). Devido a sua incapacidade de produção em toda área que compreende o terreno, pelas razões ora mencionadas, a entidade tem sofrido nos últimos anos constantemente com invasões de sua área por pessoas que vêm ocupando o terreno da mesma, inclusive colocando-o a venda, sem que nenhuma atitude seja efetivamente tomada pelos órgãos responsáveis.

O CEEPRU Cônego Cardoso, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas ao longo da construção de sua história, permanece resistindo e formando atualmente técnicos nas áreas de Zootecnia e Agronegócio, atendendo estudantes de diferentes localidades do município. Entretanto, em anos anteriores já formou técnicos nos cursos de Fruticultura, Hospedagem, Agroindústria e Técnico em Informática. Além de cursos de Apicultura, Manejo de Galinha, Artesanato, Curso de Tratorista e outros, oferecidos para a comunidade e realizados em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).



Figura 16 - Entrada do CEEPRU Cônego Cardoso (A); Horta do CEEPRU (B); divisória do bloco da diretoria e salas de aulas (C); aviários tomados pela vegetação e em estado de abandono (D). Fonte: Autor (2023)

Nos últimos anos, a escola tem apresentado números preocupantes no que se refere a quantidade de matrículas. A procura está muito aquém do esperado pela importância que a entidade tem, não só para São Miguel do Tapuio, mas para o Território dos Carnaubais. Haja visto que a escola é a única neste segmento voltado para a formação de técnicos em áreas em que a região é altamente dependente de atividades do setor primário. Outro ponto a ser destacado se refere a evasão escolar. Percebe-se uma quantidade também significativa, que pode ser explicada por diversos fatores, dentro os quais: adaptação a dinâmica da escola com Pedagogia da Alternância, quantidade de componentes curriculares, necessidade de trabalhar e outros.

Alguns egressos ainda residem no município, contudo, a grande maioria tem abandonado sua comunidade e deixado o convívio familiar em busca de emprego nas grandes cidades, desvirtuando assim, a finalidade da criação da escola e a essência da formação de técnicos da mesma, tendo em vista que a ideia central que norteou a implantação da referida escola foi a de possibilitar condições para que estes pudessem pôr em prática e aprimorar as

técnicas em sua região. E assim, contribuir de sobremaneira para o fortalecimento da economia local através da produção agro familiar nas comunidades locais e nas cidades vizinhas, em havendo demanda.

Dentre algumas das políticas a nível federal de fomento ao desenvolvimento, uma das louváveis contribuições para incentivar a economia de pequenos municípios, sobretudo da agricultura familiar, é através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um importante programa que representa um grande incentivo para pequenos agricultores que, a partir da Lei 11.947/2009, podem participar de processos licitatórios para venda de seus produtos para fazerem parte do cardápio das escolas brasileiras. Esta lei, em seu artigo 14 diz que:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (Brasil 2009).

A mencionada lei prevê a aquisição, por parte do poder público, de um percentual de 30% de produtos oriundos da agricultura familiar para serem utilizados na merenda escolar. Com isso, abrindo a possibilidade de fortalecer ainda mais as economias locais com produtos provenientes do próprio território e, o que é melhor, ofertando aos estudantes da rede pública um cardápio saudável, livre de agrotóxicos ou substâncias químicas de envase, utilizadas em produtos de fabricação convencional. Ou seja, impactando diretamente na segurança alimentar e nutricional dos estudantes brasileiros.

Com o advento da implantação do PNAE, os ganhos são imensuráveis para os pequenos lavradores e os municípios que estão à margem dos grandes investimentos públicos e privados. Isso porque, em decorrência do projeto é possível contribuir com a valorização da agricultura familiar, fortalecer a economia de cidades que têm na agricultura local uma das principais fontes de sobrevivência da população e de receitas, bem como favorecer o acesso a uma alimentação saudável.

Uma das ações dignas de nota em âmbito estadual, no que se refere ao desenvolvimento local, foi a criação dos Territórios do Desenvolvimento. Sobre isso, o Governo do Estado do Piauí, através da Lei nº 87 de 22 de agosto de 2007, traz em seu Título I:

Art. 1º Ficam estabelecidos, para fins de planejamento governamental, 28 Aglomerados e 11 Territórios de Desenvolvimento no Estado do Piauí, em 4 Macrorregiões, organizados na forma do Anexo Único.

§ 1º A regionalização para o desenvolvimento fundamenta-se em características ambientais; vocações produtivas e dinamismo das regiões; relações sócio-econômicas e culturais estabelecidas entre as cidades; regionalização político-administrativa e malha viária existente.

§ 2º Os Territórios de Desenvolvimento Sustentável constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas e ações e da regionalização do orçamento.

§ 3º A ação governamental de que trata o § 2º será efetivada mediante a formulação do Plano Plurianual de Governo, das Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual, dos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios e do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí.

§ 4º A ação governamental de planejamento, atendidas as peculiaridades locais e regionais, guardará perfeita coordenação e consonância com os planos, programas e projetos dos Governos da União e dos Municípios (Piauí 2007).

São Miguel do Tapuio é um dos integrantes do Território dos Carnaubais, juntamente com outras quinze cidades, as quais apresentam diferentes potenciais dentro do citado território. Sobre estes, menciona-se a capacidade para geração de energia eólica, geração de energia a partir de barragem, turismo religioso e rural, ovinocaprinocultura, fruticultura irrigada, apicultura, horticultura e agroindústria de alimentos (SEPLAN 2023).

A criação dos territórios representa uma ação que merece ser destacada, pois significa um passo importante para o processo de desenvolvimento do Estado do Piauí que, com a criação da lei, objetiva somar forças com seus 224 municípios. Nesse sentido, buscando um projeto integrador e participativo, onde os potenciais de cada território são postos em evidência a partir da análise local realizada por cada cidade, objetivando conhecer com um certo grau de exatidão as fragilidades e principalmente as valências dos municípios piauienses, a fim de planejar ações que viabilizem o desenvolvimento territorial destes.

Território de Desenvolvimento “Carnaubais”

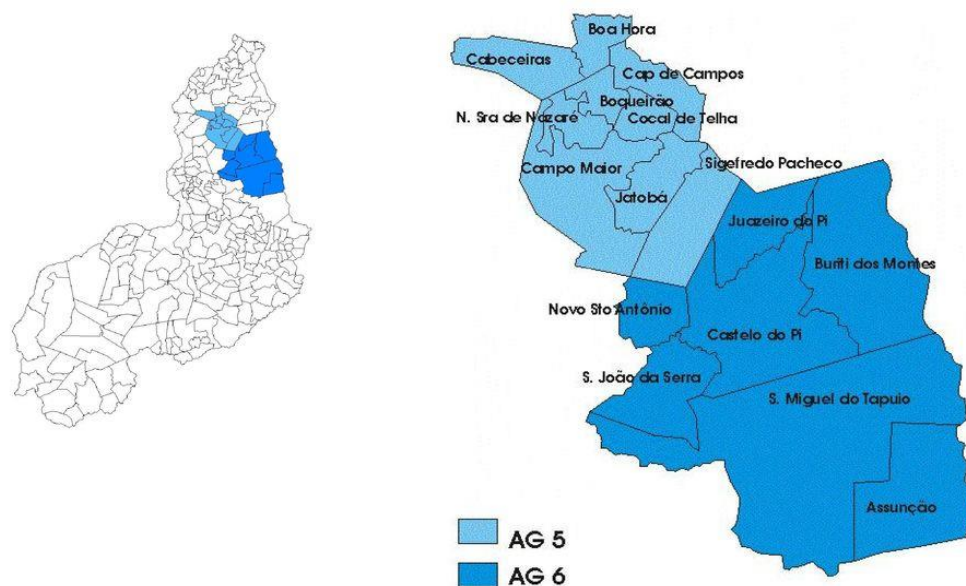


Figura 17 - Mapa do Território dos Carnaubais. CEPRO (2013)

18

Destaca-se ainda a criação de algumas leis municipais que têm como finalidade incentivar o empreendedorismo local, visando formalizar pessoas que já exercem algum tipo de negócio, mas o fazem na informalidade. Para tanto, a gestão pública municipal, incentivada pelo Sebrae Piauí, criou as leis descritas na tabela abaixo e que estão constantes nos registros do Sebrae:

Quadro 10 - Gestão pública empreendedora

GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA		
Legislação	Sim	Não
Lei Geral Implementada	X	
Política de Desenvolvimento	X	
Rede Simples Implantada	X	
Sala do Empreendedor	X	

Fonte: SEBRAE/PI (2022)

A Sala do Empreendedor de São Miguel do Tapuio é um projeto do Sebrae, mas que conta com o apoio direto da prefeitura municipal no atendimento à população, facilitando serviços que vão desde processos de abertura de empresas, atendimentos a Microempreendedores Individuais (MEI) até a realização de cursos para capacitação de médios e pequenos empreendedores. Isso, com vistas a fortalecer a economia local e tirar da

informalidade as pessoas que já exercem atividades empreendedoras no município, como: artesãos, vendedores ambulantes, prestadores de serviços e outros. A imagem abaixo mostra a sede da Sala do Empreendedor de São Miguel do Tapuio-PI.



Figura 18 - Sala do Empreendedor. Fonte: Autor (2023)

Desde sua implantação, no ano de 2009, a Sala de Empreendedor de São Miguel do Tapuio já conseguiu regularizar centenas de pequenos empreendedores que exerciam suas atividades na informalidade, mas que agora podem usufruir de alguns benefícios, a saber: o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), que permite a emissão de nota fiscal e a venda para instituições que exigem a emissão da mesma, como por exemplo, o setor público; facilidade no acesso a créditos bancários; valor reduzido nas cobranças tributárias como INSS, no Imposto Sobre Serviços (ISS), no Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e outros, além de apoio técnico do Sebrae e benefícios previdenciários, tais como: “aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, salário maternidade, pensão por morte (para família)” (SEBRAE 2021).

Em 2022, o município também fechou uma parceria com o Sebrae-PI para participar do Programa Cidade Empreendedora, que envolve algumas ações que vão desde cursos, consultorias e palestras até eventos e feiras, tendo assessoria direta do Sebrae. Dando assim,

um passo importante no incentivo às práticas empreendedoras. O quadro abaixo descreve as entidades de desenvolvimento existentes em São Miguel do Tapuio:

Quadro 11 - Entidades de fomento ao desenvolvimento de São Miguel do Tapuio

Associação de Desenvolvimento de Potenciais do Município de São Miguel do Tapuio
Associação dos Produtores Rurais do Povoado Brejo da Onça
Associação dos Assentados do Projeto Saco do Juazeiro
Associação Quilombola Rural Dos Macacos
Associação de Desenvolvimento Rural Olho D'água Dos Montes
Associação de Pequenos Produtores do Assentamento Lagoa da Ponta da Serra
Associação de Pequenos Produtores das Barracas
Associação de Desenvolvimento Comunitário de Palmeira de Cima
Associação dos Produtores Familiares da Localidade Canaã e Regiões
Associação dos Pequenos Agricultores de Santo Antônio dos Violas
Associação dos Pequenos Agricultores Familiares do Assentamento São Francisco I
Associação dos Pequenos Agricultores do Banco de Sementes
Associação dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais do Lugar Passagem Velha
Associação dos Produtores Rurais de São Miguel do Tapuio e Região
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Miguel do Tapuio

Fonte: Casa dos Dados, organizado pelo autor (2023)

3.6 ATIVIDADES AGROFAMILIARES DESENVOLVIDAS EM SÃO MIGUEL DO TAPUIO

Uma das etapas que não poderia deixar de ser destacada é o viés da cadeia produtiva do município de São Miguel do Tapuio. Diante disso, os estudos de campo compreenderam a coleta de dados relacionados a localização das áreas e posteriormente relatos de agricultores, sobretudo de presidentes das associações das referidas comunidades, com vistas a descobrir os principais produtos produzidos na localidade e que ajudam a movimentar a economia local.

Também foi possível descobrir que um dos principais desafios enfrentados pelos produtores se refere à transformação da matéria-prima e agregação de valor, em casos como o aproveitamento da fruta do caju para fabricação de cajuína, por exemplo. E no caso da

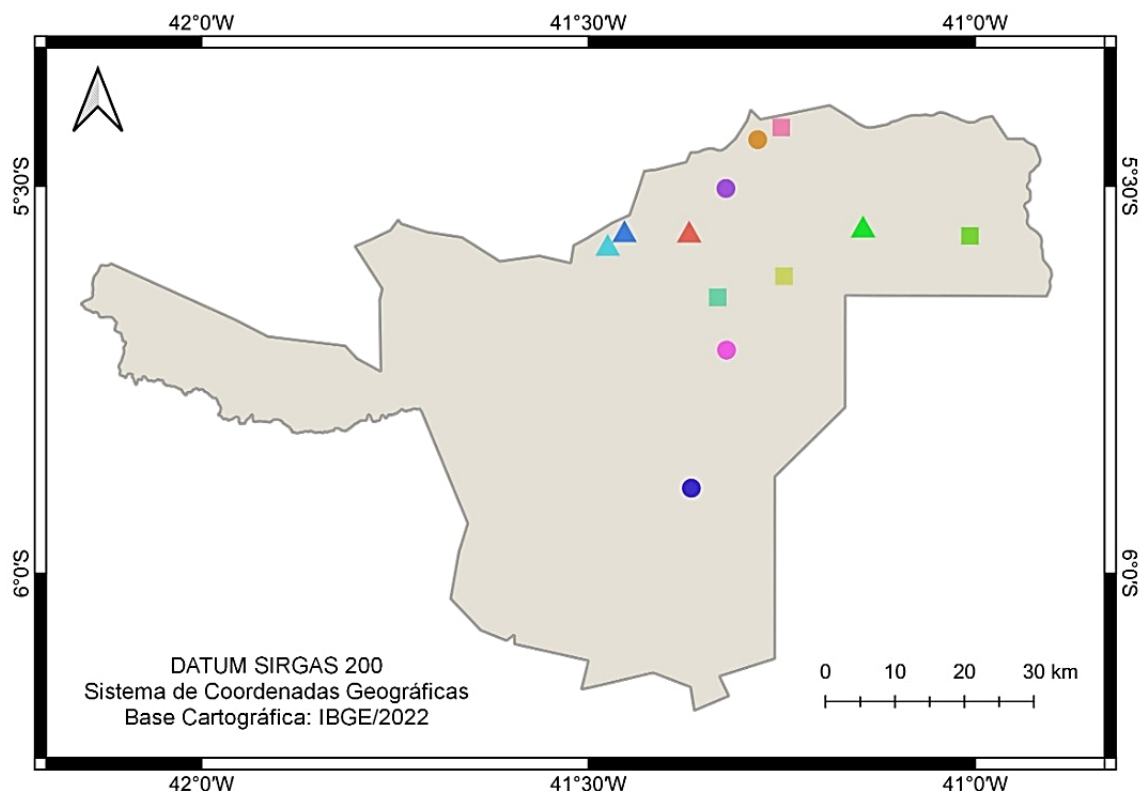
mandioca, melhorias estruturais das casas de farinha e a aquisição de maquinário adequado para empacotamento da produção.

Um outro fator que desanima os produtores está relacionado a comercialização do produto final, uma vez que a incerteza da venda da produtividade acaba intimidando os agricultores a aumentarem a área destinada ao plantio das culturas, por não terem uma destinação certa do que será comercializado ao final do ciclo produtivo.

3.6.1 Quadro agro-socioeconômico

De maneira geral, é possível afirmar que o município apresenta uma agricultura razoavelmente diversificada e, ao mesmo tempo, rudimentar. As atividades são desenvolvidas com uso de técnicas oriundas do conhecimento popular e repassadas de geração em geração. Existem, no entanto, algumas exceções, como na atividade da apicultura, onde observa-se uma capacitação maior, visto que alguns apicultores das regiões produtoras passaram por qualificação com cursos oferecidos por entidades de fomento, como Sebrae e Senai. Outras atividades como caprinocultura, contam com um suporte maior da Emater local, bem como o setor de bebidas, cajuína e aguardente, marcado pela participação efetiva de produtores em cursos outrora oferecidos. A Figura 19 mostra importantes atividades agrofamiliares do município:

Principais Atividades Agrofamiliares Desenvolvidas em São Miguel do Tapuio - PI



Legenda

■ Município de São Miguel do Tapuio

(continua)

Localidades/Produções

- Sede - Cana de açúcar, carnaúba, caju, psicultura, caprinocultura, ovinocultura, bovinocultura, suínocultura
- Brejo da Onça - Carnaúba, caju, caprinocultura, ovinocultura, apicultura
- Cachoeira - Mandioca, feijão, milho, salsinha, bovinocultura, caprinocultura, ovinocultura, suínocultura, galinhas, apicultura
- Coqueiro - Bananas, mandioca, melancia, salsinha, carnaúba, feijão, apicultura
- ▲ Juazeiro - Feijão, milho, carnaúba, bovinocultura, caprinocultura
- ▲ Lagoa da Carnaúba - Caju, bovinocultura, suínocultura, caprinocultura
- ▲ Mato Grosso - Caju, carnaúba, feijão, milho, mandioca, caprinocultura, suínocultura
- ▲ Palmeira de Baixo - Caju, babaçu, buriti, carnaúba, mandioca

Legenda	
Localidades/Produções	(conclusão)
■ Palmeira de Cima - Feijão, milho, apicultura, bovinocultura, caprinocultura, suínocultura, galinhas caipiras	
■ Ponta da Serra - Mandioca, milho, feijão, caprinocultura, ovinocultura, suínocultura	
■ Santo Antônio dos Violas - Caju, mandioca, feijão, bovinocultura, galinhas, apicultura	
■ São Vicente - Caju, banana, salsinha, suinocultura, bovinocultura, caprinocultura, ovinocultura	

Figura 19 - Principais atividades agrofamiliares desenvolvidas em São Miguel do Tapuio. Fonte: Pesquisa de campo autor, 2023

Para a coleta de informações, foram visitadas diferentes regiões do município de São Miguel do Tapuio, sobretudo aqueles núcleos populacionais mais relevantes e seus micronúcleos, constituídos por povoados que se encontram na periferia dos núcleos maiores e que apresentam a maior quantidade de moradores.

3.6.2 Atividades Econômicas Consolidadas no Município

Apesar do município ter uma grande dependência do setor de serviços, sobretudo daquelas áreas ligadas diretamente a administração pública local, outras atividades também relevantes fazem parte da dinâmica territorial de São Miguel do Tapuio, compreendidas pela agropecuária e agroindústria, tais como a ovinocaprinocultura, suinocultura, bovinocultura, piscicultura, apicultura, fabricação de cajuína, fabricação de aguardente dentre outras, as quais estão apresentadas neste item. Estas, serão apresentadas nos tópicos que seguem:

3.6.2.1 Apicultura

O município de São Miguel do Tapuio, assim como outras regiões do semiárido nordestino, apresenta condições ideais para o desenvolvimento da atividade de criação de

abelhas. Dentre os fatores que ajudam a explicar esta situação, está o fato de que o bioma caatinga apresenta uma diversidade de flora riquíssima, caracterizada por uma floração heterogênea, cujas espécies propiciam uma grande quantidade de pasto apícola. Contribuindo, assim, para o crescimento e desenvolvimento desta atividade no município, que hoje conta com vários apicultores espalhados em diferentes regiões do território municipal.



Figura 20 - Colheita do mel na localidade Coqueiro. Fonte: Autor (2023)

Em São Miguel do Tapuio, algumas comunidades desenvolvem com bastante sucesso a atividade, apesar do manejo ser realizado de forma simples, devido ao pouco conhecimento técnico dos apicultores, principalmente no que se refere ao manejo correto para o sucesso integral da cadeia produtiva do mel no município. Dentre as comunidades que desenvolvem a apicultura, é digno de nota o Brejo da Onça, maior polo apícola do município, também o Coqueiro, Jenipapeiro, Palmeira de Cima, Agrovila e Assentamento Caprisa.

Estas regiões vêm a cada ano consolidando a atividade com a participação em eventos como as feiras locais, cuja primeira edição foi realizada na localidade Coqueiro, na Agrofest e na Festa do Feijão, além da aquisição de novas colmeias e consequentemente aumento da produtividade. Apesar da atividade se encontrar em franca expansão no município, ainda há muito a ser feito para que a apicultura local possa ocupar de fato, outro patamar. Como, por exemplo, a participação dos apicultores locais em cursos de aperfeiçoamento, criação de estratégias diante da inexistência de cooperativismo e da falta de equipamentos para envase da produtividade com vistas a valorização do produto e outros.

3.6.2.2 Extrativismo vegetal

É uma das atividades econômicas mais importantes da economia local, tendo como carro-chefe a extração do pó da carnaúba (*Copernicia prunifera*), em razão do município apresentar uma grande quantidade da família da *Arecaceae*, cuja retirada do pó, em termos percentuais, coloca-o como um dos mais produtivos diante das cidades que fazem parte do Território dos Carnaubais. Abundante, é encontrada em diferentes regiões de São Miguel do Tapuio, tais como na sede e nas seguintes localidades: Tamboril, Juazeiro, Brejo dos Marianos, Cachoeira, Palmeira de Cima, Palmeira de Baixo, Varzinha, São Vicente, Tabocas e outras.

A relevância da espécie é tamanha para São Miguel do Tapuio, que a mesma foi escolhida como um dos símbolos do município, passando, portanto, a fazer parte do brasão e da bandeira deste.



Figura 21 - Etapas de extração do pó da carnaúba. Árvore Carnaúba (A); Palhas dispostas para secagem (B); Trabalhadores inserido palhas secas na máquina para retirada do pó (C); Pó já ensacado para pesagem e venda (D). Fonte: Autor (2023)

Além da carnaúba (*Copernicia prunifera*), de onde se extrai o pó para a fabricação da cera para pisos, ceras automotivas, tintas, vernizes e produtos para marcenaria, bem como no processo de fabricação de medicamentos, cosméticos e alimentos, o município também faz a extração do Babaçu, geralmente utilizado como alimento, Buriti e da fibra de Tucum para a fabricação de redes artesanais.

3.6.2.3 Criação de caprinos e ovinos

A caprinocultura se destaca como uma das atividades econômicas mais tradicionais do estado do Piauí que, segundo dados do IBGE (2022), conta com um rebanho de 1.982.362 cabeças. Esta atividade, juntamente com a ovinocultura, ajuda a compor a renda de inúmeras famílias piauienses, sobretudo daquelas que vivem em sua grande maioria nas áreas rurais das cidades.

Em São Miguel do Tapuio, tais atividades também apresentam grande representatividade na economia do município, tendo em vista que este se destaca como o maior

produtor do Território dos Carnaubais e um dos maiores do Estado. Isso, apesar de ser caracterizada pelo uso extensivo no sistema de produção, portanto, sem a utilização de técnicas apuradas de manejo, com exceção de pouquíssimas propriedades que se preocupam, por exemplo, com a melhoria da qualidade do rebanho, como a Fazenda Esperança, de propriedade do senhor Ademar Araújo. No geral, predomina o uso de técnicas rudimentares de manejo no sistema semi-intensivo.



Figura 22 - Exposição de ovinos no Agrofest (A); Exposição de bovino (B); Criadores negociando caprinos e ovinos (C); Stande de melhoramento genético (D). Fonte: autor (2023)

Apesar de fazer parte do semiárido nordestino, as condições naturais presentes no município favorecem o desenvolvimento da atividade com níveis satisfatórios, sobretudo pela vegetação existente no território, que apresenta uma cobertura florística diversificada, com ocorrência de espécies como: marmeleiro, catingueira, jurema, angico, tucum, faveira e outros.

Geralmente, a produção local é destinada em sua maioria ao sustento da família e o seu aproveitamento envolve o uso do leite, da carne e do couro, destinada em sua maioria para o mercado externo.

3.6.2.4 Cajucultura

A produção tem grande relevância na agricultura familiar, e porque não dizer para o município como um todo. A cajucultura é uma das atividades mais praticadas no município, sobretudo para a retirada da castanha, que na maioria das vezes é comprada dos cajucultores por atravessadores e revendida para o mercado externo. Tal prática é bastante comum, tendo em vista que não existem empresas para o beneficiamento da mesma dentro dos limites do território, o que acaba desvalorizando o produto do pequeno agricultor que, por não ter outra opção, se vê obrigado a repassar seu produto, conforme o preço dos atravessadores. Este fato acaba desmotivando e inviabilizando o crescimento da cultura em São Miguel do Tapuio. Outro fator que poderia ser melhorado, se refere ao aproveitamento do fruto, já que a grande maioria dos cajucultores utilizam apenas a castanha, enquanto o fruto é desperdiçado. Descartado sem nenhuma utilização, ou vez por outra aproveitado parcialmente como alimento para animais, bem como na produção de doces caseiros.



Figura 23 - Cadeia produtiva do Caju. Fonte: Cajueiro (A); Fruto (B); Cajuína local (C); Doce da polpa de caju (D). Autor (2023)

Nas fotos acima, é possível destacar algumas das finalidades da cajucultura praticada no município. Apesar de ser uma das atividades importantes a nível municipal, o aproveitamento da polpa ainda ocorre em uma pequena escala, se limitando a utilização na alimentação de animais e numa escala menor, na fabricação de cajuína.

3.6.2.5 Produção de Mandioca

Alimento tradicional na mesa de milhares de brasileiros, a farinha extraída da mandioca não só fez história em séculos passados, servindo de alimento para os primeiros povos a habitarem o Brasil, principalmente os nativos que aqui residiam desde primórdios, quanto para aqueles que, de maneira pretenciosa, aportaram nestas bandas com o sentimento munido dos

mais diversos interesses, sobretudo, àqueles movidos pela ganância de conquistar novas terras e tudo que nelas havia, e que pudesse enriquecer as potências europeias.

Aqui, silvícolas, escravos e colonizadores conheceram a variedade de usos e sabores da mandioca.

[...] Das raízes desta fabricam a farinha, que lhes serve de trigo e pão. Os portugueses chamam “roça” os campos que a dão, e aos agricultores designam com o nome de “lavradores” e de “roceiros”. Os menos abastados alimentam-se com essa farinha, assim como os mais ricos se alimentam de trigo que costuma importar-se de Portugal e de outras partes. [...] O alimento dos naturais é farinha, frutos vários e hortalças. Preparam aquela com raízes de mandioca. [...] É a mandioca um alimento bastante forte e mais agradável do que o pão para os portugueses, índios e negros e até para os nossos soldados (Berléu 1974: 102-137).



Figura 24 - Etapas de produção da farinha de mandioca. Mandioca(A); Raspagem da raiz(B); Lavagem da raiz triturada; Secagem da raiz. Fonte: Autor (2023)

Tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio imaterial brasileiro, a mandioca, assim como em vários locais do Nordeste e do Brasil, acaba servindo como uma importante atividade da agricultura familiar. Plantada, colhida e processada há vários anos, a mandioca e seus derivados continuam a fazer parte da culinária de milhares de brasileiros, o que em São Miguel do Tapuio não é diferente. Algumas

comunidades do território tapuiense mantêm viva a cultura da farinhada, prática repassada de geração em geração e que possibilita a estas famílias incrementar a renda com outra fonte e, consequentemente, contribuir para a dinamização da economia local que, inclusive, poderia ser melhorada com projeto para reformas das casas de farinha e aquisição de maquinário para empacotamento da produção municipal.

Dentre as comunidades que mantêm esta valorosa identidade do território tapuiense ainda pujante, conservando o tradicional modo de processamento, vale destacar a Palmeira de Baixo e circunvizinhanças, Coqueiro, Cachoeira, Lagoa da Ponta da Serra, Mato Grosso, Santo Antônio dos Violas e outras. Estas localidades enaltecem a cultura e a identidade tecidas há gerações, protagonizando moradores destas, fortalecendo o conhecimento tradicional das comunidades locais.

3.6.2.6 Piscicultura

A piscicultura é uma atividade recente na economia do município, incentivada, principalmente, nos primeiros anos do século XXI, com ações realizadas pela prefeitura municipal no combate a estiagem em São Miguel do Tapuio. Oportunidade em que muitos agricultores, em várias localidades, foram agraciados através da política de construções de açudes, passando a investir também na criação de alevinos, sobretudo de tambaqui.

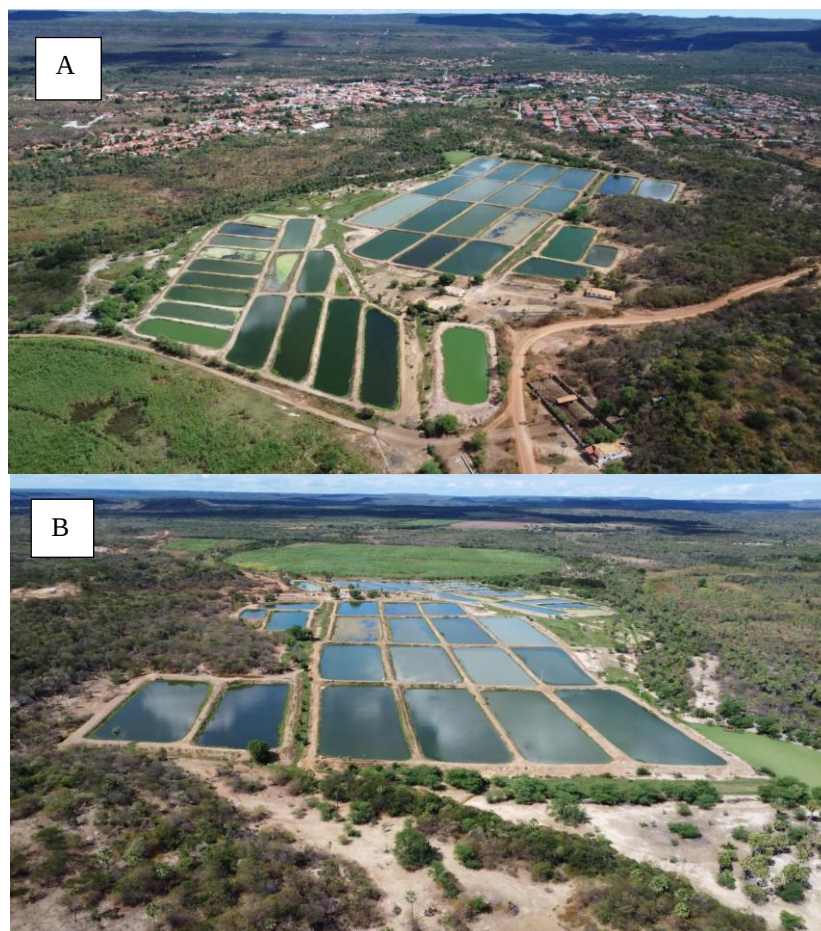


Figura 25 - Vista aérea de tanques da piscicultura do grupo Mangueira. Fonte: Autor (2023)

Porém, a maior quantidade de reservatórios destinados hoje ao desenvolvimento da atividade se concentra na sede do município, sendo de propriedade do Grupo Mangueira e em comunidades próximas ao centro urbano, devido a facilidade de transporte, bem como mercado consumidor, cuja maior parcela da produção é destinada ao mercado externo do município. De outro modo, a fatia do mercado local é dividida entre os piscicultores tapuienses, que apesar da falta de políticas de incentivo para o fortalecimento e crescimento da atividade, lutam de maneira isolada para manter a atividade viva e constante nos números da economia local.

3.6.3 A produtividade e o desenvolvimento territorial local

O conhecimento do território é, sem sombra de dúvidas, uma das ações imprescindíveis para criar e estabelecer estratégias de intervenções no que se refere a emergência de políticas públicas visando ao protagonismo territorial. Por isso, há que se aprofundar na análise das fragilidades e forças do território. Neste sentido, conhecer a cadeia produtiva local, ou seja, os arranjos produtivos, apresenta-se como um dos primeiros caminhos a serem seguidos na busca

pelo desenvolvimento. Isso, tendo em vista que esta é um dos fatores essenciais para promover a competitividade em diversos segmentos da economia na busca de consolidação no mercado de determinados produtos e, assim, com o sucesso das atividades produtivas, possibilitar investimento em setores deficitários, com o objetivo de criar estratégias para a melhoria das condições de vida da população.

De acordo com o Sebrae (2023, s./p.):

Identificar as vocações e potencialidades nos territórios, apoiando setores estratégicos e fortalecendo sua atratividade, a fim de consolidar vantagens competitivas na atração de fluxos econômicos, fomentando a economia local e sustentando o processo de desenvolvimento. Tais ações promovem o turismo, a geração de emprego e renda, a atração de recursos e a valorização da economia local.

Neste viés, conhecer o território, somar esforços e criar ações que beneficiem a dinamização da economia local, bem como a união de atores sociais, o acompanhamento técnico de instituições de fomento públicas ou privadas, se apresenta como uma alternativa indispensável não só para o crescimento econômico em si, mas para que os esforços empregados por todos que integram as variadas cadeias produtivas locais, possam culminar no protagonismo territorial do município e das pessoas que nele coabitam. Construindo-o e ressignificando-o, ao passo do caminhar social. Levantando a bandeira para a articulação dos arranjos produtivos locais tão essenciais, a fim de promover intervenções que resultem de maneira efetiva no sucesso destas atividades que integram o nicho produtivo de São Miguel do Tapuio.

Segundo Abramovay (2010: 24)

[...] os estudos rurais beneficiam-se particularmente desta abordagem e estimulam a percepção de que o meio rural vai mais além da agricultura e que a compreensão de sua dinâmica exige que se analise a maneira como nele interagem os diferentes atores sociais [...] os estudo empírico dos atores e de suas organizações torna-se absolutamente crucial para compreender situações localizadas, tendo a compreensão que estes atores proveem de vários setores econômicos e possuem origens políticas e culturais diversificadas.

Contribuindo assim, para o entendimento dos potenciais produtivos do município e possibilidade de criação de estratégias efetivas que avancem em direção ao desenvolvimento territorial. Para Nunes, Schneider e Filipe (2006), os arranjos produtivos locais não só podem, como devem, estimular o debate acerca do desenvolvimento, por apresentarem grande relevância na organização social e produtiva local, dando ênfase a vertentes de suma

importância para o desenvolvimento, tais como autonomia, mobilidade social, cooperação, formação de redes locais e regionais, espírito inovador e empreendedor e diversificação. Daí a importância de conhecer os diferentes segmentos produtivos do município e incentivar a união entre eles, a fim de solidificar a economia da cidade através da parceria.

[...] aglomerados de agentes econômicos de uma mesma cadeia produtiva, cujo fim primordial consiste na melhoria de competitividade. Localizados em determinado território, os seus fortes vínculos de articulação, interação e cooperação geram renda e empregos locais. (Brasil 2011: 1)

Nesse sentido, a produção agrofamiliar do município é fator primordial para que se alcance o desenvolvimento territorial, desde que somada a outros fatores também importantes, como a participação da sociedade (atores locais) na gestão do território por meio de planejamento participativo, com vistas a conhecer os interesses locais que podem influenciar diretamente no protagonismo territorial.

Diante do quadro produtivo analisado, evidencia-se que a base econômica do município está assentada principalmente nos setores primários – agricultura, agropecuária e agroindústria – sobretudo na fabricação de doces, cajuína, cachaça e beneficiamento da mandioca. E, por fim, no terceiro setor, caracterizado pela mão de obra utilizada na administração pública e que representa a maior parcela de geração de empregos na esfera local. Portanto, a análise e compreensão da estrutura produtiva do município permitiu entender que algumas variáveis precisam ser superadas, tais como as mencionadas na imagem abaixo:

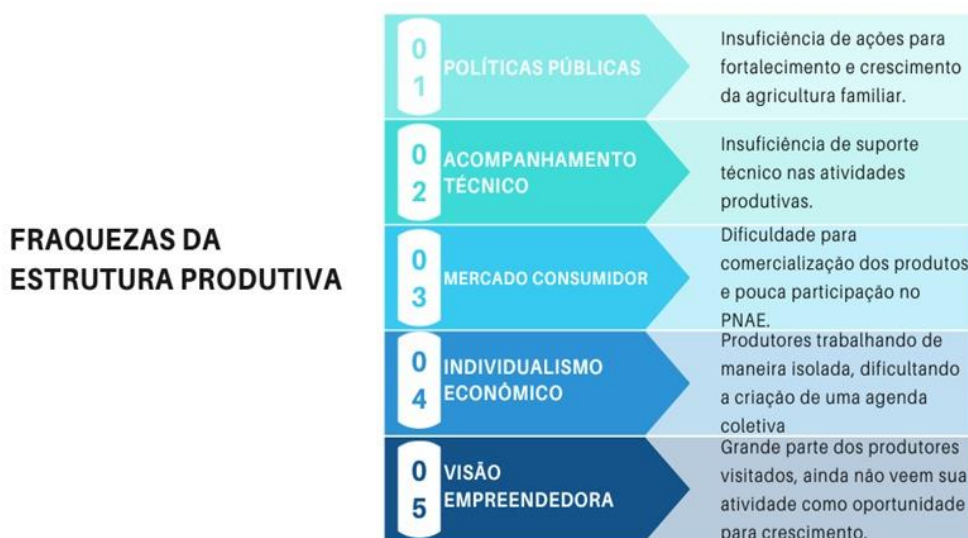


Figura 26 - Fraquezas da estrutura produtiva. Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Apesar da insuficiência de políticas públicas visando o fortalecimento e crescimento da agricultura familiar, do acompanhamento técnico deficitário, da dificuldade na venda da produção e consolidação no mercado, do isolamento produtivo e da pouca visão empreendedora dos produtores, a agricultura familiar continua sendo um dos setores essenciais da roda da economia municipal. Mesmo sofrendo com a falta de um projeto participativo efetivamente marcado por um planejamento de ações de gestão do território elaborado de maneira coletiva e que vislumbre avanços no sentido do fortalecimento de cada um desses setores, as atividades produtivas representam um importante elo para se alcançar um modelo de economia local pujante e competitivo no cenário regional, se forem potencializadas com outras diferentes atividades, principalmente quando também forem utilizados ativos naturais e culturais presentes no território, mas que ainda são pouco explorados.

Uma dessas atividades é o geoturismo, Uma vez que no município de São Miguel do Tapuio existem inúmeros atrativos que podem e devem ser usufruídos por este importante segmento da economia. Por exemplo, conforme Schobbenhaus e Silva (2012), o geoturismo praticado no Geoparque Araripe tem possibilitado a dinamização e visibilidade midiática ao território, corroborando para o desenvolvimento das regiões que integram o geoparque.

3.7 ROTAS GEOTURÍSTICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

O espaço delimitado para o estudo da pesquisa compreende um recorte que envolve onze (11) atrativos geoturísticos espalhados por todo município. Convencionou-se denominá-los de Complexo Palmeira de Cima, devido a apresentar alguns geossítios e geomorfossítios assim delimitados no mapa (Loca dos Índios 8, Loca do Delmiro 9 e Bico da Arara 10). Vale destacar que o local apresenta ainda outras áreas ideais para visitação, como Milagres, local onde foram encontrados ossos humanos, supostamente de algum indígena. Neste local, atualmente a comunidade realiza promessas e deposita seus ex-votos, resultado das graças alcançadas. Ainda, Palmeira de Baixo, Cachoeira do Escuro, Complexo Juazeiro (Sítio Descoberta 6, Lajeiro do Funil 7), Olho D' gua dos Picos (Malhada Real), Po  o do Sucuruju e Mirante Mata Fome integrarão a possível "Rota dos Tapuias", em alusão ao nome do povoado Cabeça do Tapuia, que no século XVII antecedeu a criação do município, e aos grupos indígenas que habitavam diferentes porções do território tapuiense em tempos pretéritos e que contribuir am para a formação de São Miguel do Tapuio, sendo provavelmente um dos primeiros aglomerados humanos a habitar o solo são-miguelense.

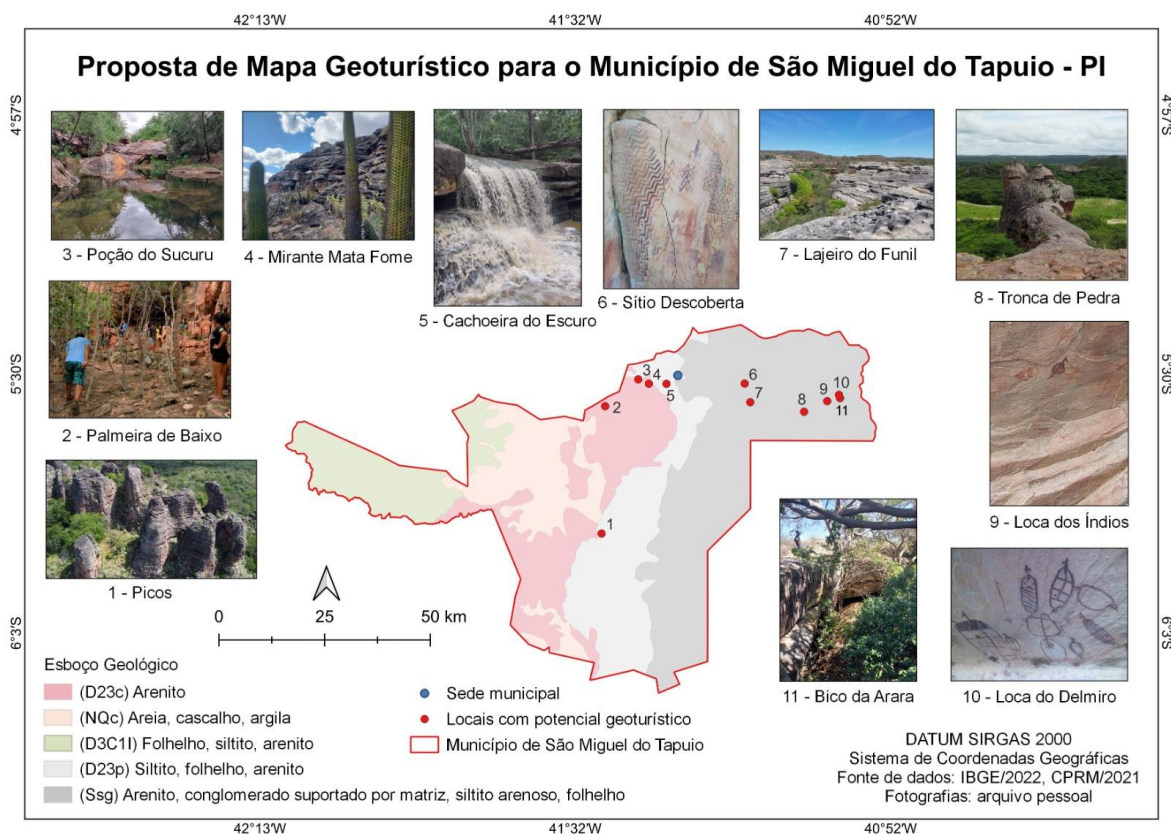


Figura 27 - Mapa geoturístico para o município de São Miguel do Tapuio. Fonte: autor (2023)

O mapa acima traz em evidência algumas áreas que se entende serem propícias ao desenvolvimento do geoturismo no município de São Miguel do Tapuio, por apresentarem características singulares no que se refere a diferentes aspectos que envolvem a dinâmica da atividade, sobretudo em ambientes de contato direto com o meio natural, composto ainda por elementos da geodiversidade com belas feições geológicas e geomorfológicas que podem ser utilizadas com viés educativo, dado seu valor científico e os níveis de degradação que, no geral, foram classificados de risco médio a baixo, segundo análise via *Geossit*.

Emerge um roteiro eclético, composto por atrativos que compreendem trilhas, cavernas, furnas, cachoeiras, nascentes, feições geomorfológicas, mirante, sítios com gravuras confeccionadas em baixo relevo e inscrições rupestres, com predominância de figuras zoomorfas e grafismos variados que remetem a Tradição Agreste. Evidenciando, assim, a ocorrência de grupos humanos supostamente há centenas de anos, os quais lançaram as bases do que viria a ser o atual território de São Miguel do Tapuio.

Há registros de inscrições, em cavernas e furnas, em vários locais do município, o que demonstra a ocupação de grupos espalhados em diferentes porções do território. Além de uma variada geodiversidade composta com feições geomorfológicas de beleza cênica ímpar, conforme demonstrado na Figura 27. Além da biodiversidade, que abrange espécies típicas da

Caatinga e da Mata de Cocais, marcada pela ocorrência de Babaçu, Carnaúba, Buriti, Tucum e outras espécies nativas que acabam servindo como matéria-prima no extrativismo vegetal praticado no município em estudo.

3.7.1 Proposta de Georoteiro: Caminhos para a Geoconservação

Entende-se como roteiro ideal para conhecer na íntegra a Rota dos Tapuias, um roteiro para ser realizado em dois (2) dias. No primeiro dia, iniciando antes dos primeiros raios do sol, contemplaria o afloramento Olho D'água dos Picos, seguindo para os geossítios da localidade Palmeira de Baixo, retornando pela estrada que dá acesso à Cachoeira do Escuro, Poção do Sucuruju e mirante Mata Fome, já ao entardecer, horário excelente para acompanhar o Pôr do Sol a 450 metros acima do nível do mar. No segundo dia, também iniciando cedinho, o roteiro teria início pelo Complexo Palmeira de Cima, visitando os geossítios Local dos Índios, Loca do Delmiro e Bico da Arara. Retornando à sede do município, passando pela Tronca de Pedra, Lajeiro do Funil e finalizando no Geossítio Descoberta.

Sugere-se que as visitas a esses espaços tenham o acompanhamento de guias, que fornecerão informações, destacando as características principais das áreas de reconhecidos interesses. Além disso, é importante conscientizar os visitantes sobre a importância de promover atitudes sustentáveis no dia a dia, com vistas a contribuir para a melhoria ambiental nas cidades e no meio rural. Sobretudo nos locais de grande apelo turístico, onde podem ser adotadas ações de cunho preservacionistas em geossítios de grande valor histórico, e conservacionistas em outros.

3.7.1.1 Geomorfossítio Lajeiro do Funil

O Geomorfossítio Lajeiro do Funil ou Tanque do Funil, encontra-se localizado em uma área que fica a 22 quilômetros da sede do município, com terra de domínio público, pertencente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e destinado para fins de reforma agrária, compreendendo um dos núcleos do Assentamento Saco do Juazeiro. O referido geossítio apresenta relevo plano, suave ondulado e ondulado com numerosos afloramentos rochosos (TRAF 2008). As formações rochosas citadas compõem belas paisagens com trilhas e paredões propícios para a prática do rapel.

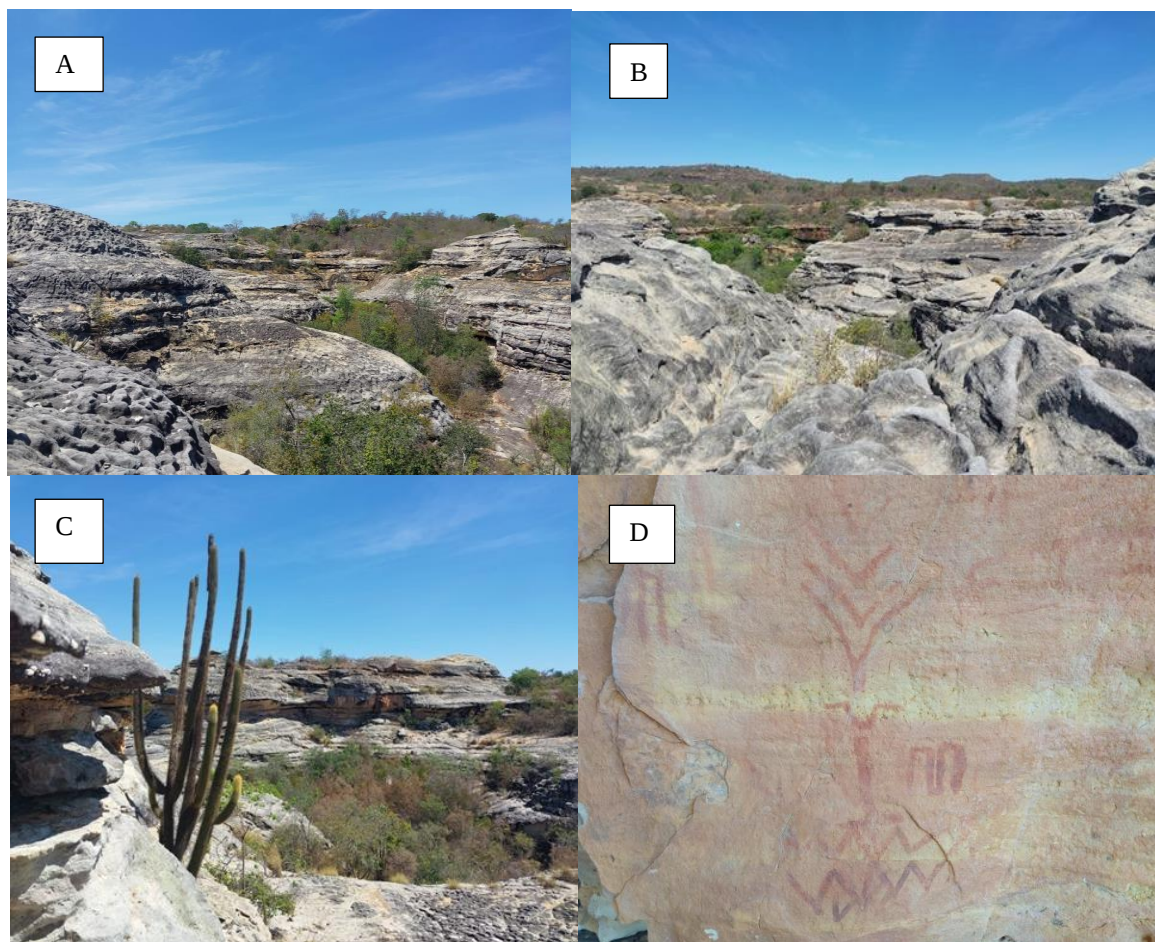


Figura 28 - Atrativos geoturísticos do Geomorfossítio Lajeiro do Funil. Fonte: Autor (2023)

Dentre as principais características do Geomorfossítio é a sua geomorfologia em formato de um grande “funil”, sob afloramento da formação do Grupo Serra Grande, cuja origem data do Período Siluriano, compreendido entre 443,7 milhões e 416 milhões de anos atrás (CPRM 2009). O local possui uma bela paisagem cênica, que emoldura diferentes espécies vegetais típicas do clima semiárido, com predominância nas bordas do “funil” e na região central, onde a mesma brota da camada inferior mais estreita da formação.

No que se refere a biostasia, esta encontra-se em menor escala no afloramento, devido às condições pedológicas não favorecerem o desenvolvimento de espécies nativas de vegetação. Ocorrem em maior quantidade nos terrenos que margeiam as bordas, bem como no centro do “funil”, onde há ocorrência de uma pedologia satisfatória, que favoreceu o desenvolvimento de uma cobertura vegetal, que no caso específico é composta por uma fitofisionomia heterogênea e marcada, principalmente, por espécies nativas do bioma caatinga, as plantas xerófitas. Ou seja, árvores de pequeno porte, galhos retorcidos e presença marcante de cactáceas no perímetro do afloramento.

O Geomorfofossítio Lajeiro do Funil (Figura 28 A, B, C, D), apresenta uma geomorfogênese, ou seja, esculturação das formas do relevo, caracterizada pela ocorrência de processos erosivos exógenos, ocasionados, principalmente pela ação mecânica do vento (eólica); insolação, sobretudo no período mais quente do ano, compreendido entre os meses de Agosto a Dezembro; pluvial, marcada pelo início do verão e a queda das primeiras chuvas, compreendendo os meses de Janeiro a Maio; físico-químico e biológico, ocasionados pelo desenvolvimento de espécies vegetais nas falhas (fraturas) das rochas e por indivíduos nativos da fauna. Ocorre, ainda, a dilatação superficial e o transporte de matéria orgânica e sedimentos para o interior do “funil”, que se destaca como área de sedimentação destes materiais, uma vez que esta é caracterizada por apresentar o menor índice altimétrico da formação. É um local que sofre com pouca ação antropogênica, tendo em vista que praticamente inexistem práticas de uso e ocupação do solo, com exceção de uma barragem de pequeno porte construída nas imediações da área em estudo.

Os 22 quilômetros da sede do município até a área do geomorfofossítio compõem um trajeto realizado por estrada carroçal, mas que se encontra em bom estado de conservação, devido ao seu uso constante, por ser uma via de acesso ao estado do Ceará e à outras comunidades que compõem o Assentamento Saco do Juazeiro. A visita dentro do circuito do referido sítio compreende um pequeno trajeto de caminhada entre as diferentes feições geomorfológicas presente no local, que se apresenta emoldurada por sua vegetação que é composta por espécies típicas da caatinga com plantas decíduas e xerófilas, predominando as espécies arbustivas. É uma área que possui também sítios arqueológicos com inscrições rupestres, como o Sítio Descoberta (Figura 28 D), que é marcado pela ocorrência de inúmeros grafismos geométricos e zoomorfos com predominância da cor vermelha, demonstrando, assim, um importante acervo histórico-cultural de grande relevância para o município.

A quantificação demonstrou um valor científico de 205. Devido a aspectos como a integridade, o local apresenta um risco de degradação médio, pois está localizado numa propriedade pertencente ao INCRA. Contudo, não há limitações de acesso ao mesmo. O valor educativo é excelente, com um total de 260, pois apresenta aspectos que podem ser aplicados a princípios formativos em áreas como a Educação Ambiental, processos erosivos, povoamento da região com registro de antepassados existente em formações da região, a fatores geológicos e geomorfológico dos afloramentos, que pode ser ratificado pela existência de artigos já publicados na área e a raridade das feições no local do trabalho. Além da importância geoturística para São Miguel do Tapuio, sendo classificado como de relevância nacional.

3.7.1.2 Complexo Palmeira de Cima

A denominação Complexo Palmeira de Cima, deriva da variedade de geossítios e geomorfossítios existentes na comunidade cujo nome é Palmeira de Cima. Traz-se em evidência os sítios Tronca de Pedra, Loca dos Índios, Loca do Delmiro e Bico da Arara. São atrativos que vão do religioso, como no Milagres, ao cultural, com inscrições rupestres encontradas em diferentes sítios existentes naquela localidade. Além da existência de grupos populares que ainda hoje buscam manter vivas, entre os mais jovens, tradições como a Dança do Reisado e São Gonçalo.

Nas imagens abaixo, estão destacados alguns geossítios deste importante complexo, tais como o Bico da Arara (Figura 29A e D), Loca do Delmiro (Figura 29 B), Loca dos Índios (Figura 29 C), e Geomorfofossítio Tronca de Pedra (Figura 29 E e F). Mostrando assim, a importância da região no contexto do município em termos de geoturismo.





Figura 29 - Atrativos geoturísticos da Palmeira de Cima. Fonte: Autor (2023)

O Complexo Palmeira de Cima localiza-se a 50 quilômetros da sede municipal, apresenta belas configurações rochosas da formação Serra Grande, cuja origem data do período Siluriano da Era Paleozoica. Nesta formação, é onde se encontra a caverna, Bico da Arara, (Figura 29 A e D) de 50m de profundidade. Além de inúmeros sítios arqueológicos com figuras de zoomorfos, antropomorfos e formas geométricas. Encontra-se a uma altitude de aproximadamente 600m acima do nível do mar, apresentando, assim, um mirante com visão ampla para o povoado e adjacências. Limita-se com a cidade de Novo Oriente no estado vizinho, Ceará, o que abre a possibilidade para visitantes vindos do referido estado.

O valor científico do Complexo Palmeira de Cima foi de 205, devido a integridade deste, que, apesar da falta de ações efetivas de preservação, contribuem para um risco de degradação médio de 247 e valor educativo de 250, pois apresenta muitas possibilidades de uso formativo nos diferentes níveis de ensino em decorrência aos variados locais de interesses que compreendem aspectos históricos, culturais e geomorfológicos. Quanto ao valor turístico, possui um total de 205, principalmente pela vulnerabilidade, ausência de proteção legal e escassas ações de divulgação dos atrativos, que são vários neste geossítio. A relevância apontada para o mesmo, é nacional.

Os geomorfossítios Lajeiro do Funil e Complexo Palmeira de Cima (Tronca de Pedra, Bico da Arara, Loca do Delmiro e Loca dos Índios), integram o Projeto de Assentamento Saco do Juazeiro. Seus vários sítios arqueológicos já foram identificados e inventariados por especialistas da Universidade Federal do Piauí e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Diante disso, de acordo com Nascimento *et al.* (2005), apresentam potencial para o desenvolvimento de pesquisas científicas e, consequentemente, da atividade turística.

3.7.1.3 Geossítio Cachoeira do Escuro

O geossítio Cachoeira do Escuro é o mais próximo de todos, localizando-se a apenas 4,1quilômetros da sede do município, onde a maior parte do percurso é realizado por estrada vicinal em bom estado de conservação. O geossítio é composto por uma cachoeira com queda maior do que 6 metros de altura (Figura 31 A) e outras secundárias (Figura 31 B). O regime das cheias compreende o período chuvoso que vai de janeiro a maio. O acesso saindo da estrada principal é feito por uma trilha de 200m com descida íngreme composta por solos rasos e fragmentos de rocha, o que propicia uma caminhada desafiadora para os amantes do turismo de aventura que desejam fugir da correria das grandes cidades. Este segmento do turismo é bastante procurado na atualidade, onde as pessoas buscam fugir da “selva de pedras” e desfrutar do contato direto com o verde, buscando recuperar o equilíbrio psicofísico a partir do contato com os ambientes naturais, como destaca Ruschmann (1997 *apud* Lima 2004).





Figura 30 - Atrativos da Cachoeira do Escuro. Fonte: Autor (2023)

A geodiversidade do geossítio Cachoeira do Escuro tem como uma de suas características se consolidar sob e com o afloramento da formação Pimenteiras, composta por arenito, siltito e folhelhos, cuja história geológica remete a Era Paleozoica, mais precisamente ao Período Devoniano, compreendido entre 416 e 359,2 milhões de anos atrás. Conforme a classificação das unidades geológicas do município, proposta pelo Serviço Geológico do Brasil (Figura 11), que acrescido a outros aspectos que compõem o conteúdo paisagístico, conferiram um valor científico de 260, segundo simulação no *app Geossit*.

A geologia do local possibilitou a formação da estrutura da paisagem com uma topografia irregular nas duas bordas laterais, o que lhe conferiu um formato de U, por onde, em sua planície, emerge o curso d'água que age modelando a estrutura geológica existente no geossítio, resultando, assim, na erosão superficial que associada ao intemperismo físico atua fragmentando e desintegrando a rocha em decorrência de fatores como a variação de temperatura, ação antrópica, principalmente no período de aumento do fluxo de visitantes (Janeiro a Maio) ou por espécies vegetais (Figura 31 D) que brotam entre a estrutura e ajudam a acelerar o processo de desgaste da mesma, representando um risco de degradação médio com valor de 250 conforme quantificação realizada no *Geossit*.

No que se refere aos interesses geológicos/geomorfológicos, é possível observar que o afloramento apresenta estratificações horizontais na base da cachoeira (Figura 31 B), formando uma pequena caverna de onde é possível apreciar uma cortina de água que cai na entrada desta

durante o período chuvoso (Figura 30 B). Além de estratificações perpendiculares a esta, localizadas a oeste do topo da queda principal e ao sul do curso das águas na cachoeira secundária (Figuras 31 B e C).

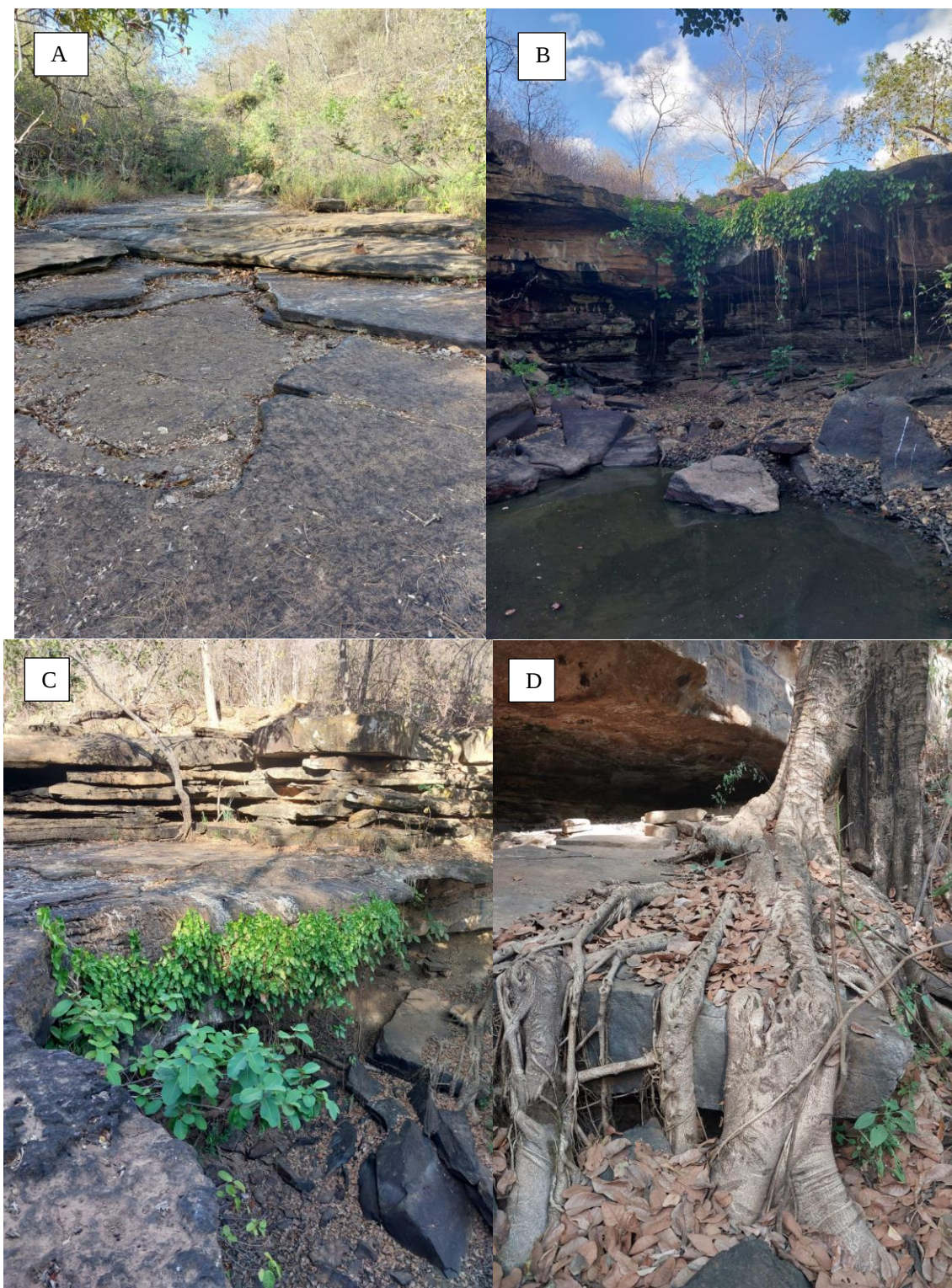


Figura 31 - Erosão superficial provocada sobretudo pela água (A); Estratificações horizontais na base da formação Pimenteiros (B) Estratificações plano-paralelas horizontais, (C) e (D) Biointemperismo Físico-químico

O local, além de apresentar uma beleza cênica singular, conta com uma fitofisionomia com espécies características da caatinga, todavia, também com alguns indivíduos de áreas úmidas como a gameleira (*Ficus Gomelleira*), que suntuosamente surge a partir do abraço feroz em rocha localizada na área que compreende a bacia da cachoeira para se destacar majestosamente diante da vegetação presente (Figura 31 D). A dinamicidade do atrativo corrobora para um valor didático e cultural de 275 e valor turístico médio. Por essas razões, o geossítio Cachoeira do Escuro é considerado de relevância nacional, demonstrando a importância de se criar políticas públicas de conservação do referido geossítio, uma vez que se encontra em uma propriedade privada, sem proteção e gestão do poder público local.



Figura 32 - Açude São Vicente (A) Atrativos Cachoeira do Escuro (B) e (C). Fonte: autor (2023)

A Cachoeira do Escuro conta ainda com uma segunda trilha que leva a um reservatório de água, o açude São Vicente que é bastante utilizado para a pesca e lazer da comunidade, principalmente aos finais de semana. É válido frisar que ao final da tarde uma parte da população da cidade realiza caminhadas do centro até o bairro Açude São Vicente, que faz parte do entorno do geomorfossítio. Assim como a localidade Carnabauzinho, com formações rochosas de 30 metros de altura, propícias para a prática do rapel, trilhas que levam a gravuras de lagarto na cor preta e uma caverna localizada próxima a nascentes de águas cristalinas que brota da terra formando brejos e servindo como área de plantio para os moradores da região.

3.7.1.4 Geossítio Poção do Sucuruju

O Geossítio Poção do Sucuruju localiza-se a 12 quilômetros da sede do município e encontra-se numa propriedade privada, cuja visitação é permitida mediante autorização dos proprietários, que têm como exigência principal o respeito ao caseiro e família, bem como o bom usufruto do ambiente natural, como o recolhimento do lixo, a preservação da biodiversidade e geodiversidade.



Figura 33 - Geossítio Poção do Sucuruju. Fonte: Autor (2023)

O geossítio apresenta uma ampla dinamicidade da paisagem natural, com seus elementos constituintes em constante interação: estrutura geomorfológica interagindo com a questão hídrica, tanto no período das chuvas, com a formação de cachoeira e a retirada de sedimentos quanto na formação de um espelho d'água, propício para o banho em qualquer época do ano, uma vez que sua formação é proveniente de fonte natural, que o alimenta

perenemente ao longo do tempo. Aliás, o local apresenta alguns nascedouros, que inclusive servem para saciar a sede de animais e abastecer as residências próximas.

O Geossítio Poção do Sucuruju apresenta profundidade variada, com uma parte ainda desconhecida, onde é possível mergulhar por entre as frestas das rochas presentes no geossítio. Outra parte, com pequena profundidade e água cristalina, possibilita visualizar diversas espécies de peixes que se alimentam da matéria orgânica que é transportada pelos processos erosivos atuantes no local. No que se refere a esta questão (biostasia), esta é causada principalmente pela eólica, hídrica, antrópica, físico-química e biológica. Apresentando uma razoável quantidade de serrapilheira na trilha e imediações do Poção, em decorrência da quantidade e porte das espécies vegetais que compõem a estrutura e forma da paisagem natural.

De tais processos erosivos, somado a dilatação superficial, que ocorre em maior incidência no período mais quente do ano, resulta uma geomorfogênese que influencia diretamente na dinâmica do Poção, que recebe os sedimentos oriundos desse processo de desgaste laminar no decorrer do ano, mas, sobretudo, no contexto que compreende o período das cheias, uma vez que há uma inclinação do terreno, devido a ser uma área de deposição sedimentar, conduzido das regiões mais elevadas, existentes nos limites próximos, o que acarreta na formação de sulcos erosivos devido à lixiviação e erosão gravitacional.

No local, é perceptível a presença de matéria orgânica, principalmente folhas, frutos e galhos que caem das árvores existentes na margem do Poção, que, vale destacar, é composta por uma rica fitofisionomia caracterizada por ser bastante heterogênea, marcada por espécies característica de solos hidromórficos, popularmente conhecido aqui como “brejos”. Neste caso, com predominância da coloração escura, acinzentado.

Dentre algumas das espécies que fazem parte da estrutura paisagística do geossítio, faz-se importante mencionar o Buriti ou Miriti (*Mauritia Flexuosa*), utilizado para fabricação de doces, Manga (*Mangifera Indica L*), o Bambu (*Bambusoideae*), que após ser retirado e passado por um processo de secagem ao sol, é bastante utilizado no extrativismo da palha de Carnaúba (*Copernicia Prunifera*) e outras. Em decorrência da variedade e porte da vegetação existente, propicia-se a formação de um “microclima” agradável com temperatura amena, apesar do local fazer parte do semiárido brasileiro, marcado por altas temperaturas e baixos índices pluviométricos distribuídos irregularmente durante o ano.

Estes ativos naturais agregam ainda mais valor à área, que, com ações de estruturação e usufruto através da sustentabilidade, possibilita sua utilização para diversos segmentos da atividade turística: ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural, turismo cultural ou

geoturismo, tornando a economia local ainda mais dinâmica, e colaborando para o protagonismo territorial do município.

O geossítio tem como valor relevante o científico, por apresentar uma boa representatividade ao ilustrar elementos e processos relacionados à temática em estudo e pela preservação destes. Possuindo, portanto, uma baixa classificação de risco de degradação. Quanto ao valor educativo, obteve-se uma pontuação de 290, visto que possui pouquíssima possibilidade de deterioração por atividade humana, uma vez que a área é visitada raríssimas vezes por ano, apesar de se localizar próximo ao centro urbano e ser de razoável acesso por estrada carroçal. Além do seu conteúdo paisagístico no entorno possuir diferentes alternativas de uso educativo e formativo por escolas do município, que podem abordar tanto aspectos da geodiversidade quanto da Educação Ambiental e outros.

3.7.1.5 Complexo Palmeira de Baixo

O Complexo Palmeira de Baixo é composto por geossítios e geomorfossítios. Localiza-se a 25 quilômetros da sede do município, com via de acesso por estrada vicinal em boas condições de trafegabilidade, uma vez que é bastante acessada por romeiros que rotineiramente a utilizam para visitar o município de Santa Cruz dos Milagres, um importante destino religioso do Nordeste brasileiro. O afloramento predominante no local é da formação Cabeças, que se remete ao Período Devoniano (416 a 359,2 milhões de anos atrás) e onde há ocorrência de alguns sítios com pinturas e gravuras rupestres, evidenciando a existência de ancestrais num passado remoto e que, embora com técnicas rudimentares, mas eficientes, relatavam parte do seu cotidiano nos afloramentos de arenito com idade de milhões de anos.

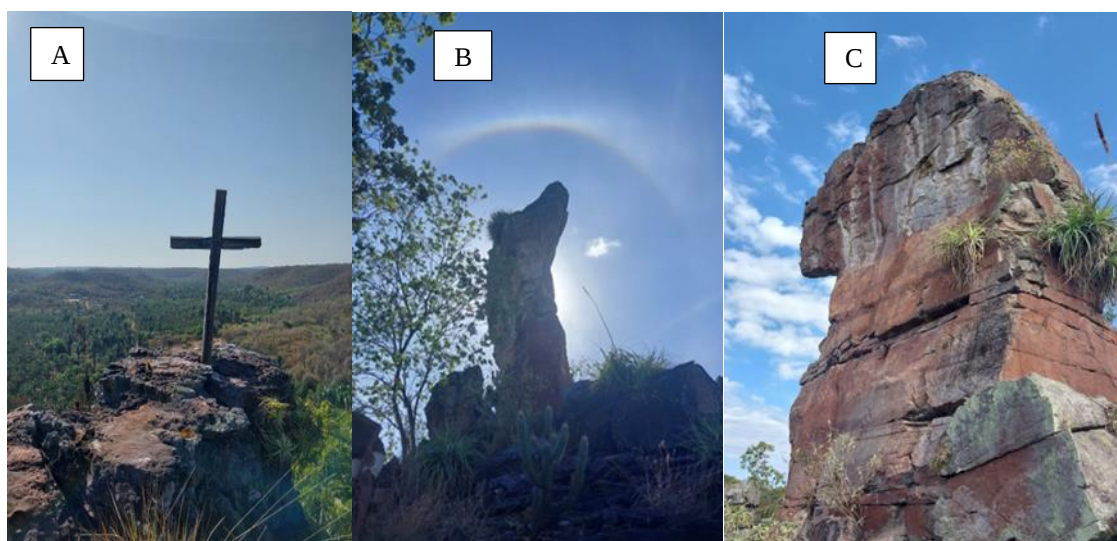


Figura 34 - Morro da Cruz (A); Pedra do Camelo (B) e (C). Fonte: Autor, 2023

A vegetação neste geomorfossítio, em sua maioria, é típica do bioma Caatinga, todavia, é marcada também por uma faixa de cocais que ocupa uma grande extensão de terra da comunidade em interação com nascentes e boa diversidade de animais silvestres como saguis, macacos e outros.



Figura 35 - Vista panorâmica da Lagoa do Meio observada do mirante da Cruz. Fonte: Autor, 2023

O conteúdo paisagístico, caracterizado pela conexão entre geodiversidade e biodiversidade, propicia um ambiente agradável para visitas aos paredões, que pelas suas singularidades, são ideais para a prática do rapel, bem como para atividades educativas fora do ambiente formal de aprendizagem, onde é possível explorar inúmeros elementos ali existentes e que fazem parte do currículo formal das escolas. Desde acontecimentos históricos, que marcaram a evolução da sociedade, os processos erosivos atuantes ou da própria origem da Terra, como os corpos celestes que adentram a atmosfera terrestre. Neste sentido, o uso do local onde supostamente há milhões de anos teria havido a queda de um meteoro, se destaca como uma importante área para pesquisas.

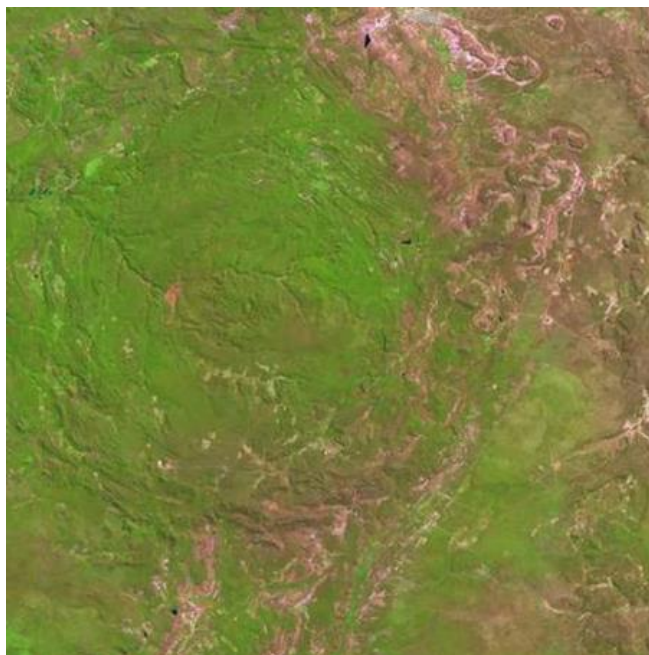


Figura 36 - Imagem de satélite do Astroblema. Fonte: Relevo.br (2023)

É na Fazenda São Joaquim, com as coordenadas $05^{\circ}37'05.1''$ e $041^{\circ}25'42.8''$, a área onde se localiza o astroblema existente no município, local que apresenta uma cratera de 20 quilômetros de diâmetro, provavelmente ocasionada pela queda de um meteoro há 200 milhões de anos. Segundo Martins (2015), a Estrutura Circular de São Miguel do Tapuio (ECSMT) é uma feição geomorfológica marcante registrada nos arenitos mesopaleozoicos da Bacia do Parnaíba (Piauí, Brasil). As características morfológicas superficiais exibidas pela ECSMT são mais compatíveis com as apresentadas pelas estruturas pertencentes à categoria de Estrutura Circular Semicirculares de Origem Exógena (ECSCOEX).

Os geossítios e geomorfossítios localizados na comunidade Palmeira de Baixo são áreas de domínio privado, mas de fácil acesso para quem deseja visitar. A quantificação da área demonstrou um valor científico de 210 com vulnerabilidade de certa forma elevada. O valor educativo é de 255, sendo possível sua utilização para diferentes práticas educativas, desde a formação de antigos grupos que habitaram a região em tempos pretéritos, como feições geomorfológicas interessantes e que sofreram ações intempéricas que a modelaram ao longo do tempo, como as Figuras 34 B e C que lembram animais.

Nesse geomorfossítio, encontra-se o mirante Morro da Cruz (Figura 34 A), de onde é possível visualizar um vale composto por uma fitofisionomia belíssima com inúmeras espécies da Caatinga, além de uma mancha vegetal composta por espécies característica da Mata de Cocais. Em específico, Tucum, Babaçu e Buriti que são bastante utilizados no extrativismo vegetal da região, e que cobrem uma grande área localizada no percurso das águas que afloram

em diversas nascentes existentes naquela comunidade, cuja litologia nos brejos é marcada pela ocorrência de solos na cor cinza escuro, de onde se destacam várias árvores de grande envergadura.

O sítio arqueológico Lagoa do Meio está localizado a poucos metros de algumas dessas nascentes e na margem da estrada, sendo que não existe nenhuma proteção por parte de proprietário da terra ou do poder público. O risco de degradação apontado foi médio, mas com uma pontuação de 280, superior a todos os outros atrativos ora inventariados e quantificados. O que liga o alerta para a importância de buscar ações de preservação e conservação destes, haja visto que a sua integridade se encontra ameaçada.

3.7.1.6 Geomorfossítio Olho D'água dos Picos

Uma das áreas escolhidas para estudo é um afloramento rochoso denominado Olho D'água dos Picos, cuja região fica localizada a 61 quilômetros da sede do município. O acesso, apesar de ser realizado por estrada vicinal, se apresenta em bom estado de conservação. A principal característica do geomorfossítio é um belíssimo afloramento rochoso, ou ruiniformes, em arenito da Formação Pimenteiras (Era Paleozoica). A “Cidade de Pedra” destaca-se por sua paisagem cênica exuberante em formato de picos que servem para a reprodução de diversos animais silvestres, dentre eles a Arara-Vermelha (*Ara chloropterus*).

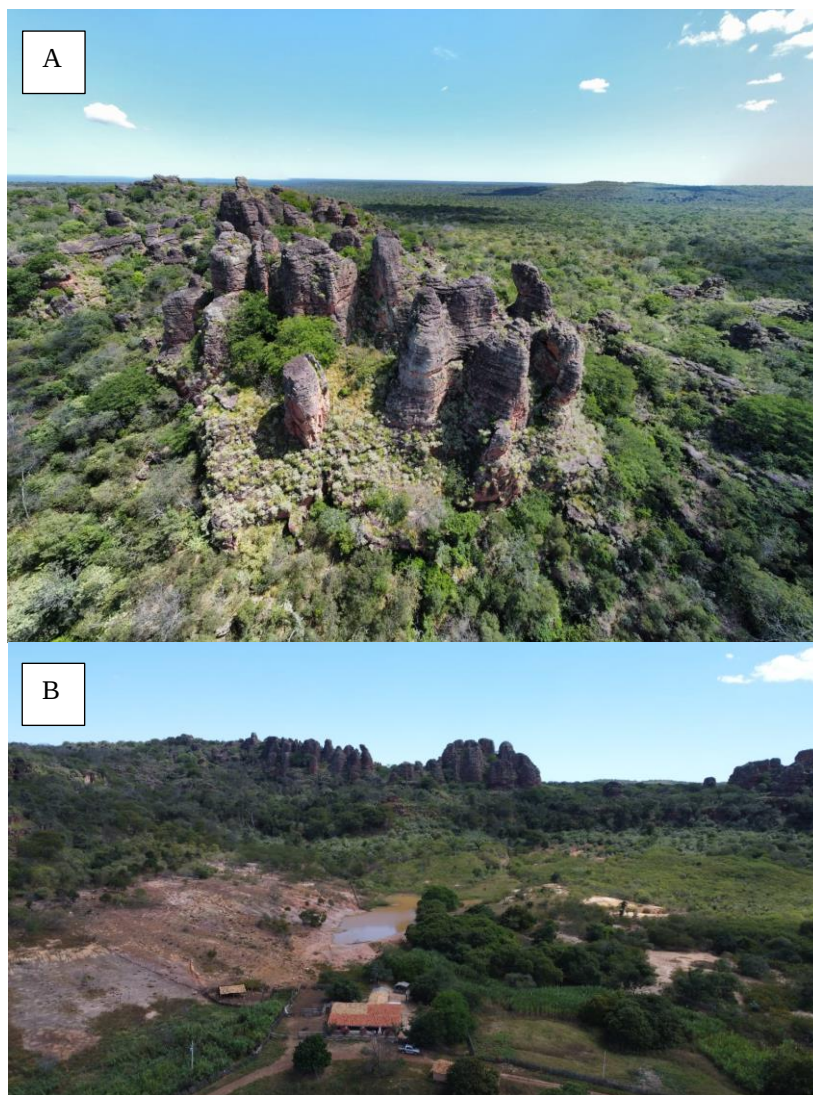


Figura 37 - Vista aérea do Olho D'água dos Picos (A) E (B). Fonte: Autor (2023)

Por apresentar uma pedologia heterogênea no que se refere aos componentes da mesma, o local apresenta uma fitofisionomia bastante desenvolvida, com clímax satisfatório que, juntamente com os afloramentos em si, propiciaram um agradável microclima local, que favoreceu o desenvolvimento de variadas espécies com porte elevado e outras bem características do clima semiárido, como as plantas xerófitas. Produzindo, assim, um ambiente bastante diversificado no tocante a estrutura paisagística da área e consequentemente a produção de elevada quantidade de matéria orgânica. Também encontramos vegetação típica da caatinga, compreendendo a parte oeste até o limite do afloramento, sem evidência de uso e ocupação do solo de ordem antrópica.

Por se tratar de uma região de médias elevações, sofre pouca ação antropogênica e de grandes animais. Contudo, nas áreas próximas, sobretudo a leste do afloramento, existem

muitas áreas de uso e ocupação do solo, destinadas principalmente para agricultura e agropecuária (dinâmica progressiva e dinâmica regressiva).

Com relação a resistasia, acredita-se que a área de estudo, por ser composta por picos com altitudes variadas, apresente uma geomorfogênese marcada pela ocorrência de processos erosivos de ordem eólica, pluvial, físico-químico e biológica. Além de dilatação superficial provada pela insolação e o transporte de sedimentos para áreas de menores índices altimétricos, contribuindo, assim, para a formação de depósitos de sedimentos no sopé do geomorfossítio com elementos de diversas ordens, todavia com predominância de matéria orgânica, sedimentos resultantes do processo.

No tocante a quantificação do valor científico, foi obtido um total de 275 em virtude de sua representatividade, integridade e da beleza cênica propiciada pelas feições na área de interesse muito bem preservados e a raridade de tais formações em escala regional. O que confere ainda mais relevância no contexto geoturístico.

O risco de degradação apontado pelo *Geossit* foi médio, sobretudo devido à distância de aglomerados populacionais e a falta de proteção legal por órgãos de fiscalização oficiais, ficando esse papel a cargo dos proprietários da terra, uma vez que a formação se encontra em propriedade privada. Inclusive, a maior ameaça de degradação existente no local seria pelo uso e ocupação do solo a poucos metros do geomorfossítio em estudo. Quanto ao valor educativo, o afloramento apresentou um valor de 270, o que ratifica a importância da área para ser utilizada por diferentes etapas de ensino no que concerne a análise de aspectos bióticos e abióticos presentes no local.

No que se refere ao uso turístico, apesar de ser um dos mais belos locais de interesse, o resultado obtido na quantificação foi de 215, principalmente devido à sua importância para o desenvolvimento desta atividade. Por outro lado, a fragilidade de mecanismos de proteção, somada à falta de estrutura, como pontes para o acesso, a inexistência de placas informativas, a ausência de acomodações para visitantes e campanhas de divulgação local e regional, representa um desafio para o turismo.

3.7.2 Território Educativo

Pensar o território é, antes de tudo, conhecer e compreender a dinâmica que envolve sua construção diária através da territorialidade, sobre a qual a sociedade, dependendo de seus interesses, possibilita a resignificação do mesmo, acrescentado uma nova configuração a espaços que cumpriram sua função num dado momento, mas que devido ao processo de

evolução, necessitaram ou foram reordenados. Tais espaços são resultado do caminhar do tempo, da dinâmica natural e cultural presente nos mais variados locais de espaços urbanos ou rurais. Estes elementos que integram o patrimônio material e imaterial do território, trazem em sua essência uma história singular, cada um com sua particularidade, mas que de certa forma, ajuda a narrar a epopeia que marca a trajetória sempre memorável da história dos territórios.

Neste sentido, a utilização desses fatos representa um importante recurso didático a ser considerado pelos estabelecimentos de ensino, podendo ser explorado com viés educativo, por conter relatos sobre a dinâmica territorial local em diversos aspectos e que devem ser levados em consideração quando se busca conhecer a história do lugar em que se vive. São estes os contextos formativos chamados de espaços informais e não formais de aprendizagem. Ou seja, compreendem aqueles locais fora do ambiente escolar (espaço formal), mas que são utilizados pela escola para o desenvolvimento de atividades educativas e lúdicas com objetivos variados. A despeito destes locais, Gohn (2006: 28) destaca que:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdo previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Portanto, segundo a autora, é possível depreender que o processo de ensino-aprendizagem está conectado diretamente com a tríade de ambientes formais, informais e não formais, e que no caso do uso do território no processo de ensino, automaticamente se enquadraria nos ambientes informais e não formais de aprendizagem.

Dentre as inúmeras funções que o território pode ter na cidade, acerca das finalidades de uso do mesmo em campos como o social, econômico, político, ambiental, é salutar destacar sua utilização como possibilidade educativa.

Um Território Educativo é aquele, para além de suas funções tradicionais, reconhece, promove e exerce um papel educador na vida dos sujeitos, assumindo como desafio permanente a formação integral de crianças, jovens, adultos e idosos [...] Nos territórios educativos as diferentes políticas, espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, capazes de apoiar o desenvolvimento de todo potencial humano (Educação e Território, 2023, s./p.).

Nesse sentido, os diferentes recortes do território ganham possibilidades distintas

quando a escola rompe as fronteiras dos seus muros para se apoderar encantadoramente da história natural, da identidade cultural, de acontecimentos políticos e sociais presentes na digital da cidade e do processo de construção do município.

Para Libâneo (2010, p. 26), “a escola não é o único lugar em que a educação acontece”. Sendo assim, a fluidez dos acontecimentos advindos da territorialidade não só marca a vida dos que contribuíram e contribuem para a metamorfose territorial como, por exemplo, os atores sociais, mas pulsa insanamente no desenrolar dos aspectos políticos, econômicos e ambientais. Como são recursos relevantes a serem colocados em evidência no processo de ensino-aprendizagem.

O território e suas configurações reverberam e exalam a matéria-prima do fazer educação. Seu currículo, com conteúdo que vai do histórico ao sempre eclético atualizado diariamente, serve como subsídio para análise que parte do local ao global, podendo ser um recurso pedagógico em várias disciplinas. Segundo Paulo Freire (1987), no modelo não formal de educação, os educandos, nos “círculos de cultura”, discutiam sua realidade e faziam, além da leitura da palavra, a leitura de mundo.

Nos dizeres de Libâneo (2002: 33)

O campo do educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas educativas.

Ressignificar a prática, dar sentido às aulas com a experiência advinda do contato direto dos estudantes com o mundo exterior à sala de aula, com planejamento prévio e objetivos claros e bem definidos, é uma das alternativas louváveis quando se quer desenvolver competências e habilidades, no sentido de compreender o mundo e as suas maleabilidades. Ademais, a junção entre aspectos teóricos e práticos só é possível através da pesquisa, da construção de novos saberes, a partir da leitura e releitura da sociedade com seus ativos, configurações e dados estáticos de diversas ordens.

De acordo com Gohn (2011: 2) essas práticas, possibilitam:

[...] a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de

problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor.

Portanto, este modelo de educação, para além das fronteiras escolares, possibilita a inserção dos estudantes em contato direto com ambientes pedagógicos existentes numa sociedade sem filtros ou em ambientes naturais em que, geralmente, a hegemonia na modelagem desses espaços ficou a cargo da própria natureza. E, em alguns casos, com a intervenção humana naquelas em que foram agregados na estrutura paisagística elementos antropizados.

Esta estratégia de ensino, além de ampliar o horizonte do conhecimento individual e coletivo, promove o sentimento de pertencimento, ampliando o vínculo da população com o território, a partir da experiência vivida nestes ambientes informais e não formais de aprendizagem. Vale mencionar que o uso destes espaços deve estar alicerçado na proposta pedagógica da escola e, principalmente, nos conhecimentos científicos dos ambientes formais de aprendizagem que compõem a base curricular do estabelecimento de ensino.

Nas imagens abaixo, estudantes da Unidade Escolar Maria Gonçalves Lima, analisam e fazem anotações de elementos da estrutura da paisagem no entorno da escola (A e B); Estudantes recebendo últimos comandos pelo professor em visita a sítio arqueológico existente na comunidade Palmeira de Baixo (C e D).





Figura 38 - Estudantes em aula de campo observando a estrutura da paisagem. Fonte: Acervo próprio.

O uso do território como finalidade educativa, abre inúmeras janelas a variados conhecimentos e diferentes formas de utilização do mesmo pela educação. Desde uma análise de elementos que fazem parte da estrutura da paisagem, a aprendizagens de fenômenos naturais que remetem a formação geológica, geomorfologia, processos erosivos, espaços históricos, monumentos, preservação, conservação ou educação ambiental, que pode ser realizada tanto nos ambientes formais e não formais de aprendizagem. Conforme consta na Política Nacional de Educação Ambiental de 1999: “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Completa no bojo de seu texto, reverberando que:

A Educação Ambiental compreende os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (PNEA 1999).

Como exemplo de Educação Ambiental em ambiente não formal, seria a realização de campanhas nas ruas, praças, parques ou ação direta em atrativos existentes no território, com a finalidade de promover cidadania e conscientização das pessoas, para a importância do cuidado com a natureza e a criação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Neste sentido, preocupados com a questão ambiental.

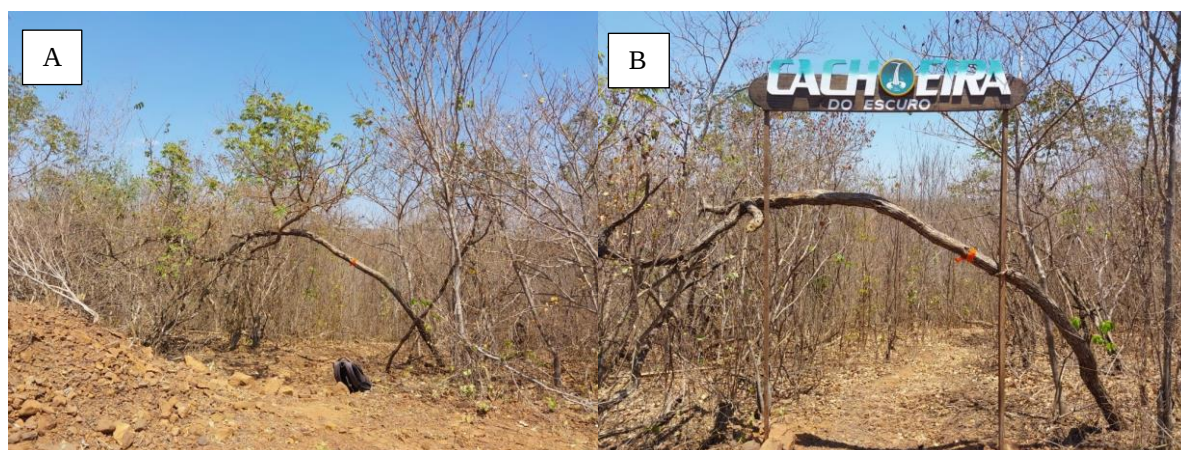


Figura 39 - Entrada da Cachoeira do Escuro (A) e (B) Antes e depois da Ação Educativa. Fonte: Autor (2023)



Figura 40 - Recolhimento do lixo pelos graduandos de curso de Pedagogia no entorno da Cachoeira do Escuro. Fonte: Autor (2023)



Figura 41 - Colocação de placas educativas no geossítio Cachoeira do Escuro, em ação educativa com graduandos de Pedagogia da Facapi. Fonte: Autor (2023)



Figura 42 - Graduandos de Pedagogia na Entrada da Cachoeira do Escuro, após realização da Ação Educativa. Fonte: Autor (2023)

Portanto, o uso do território como recurso pedagógico, não só se mostra viável, como essencial para o processo de ensino-aprendizagem, como também para auxiliar

3.8 PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

Ninguém conhece melhor o território do que seu próprio povo. A construção e consolidação do mesmo têm como mediação o tempo e, sobretudo, os calos, o suor, o brio dos antepassados e a sociedade atual que o configura e reconfigura a cada nova aurora, a partir das histórias, relações e atividades nele desenvolvidas e estabelecidas, manifestadas através da territorialidade. Sendo assim, nada mais justo do que se discutir e propor alternativas para o processo de desenvolvimento territorial a partir das sementes e raízes fincadas por aqueles que passaram a escrever a história do substrato espacial do qual fazem parte. A gênese natural e humana do território credencia que toda e qualquer política e estratégia de desenvolvimento parta naturalmente de onde cada território fora fecundado. Neste sentido, torna-se imprescindível trazer à tona o papel do local na abordagem de desenvolvimento territorial.

Diante das inúmeras leituras realizadas da bibliografia ora escolhida ao longo do processo, percebeu-se a importância de determinadas etapas a serem levadas em consideração num estudo a despeito do protagonismo e desenvolvimento territorial de pequenos municípios. Isso, sobretudo das áreas rurais Brasil adentro, tendo em vista que estes locais ficaram a margem por muito tempo no que tange aos aportes financeiros que tinham por finalidade o desenvolvimento territorial. Esse, historicamente, localizou-se nos grandes centros urbanos, reduzindo os espaços rurais a meros expectadores do desenvolvimento econômico social.

Por outro lado, atualmente tem-se debatido efusivamente as questões ambientais em conferências, seminários e congressos que foram realizados no decorrer das últimas décadas, a fim de reduzir os impactos da ação humana no meio ambiente. Propondo, sobretudo, uma mudança do atual modelo econômico predatório adotado pela humanidade ao longo do tempo. Esta mudança de paradigma tem corroborado para que os espaços rurais sejam compreendidos sob uma nova ótica. Ou seja, passaram a ser vistos não apenas como áreas de pouca relevância para o desenvolvimento como pensado outrora, mas como elo essencial ao crescimento econômico do país e, principalmente de pequenas cidades com poucas empresas para geração de empregos, todavia, com grande dependência de recursos da União.

Neste sentido, o meio rural tem sido observado numa outra perspectiva. Como alternativa fundamental para minimizar as mazelas ali existentes, através do desenvolvimento territorial, numa abordagem que parte da esfera local para o nacional e, por fim, para o global.

O novo pensar sobre os espaços rurais pode ser refletido nas palavras de Dallabrida (2017: 134). “Isso resultou na emergência e na definição de políticas públicas e um discurso de revalorização do meio rural, que antes era negligenciado nas ações de desenvolvimento, basicamente voltadas para a estruturação dos espaços urbanos”. Neste sentido, elaborou-se algumas vertentes que são essência para analisar o território numa perspectiva de desenvolvê-lo.

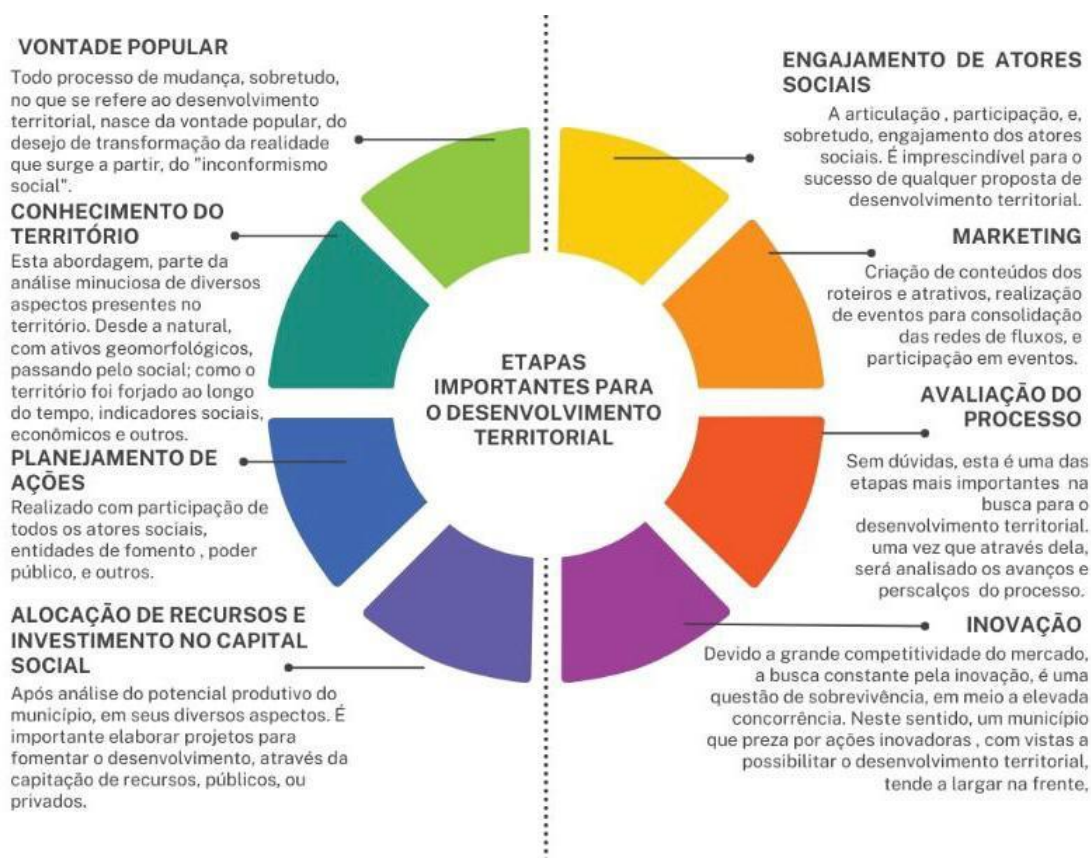


Figura 43 - Aspectos que devem ser levados em consideração numa análise territorial. Fonte: Elaborado autor (2023), a partir de Dallabrida (2017)

3.8.1 Desenvolvimento local: concepções econômicas, sociais e sustentáveis para o protagonismo territorial

O modelo de desenvolvimento territorial que se defende em âmbito local está assentado numa perspectiva de protagonismo que, como proposto por alguns autores como Milton Santos, parte do local, passando pelo regional até o nacional. Partindo do pressuposto de que tal processo de desenvolvimento tem sua gênese atrelada à busca da autonomia do município, com ações pensadas a partir da abordagem dentro do próprio território. Tendo em vista que a sociedade local se apresenta como de extrema relevância para discutir propostas que tenham por finalidade propiciar a melhoria das condições de vida da mesma. Devido, sobretudo, à sua

vivência e experiência no cotidiano do município, que não só o constroem e reconstroem dia a dia, mas consolidam, de sobremaneira, as diferentes forças que atuam em seus limites fronteiriços, territorializando-o, desterritorializando-o e reterritorializando-o, como afirma, categoricamente, Haesbaert (2021).

Vale ressaltar que não se deseja romper de maneira nenhuma com políticas públicas de desenvolvimento exógenas ao município. Mas sim, somar forças, ideias, esforços para que o fardo da desigualdade regional operante há anos em nosso país, bem como nos pequenos municípios como São Miguel do Tapuio, possa, enfim, ser combatido com seriedade e de maneira efetiva por todas as instâncias dos poderes, principalmente daquela que emana da vontade popular, que é, no final, a que impacta diretamente na alma, no existir do país, mas sobretudo, das pequenas cidades Brasil adentro. Aliás, é esta a vontade popular, a vontade dos atores sociais que mesmo de maneira isolada e desprestigiada, já fazem acontecer no território da cidade. Território este, como apontado por Milton Santos (2002: 16), “o usado, com seus objetos, ações, sinônimo de espaço habitado”.

Ou seja, territorialidade com conteúdo que leva a conexões interligadas na e pela história, com a construção da identidade cultural do território na economia; com a produção da agricultura familiar, responsável pela consolidação da cadeia produtiva, no poder decisório; no tocante a escolha dos líderes que responderão pela soberania municipal ou de associações. E, sobretudo, no florescer de ideias pensadas, vividas e concatenadas na engrenagem ideológica da coletividade ou cooperativismo, são capazes de potencializar os pequenos empreendimentos. Abrindo assim, um precedente indispensável para a transformação econômica e social de pessoas, das comunidades e das cidades que historicamente sobrevivem à margem dos grandes projetos e investimentos estatais ou privados. Em sua maioria, alocados para as grandes cidades e metrópoles.

Ante ao cenário incerto e volátil da globalização, difundido no século passado e, conseqüentemente, da mundialização da questão econômica, marcada também pelo viés digital das redes hegemônicas no atual cenário, com transações *realtime*, ainda, dos influenciadores (criadores) de conteúdo, que aguçam desejos e vendem sonhos, o conhecimento do território, seu conteúdo, sua finalidade, sua cadeia produtiva, somados aos ativos naturais existentes, sendo trabalhados em consonância com a integração de forças internas e externas, consolidadas através de parcerias entre diferentes esferas é, sem dúvidas, uma alternativa imprescindível para a capitalização econômico-social de resultados positivos tão desejados dentro do próprio território, no que se refere ao desenvolvimento.

Esse conceito é entendido como as diferentes manifestações e mudanças sociais caracterizadas pela evolução de estágio da sociedade, geralmente associadas à geração de renda e que impactam diretamente na economia das cidades e na melhoria da qualidade de vida da sua população. Seja em âmbito local, estadual ou nacional. Portanto, o uso de novas ferramentas de marketing, em voga no atual modelo de sociedade, como o advento das redes sociais, tornar-se-ia, nesta seara uma grande aliada no que concerne a divulgação em larga escala de ativos, produtos e serviços oferecidos na dinâmica do território.

Sendo assim, o engajamento via mercado digital há de ser considerado numa abordagem em que se destaca o geoturismo e o protagonismo territorial, quando são levados em consideração diversos fatores que compreendem a formação, consolidação, expansão ou simplesmente a existência do território. Notadamente quando o desenvolvimento do mesmo passa a ser discutido como possibilidade para a melhoria das condições de vida de sua população. Sendo os ativos nele presentes, a matéria-prima mais nobre neste processo de (re)pensar os meandros da territorialidade local e, posteriormente, do protagonismo do município, em decorrência de uma ideologia em que a transformação econômica e social seja a bússola de orientação na monetização de ambientes naturais ou não. Contudo, sobre a tutela indispensável da sustentabilidade ambiental, discutida em muitos eventos mundo afora, desde o século passado, e mais presente do que nunca no atual cenário, em que o planeta tem sofrido constantemente com as questões climáticas, que tem afetado as mais variadas formas de vida, seja animal, vegetal ou a humanidade como um todo.

No presente trabalho, a abordagem proposta é tomada como análise a partir da dimensão local. Ancorada em um modelo de desenvolvimento endógeno, entretanto com parceria direta com outras esferas. Idealizado com a participação efetiva de atores locais, poder público e entidades de fomento que, em conjunto, discutirão ações que possibilitem o desenvolvimento e protagonismo territorial de São Miguel do Tapuio, com a ativação dos ativos nele presentes.

Isso engloba desde a Cadeia Produtiva praticada no território, que ainda atua de maneira isolada e tímida, assentada de sobremaneira em produtos da agricultura familiar, até a estrutura de serviços e de pequenos empreendimentos, muitos dos quais caracterizados como Micro Empreendedor Individual (MEI). Inclui também a identidade cultural, história, suas tradições a infraestrutura necessária para a mobilidade de produtos e pessoas tanto, a existente quanto a que deve ser implantada nas áreas de interesses geoturísticos. Essa estrutura é incentivada pelos atrativos geomorfológicos existentes no município em questão, conforme evidenciado no trabalho de campo ora realizado em diferentes geomorfossítio e geossítios aqui mencionados no escopo da pesquisa.

Defende-se uma concepção de desenvolvimento territorial de São Miguel do Tapuio numa perspectiva integradora entre três importantes dimensões: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade, conforme a Figura 44 a seguir:



Figura 44 - Proposta integrada de desenvolvimento territorial para São Miguel do Tapuio. Fonte: Autor (2023)

3.8.2 Desenvolvimento econômico local

Na concepção de Pereira (2008, p. 01), o desenvolvimento econômico é entendido como “o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade”. Assim, entende-se que uma mudança na dinâmica da economia local, mais especificamente na cadeia produtiva e, por outro lado, em se pensando numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida da sociedade, um debate acerca do desenvolvimento econômico do município deva ser pauta diária dos que, direta ou indiretamente estejam ligados a roda da economia local.

Portanto, pensar o protagonismo territorial é, de certa forma, trazer em voga o desenvolvimento e crescimento territorial numa escala micro, ou seja, numa ótica que neste caso parte da perspectiva de São Miguel do Tapuio. Neste sentido, nas entrelinhas, o que se busca realmente é levantar uma discussão sobre a necessidade de fortalecer a economia local,

analisando características inerentes a cadeia produtiva já existente e a possibilidade de torná-la ainda mais dinâmica no cenário local e quiçá regional. Entendendo, para isso, que uma das alternativas para fomentar o desenvolvimento do município deve partir de ações efetivas que tenham sua gênese dentro do próprio território. Pois, como já é sabido, pequenas cidades, sobretudo localizadas nos mais longínquos rincões do Brasil, dificilmente são ou serão “percebidas” e “abarcadas” pelos braços dos setores públicos e privados, no que tange a grandes investimentos, principalmente naqueles que se referem a obras estruturantes, no tocante, por exemplo, ao fortalecimento das economias locais destas cidades. Em sua maioria, estes encontram-se sem expressividade econômica, sem grande mercado consumidor, carentes de modais para escoamento de produção em larga escala, quando se pensa numa macroeconomia, como a brasileira.

Diante dessa situação, uma das soluções mais viáveis para amenizar as mazelas presentes nestas pequenas cidades, como São Miguel do Tapuio, seria a utilização dos recursos disponíveis no território, bem como a dinâmica operante nele, como alternativa mais palpável para promover o protagonismo e, conseqüentemente, lançar as bases do desenvolvimento territorial do município em estudo. Isso envolve a análise dos ativos que integram a estrutura paisagística e geomorfológica do território, integrando-os à cadeia produtiva já existente na cidade. Essa abordagem possibilita a capitalização de áreas que ajudariam a fortalecer ainda mais a economia local, através de atividades ligadas a ocupações não agrícola, como o geoturismo, o artesanato e afins, com um viés sustentável.

Dentre algumas ações que podem ser adotadas em São Miguel do Tapuio, visando fortalecer a economia local, é válido destacar:

Quadro 12 - Ações a serem adotadas em São Miguel do Tapuio para fortalecer a economia local

A formalização de pequenas empresas que atuam na informalidade;
A reativação de associações de fomento ao desenvolvimento da agricultura familiar criadas no município;
Apoio técnico e de insumos a projetos para consolidação da agricultura familiar;
Aquisição de insumos e implementos para escola Agrícola e associações;
Exposição de produtos locais em feiras, e eventos na esfera estadual ou nacional;
Criação de um calendário de feiras para as variadas culturas que integram a cadeia produtiva (farinhada, cajuína, mel, piscicultura, caprinos e ovinos), localizadas em diferentes comunidades do município;
Capacitação de recursos humanos e empreendedorismo;

Estruturação de geossítios visando aumentar o fluxo de visitantes em tais áreas abrindo espaço para aumentar a receita local;
Recuperação de bens históricos; como a Usina Tiririca, pinturas de prédios antigos (privados) que apresentam arquitetura histórica;
Reativação da Casa da Cultura, com peças que ajudam a contar a história da cidade;
Acesso a serviços financeiros de financiamento de projetos com assistência técnica, capacitação;
Criação de uma data, com entrega de comenda (Mérito Tapuiense) a pessoas do município ou autoridades de outras regiões que contribuam para o protagonismo e desenvolvimento local, como forma de incentivar e reconhecer os esforços realizados visando o desenvolvimento territorial de São Miguel do Tapuio;
Aquisição de máquinas e insumos para empacotamento e envase de produtos produzidos no município, tais como: cajuína, mel, farinha de mandioca, e outros;
Compras de parte da produção dos produtores por parte da prefeitura ou escolas, através do PNAE, como forma de incentivar as pessoas que já produzem no município.

Fonte: Autor (2023)

3.8.3 Desenvolvimento social

Tão importante quanto o desenvolvimento econômico de um território é, sem dúvidas, o desenvolvimento social, condição esta almejada por diversas nações, e o Brasil não foge à regra. Nesse contexto, cidades pouco industrializadas e altamente dependentes do setor primário, sobretudo pequenos municípios que têm na agricultura familiar sua base de sustentação, geralmente costumam sofrer com níveis insatisfatórios de qualidade de vida. Seja com a instalação de novas empresas, o que geraria aumento na oferta de postos de trabalho, seja na arrecadação de impostos, que poderiam ser usados na estruturação e oferta de serviços essenciais à população local. Estes pequenos municípios pouco desenvolvidos têm como característica marcante a elevada dependência de recursos da União, uma vez que tais municípios carecem de uma cadeia produtiva organizada e dinâmica que lhes possibilite alavancar a economia e, conseqüentemente promover um desenvolvimento social satisfatório.

Depreende-se, portanto, que é impossível dissociar desenvolvimento econômico de desenvolvimento social, pois este último acaba sendo o resultado que uma sociedade espera alcançar quando os níveis de desenvolvimento econômico local passam a figurar no cotidiano da mesma. Esse resultado pode ser analisado a partir da dinâmica territorial que, de forma natural, reflete aspectos característicos de fenômenos que remetem a um aumento da renda dos municípios e à forma como essa se distribui heterogeneamente entre a população. Fato que pode ser interpretado através do reordenamento territorial, da aquisição de bens e da prestações de serviços, da economia local fortalecida, da capacitação e qualidade da mão de obra, da eficácia e eficiência na prestação de serviços públicos básicos. Enfim, tudo isso contribui para a qualidade de vida da população, conforme citado nos Objetivos de Desenvolvimento do

Milênio (ODM), instituídos pela Organização das Nações Unidas no início do século XXI, através da resolução nº55/2 da Assembleia Geral da ONU, realizada em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. Tendo como norte principal, a erradicação da pobreza extrema e da fome, sobretudo nos países menos desenvolvidos.

Portanto, quando uma sociedade avança do ponto econômico, espera-se que haja uma melhoria na qualidade de vida de sua população, como resultado de um esforço coletivo, manifestado via transformação econômico-social e ordenamento e configuração territorial. Tais avanços podem aparecer em diferentes setores, como educação, saúde, segurança, moradia, transporte, cultura e lazer, condicionando a sociedade a usufruir de bens e serviços historicamente construídos pela mesma, e como resultado do processo evolutivo da economia local.

3.8.4 Sustentabilidade

A sustentabilidade ambiental tem sido pauta recorrente em diversos âmbitos da sociedade e em diferentes instituições ao redor do mundo. Esta discussão teve seu início na segundo metade do século XX, principalmente após o lançamento do Livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, que acendeu um alerta na sociedade sobre a necessidade de trazer à tona a importante temática ambiental. A partir daí, esta abordagem passou a figurar de maneira onisciente não apenas na academia, mas também nas escolas e em conferências, como a de 1972 realizada em Estocolmo na Suécia, que culminou na elaboração de uma declaração denominada de “O Manifesto Ambiental”, contendo 19 compromissos elaborados e assumidos pelas nações que participaram deste marco histórico, no que se refere a defesa do meio ambiente. Dentre estes, é válido citar o artigo 6º “defender e melhorar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações se tornou uma meta fundamental para a humanidade” (Estocolmo 1972)

O que se deseja, de fato, é um modelo de desenvolvimento territorial local, não só pensado no viés de aumento da renda, mas em uma ideia de progresso também preocupada com as questões ambientais. Defende-se um modelo com o mínimo de agressão a natureza, com a utilização do geopatrimônio, contudo, acompanhado de campanhas de conscientização da sociedade para a importância de usufruto sustentável do meio ambiente. Para tanto, fazendo uso da geoeducação, com palestras, confecção de folders, produção de vídeos para redes sociais, como alternativa de conscientização da comunidade e dos visitantes.

Entende-se que a cadeia produtiva local se apresenta não como um fim em si, mas como um meio, uma alternativa para viabilizar o desenvolvimento territorial, integrando o

desenvolvimento da economia local e o desenvolvimento social, de modo conectado a uma ideologia indispensável, preocupada com a sustentabilidade. Portanto, quanto mais polivalente e dinâmica for a cadeia produtiva local, maior será a possibilidade de se ter um protagonismo territorial a contento. Ou seja, um modelo que contemple diversas nuances do bem-estar socioeconômico e ambiental. Fomentando, neste sentido, o desenvolvimento do município, possibilitando a ampliação de oportunidades de trabalho através do incentivo ao empreendedorismo, a consolidação da rede de colaboradores e a representatividade regional no que se refere ao protagonismo do município.

3.8.5 O capital territorial

Diante das visitas realizadas e das análises dos atrativos geoturísticos localizados no território do município de São Miguel do Tapuio, elaborou-se uma ideia que convencionou-se chamar de capital territorial. Esta concepção, que se propõe no presente trabalho, seria composta pela dinâmica natural, representada pela geodiversidade e biodiversidade, bem como dos afloramentos, hidrografia e outros; e a dinâmica cultural, compreendendo aqueles atrativos que têm o homem como agente influenciador dessa dinâmica. Tais como, os sítios arqueológicos, construções com viés singular e que representam alternativas para a geração de renda em diversos segmentos, que integram também o patrimônio imaterial, como a arte, modos de fazer e etc.

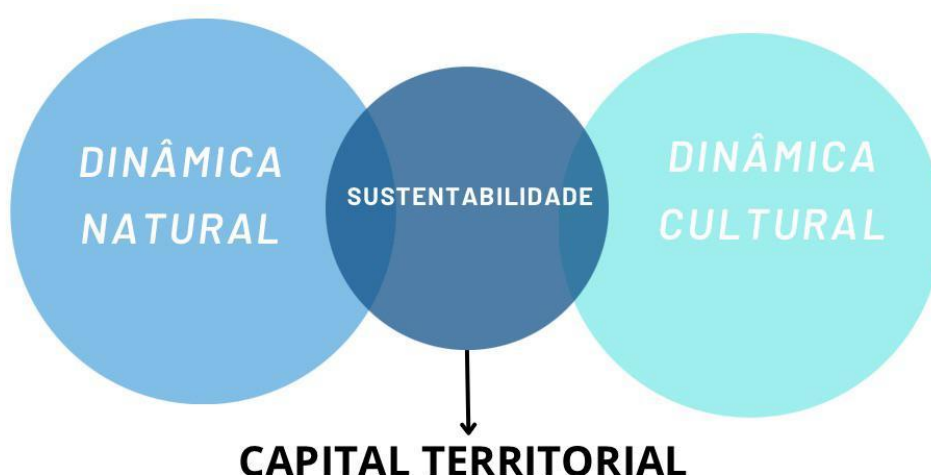


Figura 45 – Dinâmica do Capital territorial. Fonte: Autor (2023)

Contudo, há de se destacar que para usufruir do capital territorial, é essencial reverberar que toda essa dinâmica seja, necessariamente, desenvolvida com ações focadas na

sustentabilidade socioambiental. Com participação ativa de atores sociais, juntamente com instituições de fomento que buscam promover o desenvolvimento territorial local, através de ações educativas podendo ser conduzidas por estabelecimentos de ensino do município de São Miguel do Tapuio.

3.8.6 Estratégias de divulgação do roteiro geoturísticos de São Miguel do Tapuio

Uma das primeiras ações quando se busca promover destinos e serviços é a escolha do seu público-alvo. Saber onde e para quem divulgar os atrativos de um roteiro turístico é essencial, para que não se desperdice tempo e dinheiro na busca por visitantes. Conhecer o público certo, que gosta do contato com a natureza, evita gastos desnecessários com campanhas que não são direcionadas de maneira eficaz. Mas como direcionar uma campanha para o público certo?

Com o advento das redes sociais, uma das alternativas que pode ser utilizada é o direcionamento de campanhas de promoção dos geossítios e geomorfossítio para pessoas que gostam de contato com a natureza. O algoritmo pode fazer isso com grande margem de acerto através de tráfego pago utilizado pelas redes sociais. Aplicativos como *Facebook*, *Instagram* e outras redes, que já possuem a função de promover vídeos ou fotos de interesse do usuário, têm a opção de lugares e públicos onde se deseja atrair visitantes para a respectiva página.

No município, já existe um perfil de divulgação do geossítio Cachoeira do Escuro, onde são realizadas postagens com relação ao geossítio, mas também de outros aspectos da natureza e cultura local, como a culinária por exemplo. Além da citada página, como parte da pesquisa, criou-se o perfil @Protagoniza SMT onde são feitas postagens de diversos atrativos geoturísticos de São Miguel do Tapuio. Abordando também aspectos da economia local e dos vários geossítios do referido município, tendo como um dos seus objetivos a demonstração do potencial de São Miguel para a atividade turística e seus segmentos, como o geoturismo, capturando, por meio de imagens e vídeos uma cidade que poucos conhecem.

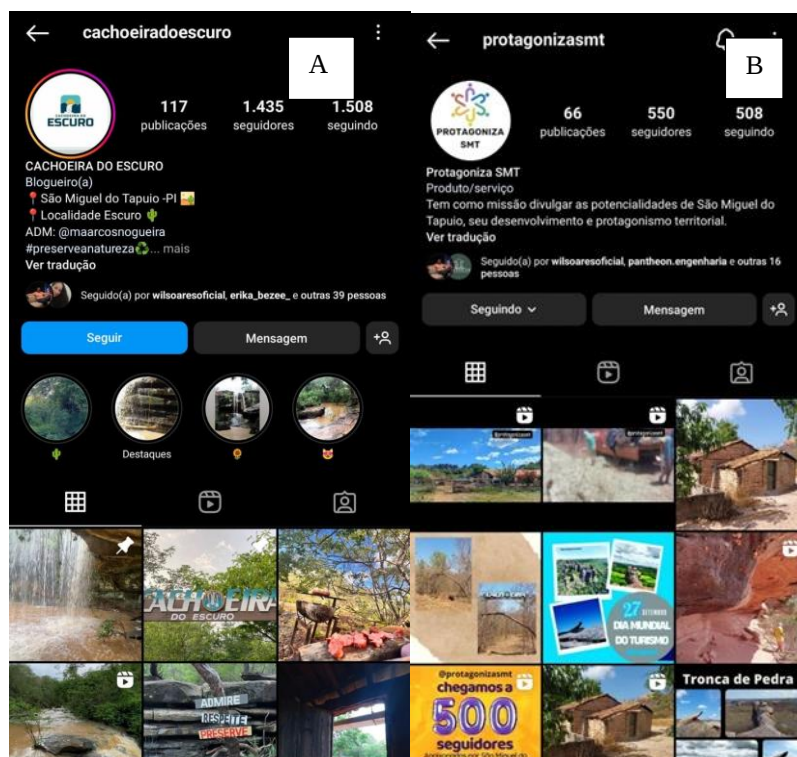


Figura 45 - Perfis de divulgação de atrativos existentes no município. Cachoeira do Escuro (A); Protagoniza SMT (B)

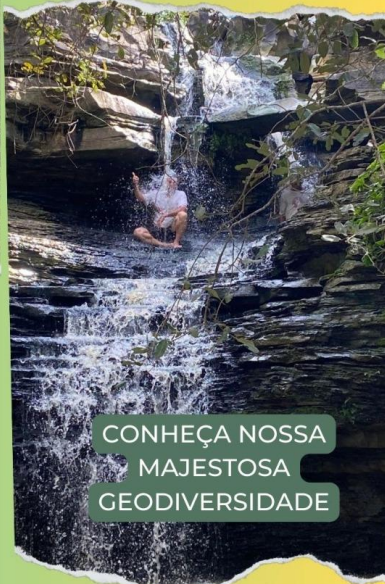
Outras possibilidades de divulgação seriam os banners, portais de notícias, matéria em TV e a utilização de perfis e influenciadores que já trabalham com viagens e lugares brasil adentro. Essas páginas contam com milhares de seguidores, servindo, portanto, como um canal de conexão com um público fiel que gosta de conhecer roteiros alternativos em solo brasileiro. Porém, a melhor e mais eficiente campanha de divulgação, são as experiências memoráveis vividas por cada pessoa que visita esses locais. Nada melhor do que um povo receptivo, a valorização da cultura local, geossítios com estrutura adequada, um roteiro eclético com histórias locais e guias adequadamente treinados para oferecer uma experiência única em contato direto com aspectos bióticos e abióticos da natureza.

A





SÃO MIGUEL DO TAPUIO
PIAUI



POUSADAS E HOTEL

Pousada São Luis (86) 98101-1077
 Pousada Nogueira (86) 98191-6672
 Pousada Serve Bem (86) 98109-4240
 Pousada Millenium (86) 98113-7726
 Hotel Tropical (86) 981856379

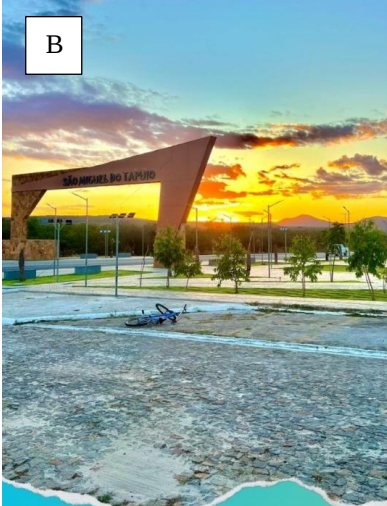
Por Prof. Wilson Soares

AVENTURE-SE PELA ROTA DOS TAPUIAS

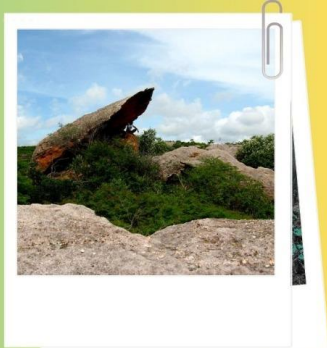
E conheça um roteiro dinâmico que envolve algumas comunidades do município e atrativos que vão de belas cachoeiras, mirante com visão panorâmica, feições geomorfológicas fascinantes, sítios com pinturas e gravuras rupestres, e até uma cratera de impacto de 20km de diâmetro.

CONHEÇA NOSSA MAJESTOSA GEODIVERSIDADE

B

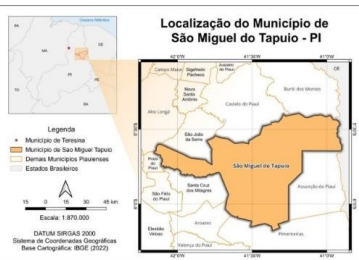






Por estas bandas, grupos indígenas, influenciados por franceses ou portugueses, disputavam cada palmo de chão. Buscando sobreviver as constantes disputas com outras tribos e tentando evitar os conflitos cada vez mais acirrados na Ibiapaba, grupos de silvícolas desceram a referida serra e se apoderaram de boas terras e água em abundância na Bacia do Poti. Dentre esses locais, estava a terra que viria se tornar o município de São Miguel do Tapuio

Localização do Município de São Miguel do Tapuio - PI



Fonte: Soares Cruz, F. W. (2023)

TRILHA HISTÓRICA...

Emancipada em 25 de março de 1938, do vizinho município de Castelo do Piauí uma das primeiras vilas do Estado, antiga Vila do Marvão. São Miguel do Tapuio guarda em sua história inúmeros acontecimentos marcantes. Valendo mencionar, a influência de franceses e portugueses sobre os nativos que migraram e ocuparam temporariamente o que hoje compõem a porção territorial do município.

Pode-se dizer portanto, que a gênese de São Miguel do Tapuio se remete aos conflitos entre grupos indígenas rivais ocorridos na Serra da Ibiapaba no Estado do Ceará, envolvendo grupos de nativos que teriam migrado das porções litorâneas, vindos provavelmente do Estado do Rio Grande do Norte. (Melo,1988)

Figura 46 - Folder ilustrativo de alguns atrativos (A) e (B) Fonte: Autor 2023

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado teve como objetivo geral analisar como o geoturismo pode contribuir para o desenvolvimento territorial de São Miguel do Tapuio. Envolveu etapas como análise documental de variados autores que abordam temas que vão desde categorias geográficas como espaço, passando por território, além de questões como desenvolvimento territorial e o geoturismo propriamente dito.

Na pesquisa de campo, foram analisados diversos atrativos existentes no município e que integram o geopatrimônio do mesmo. Para tanto, debruçou-se sobre relevantes conceitos essenciais ao entendimento da abordagem em questão, como: Paisagem, Geodiversidade, Geopatrimônio, Geoconservação, Geoturismo, Geossítio, Geomorfofossítio dentre outros de extrema importância para o enriquecimento da discussão. Como resultado, sugeriu-se a elaboração de uma proposta de mapa geoturístico para o município, a partir da visitação de onze (11) atrativos, onde foram avaliadas questões como geologia, geomorfologia, geodiversidade, vulnerabilidade quanto aos impactos advindos da ação antrópica ou decorrentes de processos erosivos, arqueologia manifestada através de pinturas e gravuras rupestres encontradas em alguns geossítios visitados. Além disso, foram elaborados gráficos com abordagens a serem levadas em consideração a fim de fomentar o desenvolvimento da atividade no município.

Enfatizou-se ainda, a necessidade de fomentar o desenvolvimento territorial a partir do usufruto sustentável dos ativos que compreendem o geopatrimônio local, após estruturação dessas áreas com colocação de painéis informativos ou rampas de acesso onde for necessário. Agregando valor aos mesmos e dinamizando os prováveis equipamentos turísticos, com vistas a atender da melhor maneira possível a demanda de futuros visitantes, propiciando uma experiência especial pelo geopatrimônio de São Miguel do Tapuio. A união desse potencial com a cadeia produtiva existente é vital para que se alcance o protagonismo territorial do município, acompanhado da participação efetiva dos atores locais, entidades de fomento e poder público das diferentes esferas. Isto posto, sugeriu-se ainda, a criação do georoteiro “Rota dos Tapuias” composta pelos geossítios e geomorfofossítios do município, englobando os locais de maior representatividade do geopatrimônio presente, e, a serem experienciados ao longo de dois (2) dias de visitas.

No que concerne as contribuições práticas, o presente trabalho colabora para que diferentes segmentos da sociedade possam utilizá-lo como referência para conhecer algumas abordagens de autores que trazem em seus trabalhos a importante discussão no que tange ao território, desenvolvimento territorial, geoturismo e outras.

Ademais, os achados desta pesquisa apresentam em seu escopo uma análise de diversos aspectos presentes no território de São Miguel do Tapuio, que vão de acontecimentos históricos a econômicos. Isso inclui a elaboração de mapa das principais atividades agrofamiliares desenvolvidas no município, elaboração de gráficos com sugestões para promover o desenvolvimento territorial local e análise das diferentes atividades econômicas que integram a cadeia produtiva existente em solo tapuiense e que colaboram substancialmente para a dinâmica territorial do município em questão. Servindo também para a tomada de decisões no que se refere as políticas públicas a serem implementadas em âmbito local com o intento de promover o desenvolvimento territorial.

Como contribuição social, o trabalho proposto ajuda a difundir o conhecimento local entre estudantes, professores e pesquisadores sobre diferentes elementos que envolvem a dinâmica territorial do município. Esse conhecimento pode ser utilizado com viés educativo para ensinar elementos que fazem parte da estrutura paisagística, da geodiversidade, da geologia, geomorfologia, da hidrologia, da educação ambiental, bem como de aspectos sociais, econômicos, naturais, culturais, políticos e outros, que servem como parâmetro para compreender diferentes facetas que compõem o processo de consolidação territorial de São Miguel do Tapuio.

Além disso, o trabalho abre a possibilidade de fomentar o desenvolvimento territorial a partir das variadas potencialidades elencadas no decorrer do trabalho e que representam importantes ativos para elaboração de ações que tenham como resultado o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Sobretudo, isso se dá a partir da exploração sustentável dos ativos que integram o cabedal das potencialidades que fazem parte dos atrativos presentes em diferentes regiões do município.

Quanto às limitações da pesquisa, apesar de ser um trabalho que tem como um dos objetivos centrais a discussão sobre o desenvolvimento territorial local, algumas das dificuldades encontradas envolveram o desinteresse de agentes públicos no que se refere a mobilidade para visitas aos geossítios e geomorfossítios, precariedade de fontes de dados locais e, por outro lado, a má vontade na disponibilização de dados existentes e que se encontram em arquivos públicos do município.

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. 2007. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes. 1026p.
- _____. 2000. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ipea. 37p.
- _____. 2003. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora UFRGS. 149p.
- _____. 2005. Para uma teoria dos estudos territoriais. In.: Ortega, A. C. & Almeida Filho, N. (Orgs.) *Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária*. Campinas: Ed. Alínea. 308p.
- _____. 2006. Para una teoría de los estudios territoriales. In: Manzanal, M.; Neiman, G.; & Lattuada, M. *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: Ciccus. p. 51-70.
- Aranha, R. de C. & Guerra, A. J. T. 2004. *Geografia aplicada ao turismo*. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.
- Bento, L.C. M. 2014. *Parque Estadual do Ibitipoca/MG: potencial geoturístico e proposta de leitura do seu geopatrimônio por meio da interpretação ambiental*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade federal de Uberlândia, Uberlândia.
- Barléu, G. 1974. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.
- Bertrand, G. 1972. Paisagem e Geografia Física global: esboço metodológico. *Cadernos de Ciências da Terra* (43): 141-152.
- Borba, C. S.; Meneses, L. F. 2013. O potencial estético das geoformas do Cariri paraibano, in *Anais do I Encontro Paraibano de Estudos sobre Geodiversidade*. João Pessoa: UFPB.
- Brandão, C. A. 2012. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 240p.
- Brasil. 1996. *Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996*. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm>. Acesso em 17 out. 2023.
- Brasil. 2005. *Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura*. Relatório diagnóstico. Brasília: Ministério do Turismo. 85 p.
- Brasil. 2006. *Diretrizes para visitação em unidades de conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 72p.
- Brasil. 2006. *Turismo no Brasil 2007/2010: documento referencial*. Brasília: Ministério do Turismo. 160 p.

Brasil. 2009. *Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009*. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em 18 out. 2023.

Brasil. 2019. *Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/d9810.htm>. Acesso em 17 out. 2023.

Brasil. 2019. *Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial*. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/ppa/plano-plurianual-ppa-2016-2019-1/relatorio_avaliacao_programa_2029-desenvolvimento_regional_e_territorial.pdf>. Acesso em 17 out. 2023.

Brasil. 2023. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Participação Social*. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social>> Acesso em 02 mai. 2023.

Brilha, J. B. R. 2005. *Patrimônio Geológico e Geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica*. Braga: Palimage Editora.

Casa dos Dados. 2023. *Associação de Desenvolvimento de Potenciais do Município de São Miguel do Tapuio*. Disponível em <<https://casadosdados.com.br/solucao/cnpj/associacao-de-desenvolvimento-de-potenciais-do-municipio-de-sao-miguel-do-tapuio-11822635000190>>. Acesso em 23 jul. 2023.

Castro, I. E. de; Gomes, P. C.; Corrêa, R. L. 2020. *Geografia, conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 354p.

Cataia, M. 2003. A alienação do território - o papel da Guerra Fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro, *in Território brasileiro: usos e abusos*. Editado por M. A. A. de Souza, pp. 397-416. Campinas: Territorial.

CEPAC. 2021. *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio028.pdf>. Acesso em 16 mai. 2021.

Claval, P. 2007. *A geografia cultural*. 3ª ed. Florianópolis: UFSC.

Cruz, R. C. 2005. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *Geosul* 20(40) 27-43.

Cunha, L. 2021. *Turismo de Natureza e Geoturismo*. Algumas reflexões sobre a sua importância para o desenvolvimento sustentável dos territórios. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/355349047_Turismo_de_Natureza_e_Geoturismo>. Acesso em: 12 out. 2024.

CPRM, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. 2006. *Mapa Geodiversidade do Brasil, escala 1:2.500.000, Legenda Expandida, ilustrada*. Brasília: Serviço Geológico do Brasil - CPRM, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, Ministério de Minas e Energia – MME.

CPRM, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. 2008. *Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro*. Rio de Janeiro: CPRM.

Dallabrida, V. R. 2016. *Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico – metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência*. São Paulo: LiberArs. 102p.

_____. 2017. *Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países*. Curitiba: CRV. 238p.

Dóris, S. de F.; Carneiro, K. S. 2001. *Sustentabilidade Ecológica no Turismo*. Brasília: Editora UnB. 96p.

Dowling, R.; Newsome, D. 2006. Geotourism's issues and challenges, in *Geotourism*. Editado por R. Dowling e D. Newsome, pp. 242-254. Oxford: Elsevier Butterworth Heinemann.

_____. 2008. Geotourism in Iceland, in *Inaugural Global Geotourism Conference*, 1. *Proceedings*. Fremantle. pp. 151-157.

_____. 2010. Geotourism: a Global Activity, in *Global geotourism perspectives*. Editado por _____, pp. 1-18. Oxford: Goodfellow Publishers.

Educação e Território. *Conceito*. Disponível em <<https://educacaoeterritorio.org.br/conceito-territorios-educativos/#:~:text=Um%20Territ%C3%B3rio%20Educativo%20%C3%A9%20aquele,%2C%20jovens%2C%20adultos%20e%20idosos>>. Acesso em 18 out. 2023.

Fernandes, I. P.; Coelho, M. F. 2002. *Economia do turismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: RJ, Campus. 230p.

Flores, M. 2006. *A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte*. Santiago: RIMISP, 2006. 47p.

Fonseca, M. C. L. 2005. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – IPHAN. 295p.

Fórum das Cidades. 2023. *Desenvolvimento Territorial*. Disponível em <<https://www.forumdascidades.pt/content/desenvolvimento-territorial>>. Acesso em 17 out. 2023.

Freire, P. 1987. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 107p.

GEOSSIT. 2021. *Geossítios e Geodiversidade*. Disponível em <[https://www.cprm.gov.br/geossit/#:~:text=Os%20geoss%C3%ADtios%20representam%20as%20ocorr%C3%Aancias,museu\)%20constituem%20o%20Patrim%C3%B4nio%20Geol%C3%B3gico](https://www.cprm.gov.br/geossit/#:~:text=Os%20geoss%C3%ADtios%20representam%20as%20ocorr%C3%Aancias,museu)%20constituem%20o%20Patrim%C3%B4nio%20Geol%C3%B3gico)>. Acesso em 15 mai. 2021.

Gohn, M. da G. 2006. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas

colegiadas nas escolas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* 14(50) 27-38.

_____. 2011. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo, Cortez. 128p.

Gray, M. 2003. *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature*. Chichester: John Wiley and sons. 434p.

Gross, P. 1998. Ordenamento Territorial: El manejo de los espacios rurales. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales* 24 (73) 116-118.

Guerra, A. J. T.; Jorge, M. do C. O. (Orgs.) 2018. *Geoturismo, geodiversidade e geoconservação: Abordagens geográficas e geológicas*. São Paulo: Oficina de Textos. 256p.

Haesbaert, R. 2021. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Hose, T. A. 1995. Selling the Story of Britain's Stone. *Environmental Interpretation*. 10(2) 16-17.

_____. 1997. Geotourism: selling the earth to Europe, in *Engineering geology and the environment*. Editado por Marinos, P. G., Koukis, G. C., Tsiambaos, G. C. & Stourness, G. C. pp. 2.955-2.960. Rotterdam: A. A. Balkema.

_____. 2000. Geoturismo europeo. Interpretación geológica y promoción de la conservación geológica para turistas, in *Patrimonio geológico: conservación y gestión*. Editado por Barretino, D., Winbledon, W. P. & Gallego. pp. 137-159. Madrid: ITGE

_____. 2006. Geotourism and Interpretation, in *Geotourism*. Editado por Dowling, R. & Newsome, D. pp. 221-241. Oxford: Elsevier Butterworth Heinemann.

_____. 2008. Towards a history of landscape appreciation, in *Inaugural Global Geotourism Conference*. Editado por Dowling, R. & Newsome, D. pp. 9-18. Fremantle.

IBAMA. 1999. Guia de chefe de unidades de conservação. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE. 2022. *São Miguel do Tapuio*. Panorama do Censo de 2022. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/sao-miguel-do-tapuio/panorama>>. Acesso em 18 out. 2023.

ICMBIO. 1999. *PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental*. Disponível em <<https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/pnea.html>>. Acesso em 18 out. 2023.

IPHAN. 2021. *Declaração Internacional dos Direitos à memória da Terra*. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Declaracao Internacional dos Direitos a Memoria da Terra.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Declaracao_Internacional_dos_Direitos_a_Memoria_da_Terra.pdf)>. Acesso em 16 mai. 2021.

Jorge, M. C. O. ; Guerra, A. J. T. 2016. Geodiversidade, geoturismo, e geoconservação: conceitos, teorias e métodos. *Revista Espaço Aberto* 6(1): 151-174.

Koogan, A.; Houaiss, A. (Ed.). 1993. *Enciclopédia e Dicionário*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Lage, M. C. S. M. 1996. Análise química de pigmento de arte rupestre no sudeste do Piauí. *Revista de Geologia* 9:83-96.

_____. 1996. O Patrimônio Arqueológico do Estado do Piauí: Seu estado de conservação, in *Anais do Seminário Internacional de Preservação: A ética das Invenções*, pp. 159-169. Minas Gerais: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico.

Lemos, C. A. C. 2004. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense. 115p.

Libâneo, J. C. 2002. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de pedagogia, in *Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas*. Editado por Pimenta, S. G., pp. 59-97. São Paulo: Cortez.

_____. 2010. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez. 208p.

Machado, M. M. M.; Ruchkys, U. 2010. Geotourism in protected areas in the proposed Quadrilátero Ferrífero Geopark, in *Unesco International Conference on Geoparks*, 4. *Abstracts*, pp. 85. Langkawi: UNESCO.

Martins, J. A.; Castro, N. A. de; Castelo Branco, R. M. G. 2016. A morfologia superficial da estrutura de São Miguel do Tapuio (Piauí-BR) e casos similares no território brasileiro. *Geociências* 35(2) p.183-202.

Mamede, L. 2000. Geomorfologia: abordagem sistêmica em uma microbacia. *Geografares* 1(1), 2000.

Melendez, G; Fermeli, G; Koutsoveli, A. 2007. Analyzing geology textbooks for secondary school curricula in Greece and Spain: Educational use of geological heritage, in *Bulletin of The Geological Society of Greece*, 11. *Proceedings of the International Conference of The Geological Society of Greece*. pp. 1.819-1.833. Atenas: Geological Society of Greece.

Molina, S. R. 2001. *Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina*. Bauru: EDUSC. 165 p.

Moreira, J. 2003. Envolvimento de comunidades do entorno: a experiência do curso para condutores do Parque Estadual de Vila Velha – PR, in *Anais do 2º Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental*. Itajaí: UNIVALI.

_____. 2006. Ecoturismo e interpretação ambiental no Parque Estadual de Vila Velha, in *Peixes do Parque Estadual de Vila Velha: aspectos da história natural, da biologia evolutiva e da conservação*. Editado por Artoni, R. F & Shibata, O. A. pp. 139-153. Ponta Grossa: Editora UEPG.

_____. 2008. *Patrimônio geológico em unidades de conservação: atividades interpretativas, educativas e geoturísticas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. 2008. *Dinâmicas socioeconômicas de desenvolvimento de territórios rurais: os sistemas produtivos locais (SPLs) na Região Vale do Rio Pardo*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. 2009. Geodiversity as a basis for geoconservation, geotourism and geoparks, in *Proceedings of the European Geoparks Conference: New Challenges with Geotourism*, 8. Editado por Carvalho, C. N. & Rodrigues, J. Idanha-a-Nova. p. 126.

Moreira, J.C. 2008. *Patrimônio geológico em Unidades de Conservação: atividades interpretativas, educativas e geoturísticas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

Morin, E. 2002. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 350p.

Nascimento, M. A. L.; Ruchkys, U.; Mantesso-Neto, V. 2008. *Geodiversidade, geoconservação e geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia (SGB). 82p.

Oliveira, E. S. 2007. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré – Bahia. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local* 8(2) 193-202.

Oliveira, J. 2019. *Contribuição do turismo para o desenvolvimento da economia*. Disponível em <<https://administradores.com.br/artigos/contribuicao-do-turismo-para-o-desenvolvimento-da-economia>>. Acesso em 15 mai. 2021.

Paula, J. de. 2004 Territórios, redes e desenvolvimento. In: Lages, V.; Braga, C.; Morelli, G. (Orgs.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Ignacy Sachs, prefácio - Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE.

Pedron, F.; Klein, A.; Almeida, J. A.; Souza, M. de. 2021. *A geração de emprego e renda no turismo rural: uma análise de Sete Estudos*. Disponível em <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/38-a-geracao-de-emprego.pdf>>. Acesso em 17 mai. 2021.

Pereira, P. J. S. 2006. *Patrimônio geomorfológico: conceptualização, avaliação e divulgação. Aplicação ao Parque Natural de Montesinho*. Tese de Doutorado em Geociências. Portugal: Universidade do Minho. 370f.

Pereira, R. G. F. de A. 2010. *Geoconservação e desenvolvimento sustentável na Chapada Diamantina (Bahia-Brasil)*. Tese de Doutorado em Geologia. Portugal: Universidade do Minho. 318 f.

Pereira, S. L. B.; Nascimento, M. S.; Rodrigues, J. V. S. *Compatibilização entre territórios de desenvolvimento e instâncias de gestão regionais*. Teresina: Fundação CEPRO, 2017.

Piauí. 2007. *Lei Complementar Nº 87 de 22/08/2007*. Disponível em

<<http://www.seplan.pi.gov.br/ppt.php>>. Acesso em 18 out. 2023.

Piauí. 2007. *Lei nº 6.967, de 03 de abril de 2017*. Disponível em: <<https://sapl.al.pi.leg.br/norma/4102>>. Acesso em 17 out. 2023.

Piauí. 2023. *Missão do Emater*. Disponível em: <http://www.emater.pi.gov.br/missao.php#:~:text=O%20EMATER%20%E2%80%93%20PI%20atua%20junto,de%20vida%20dos%20pequenos%20produtores..> Acesso em 18 out. 2023.

Ramos, A. de C. 2021. Sem sentir e sem querer: a era colonial do Brasil à luz do direito internacional. *Revista de Informação Legislativa (RIL)* 231 (58) 109-132.

Rodrigues, J. C. 2008. Geoturismo - uma abordagem emergente, in *Geoturismo e desenvolvimento local*. Editado por Carvalho, C. N. & Jacinto, A. pp. 38-58. Idanha-a-Nova.

Rosa, M. C. 2013. Lazer em Mariana e Ouro Preto, in *Ouro Preto e Mariana: espaços e equipamentos*. Editado por Rosa, M. C (Org.). pp. 27-44. Ouro Preto: UFOP.

Santos, V. M. N. dos; Jacobi, P. R. (Orgs.) 2018. *Educação, ambiente e aprendizagem social: reflexões e possibilidade à geoconservação e sustentabilidade*. Curitiba: CRV. 248 p.

Santos, M. 2021. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 96 p.

Saquet, M. A. 2020. *Abordagens e concepções de território*. Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora. 224p.

Raffestin, C. 1993. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática. 270p.

SEBRAE. 2023. *Perfil Municipal de São Miguel do Tapuio*. Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial. Disponível em <<https://databsebrae.com.br/municipios/pi/S%C3%A3o%20Miguel%20do%20Tapuio.pdf>>. Acesso em 24 jul. 2023

SEBRAE. 2023. *Desenvolvimento Territorial e Setorial*. Disponível em: <<https://www.guiadocandidato2022.sebrae.com.br/conteudo/desenvolvimento-territorial-e-setorial>>. Acesso em 05 ago. 2023.

SEPLAN. 2023. *Territórios de Desenvolvimento – Piauí*. Mapa de potencialidades. Disponível em < <http://www.seplan.pi.gov.br/mapa-grande.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2023.

Silva, F. R.; Perinotto, J. A. de J. 2007. O geoturismo na geodiversidade de Paraguaçu Paulista como modelo de geoconservação das estâncias. *Global Tourism* 3(2): 1-10.

Silva, T. M; Pocidônio, E. A. L. 2018. Abordagem geográfica e aplicação dos conceitos de geoformas e geomorfossítio. *Revista de Geografia* 35 (2): 35-53.

Souza, M. L. de. 2021. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 320p.

Tilden, F. 1957. *Interpreting Our Heritage*. EUA: University of North Carolina Press. 224p.

TZU, Sun. 2015. *A arte da guerra: 13 capítulos originais*. São Paulo: Novo Século. 158p.

USP. *Geoturismo*. Disponível em <

Vieira, A. 2014. O patrimônio geomorfológico no contexto da valorização da geodiversidade: sua evolução recente, conceitos e aplicação. *Revistas Cosmos* 7(1): 28-59.

Schobbenhaus, C. 2006. *Geoparques e geossítios do Brasil: estratégias e diagnóstico do potencial para geoturismo e geoconservação*. Rio de Janeiro: CPRM.

Schobbenhaus, C.; Silva, C. R. (Orgs.). 2012. *Geoparques do Brasil: Propostas*. Rio de Janeiro: CPRM. 748 p.